

ESCREVEREI TEU NOME
TANTAS VEZES QUANTAS MORTES TE INFLIGIREM TEUS
CARRASCOS,
PARA QUE NINGUÉM ESQUEÇA QUE EXISTES NO MEIO DA
FLORESTA
TU, POVO DA LUA,
POVO DE OMÃ,
POVO YANOMAMI.
ESCREVEREI TEU NOME NOS JORNAIS,
NOS MUROS DAS CASAS DOS RICOS,
NAS PORTAS DAS IGREJAS,
NOS PÁRA-CHOQUES DOS AUTOMÓVEIS,
NAS ASAS DOS AVIÕES,
NAS PEDRAS DAS RUAS,
NAS PRAIAS DO MAR,
POR TODO LUGAR,
DE FORMA QUE TEU NOME VOE
LONGE, LOOOOOONGE,
E SEJA UMA CANÇÃO DE LUTO
DE PROTESTO
DE FORMA QUE TEU NOME SUPERE
AS FRONTEIRAS DA MORTE E DA VIDA
E SE TORNE TUA GARANTIA DE SALVAÇÃO,
Ó POVO DA LUA,
POVO DE OMÃ,
YANOMAMI!

(ROBERTO E. ZWETSCH)

Luigi Eusebi

"A BARRIGA MORREU!"



O GENOCÍDIO DOS YANOMAMI



**"A BARRIGA MORREU!"
O GENOCÍDIO DOS YANOMAMI**

"A BARRIGA MORREU!"
O GENOCÍDIO DOS YANOMAMI

livraria cultura

Cultura você encontra nos livros
e livros você encontra na Cultura

Av. Paulista, 2073 - Conj. Nacional
01311 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 285-4033 - Tlx.: 1130632
Fax: (011) 285-4457

LUIGI EUSEBI

"A BARRIÇA MORREU!"
O GENOCÍDIO DOS YANOMAMI

TRADUÇÃO
ROMANA CHIROTTI PRADO

Renato Nicolai



Edições Loyola

1991

PARA APROFUNDAR A TEMÁTICA INDÍGENA

Canto de morte Kaiowá
José Carlos Sebe Bom Meihy

Os Eanuenê-Nauê, primeiros contatos
Thomaz A. Lisboa

Cuxiuara — O Purus dos indígenas
Gunter Krömer

A caminho das macolas Zuruahá
Gunter Krömer

Título Original:

"A barriga morreu!" Il genocidio Yanomami

© 1990 by Edizioni Sonda s.r.l., Turim-Milão

ISBN 88-7106-041-5

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Edições Loyola

Rua 1822 nº 347 — Ipiranga

04216 São Paulo — SP

Caixa Postal 42.335

04299 São Paulo — SP

Tel.: (011) 914-1922

ISBN: 85-15-00533-6

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1991

O AUTOR

Gigi Eusebi nasceu em Turim, em 1957. Comprometido com a solidariedade internacional, tomou conhecimento das várias realidades da América Latina. Participou de encontros e grupos de trabalho, publicou artigos e subsídios em revistas especializadas na temática do Terceiro Mundo.

Em 1987, Gigi e sua mulher, Patrizia, integraram-se a um projeto de cooperação internacional de proteção dos povos indígenas, estabelecendo-se em Boa Vista, RR, na Floresta Amazônica brasileira.

Conviveram com os problemas sociais e ambientais que a "febre do ouro" provocou ao invadir o território dos índios Yanomami, muito rico em jazidas minerais.

Este livro é uma síntese de três anos de trabalho; é uma denúncia documentada e "personalizada" do genocídio dos Yanomami. Antes que seja tarde demais...

O DRAMA dos YANOMAMI: Prefácio doloroso

"O governo nos pegou de surpresa. Eu estou começando a entender. O governo não conhece o nosso costume. O nosso pensamento. Nós não conhecemos os costumes e o pensamento do governo. Eles só conhecem negócio de dinheiro. O nosso pensamento é a terra."

Davi Kopenawa Yanomami

Este livro de Gigi Eusebi põe o dedo numa das feridas mais sangrentas da sociedade brasileira contemporânea: o extermínio impiedoso do grupo Yanomami. Metáfora perfeita do equívoco exploratório indiscriminado, morre com aqueles índios a floresta e no lugar planta-se o desconsolo expresso na promessa de um deserto.

Rendendo tributo ao pretenso desenvolvimento da Amazônia, desde o início dos anos 70, dada a construção da rodovia Perimetral Norte, iniciou-se um processo de exploração mineral que implicou uma desastrosa coleção de incidentes. O mapeamento mineral procedido pelo Projeto Radam-Brasil e a iniciativa incontrollável de aventureiros que partiram para a garimpagem clandestina são faces da mesma moeda, que, enfim, lastreia uma dos mais cruéis massacres da nossa história.

Desde 1975 o Radam-Brasil revelou que os Yanomami viviam sobre um solo vegetalmente pobre, mas rico em ouro, urânio e estanho. O governo, pretendendo o desenvolvimento e pressentindo a validade estratégica dessa exploração, abriu à iniciativa privada o direito de minerar. Assim decretava-se uma sentença de morte da qual, direta ou indiretamente, todos nós somos os algozes.

A secular sociedade dos Yanomami apenas muito recentemente vivenciou os primeiros contatos com o mundo "civilizado". Contatos

fatais, aliás, posto que em seu rastro desenhou-se a face da morte daqueles índios que viviam perfeitamente harmonizados com a floresta que lhes era terra sagrada. Situados no limite norte, na Amazônia fronteiriça da Venezuela, a população Yanomani é composta de cerca de 9 mil índios, antes distribuídos em um espaço contínuo de 9 milhões de hectares. Em mais ou menos 200 vilarejos, existiam Yanomami que se comunicavam através de um sistema de vínculos consagrados. A familiaridade com a natureza fazia da experiência Yanomami um exemplo feliz de convívio entre o homem e o meio geográfico que o explicava.

Neste contexto, a opção por pequenas comunidades era uma resposta coerente aos desafios propostos por uma terra na qual estavam perfeitamente integrados. Em unidades tribais familiares, estabelecia-se a identidade dos personagens que poderiam se abastecer na mata sem destruí-la. Como partes ajustadas à vida na floresta, contudo, esses índios repentinamente viram-se isolados, divididos em 19 "comunidades" que os confinariam a um espaço "próprio" e "seguro". Sem a sensibilidade para se perceber que essa alternativa equivaleria ao extermínio daqueles brasileiros, impiedosamente foram sendo implantados garimpos que junto levaram para a área doenças (malária, viroses, infecções e recentemente a aids) e devastação. Sem responder à lógica da questão: "Por que tanta terra para tão poucos índios?", a ação governamental articulou um raciocínio maléfico que justifica a "modernização" acima de qualquer critério.

Publicado na Itália em 1990, este texto chega agora ao público brasileiro convocando-nos à reflexão: qual o papel que nos compete enquanto cidadãos em face da condição Yanomami? Tomara que este texto sirva de ingresso a uma atitude menos cotemplativa. Afinal, ainda há tempo.

José Carlos Sebe Bom Meihy
São Paulo, dezembro de 1991.

"A BARRIGA MORREU"

"A barriga morreu!", bradam, desesperados, os índios Yanomami quando cruzam com "homens brancos" pelos caminhos da Floresta Amazônica do Norte do Brasil. É o sofrimento de um povo que tem fome, de um povo que está em extinção, dizimado por doenças e violências provocadas pela invasão selvagem de milhares de garimpeiros, vindos para introduzir o "progresso" nas terras da última nação indígena que conservou quase inalteradas suas tradições.

Os Yanomami são muito conhecidos. São um dos povos indígenas sobre o qual mais se escreve e fala.

A tragédia Yanomami é o primeiro genocídio do Brasil divulgado e documentado: as denúncias vararam os confins da Amazônia e correram mundo. Houve muitas manifestações diante das embaixadas brasileiras em vários países e inúmeros apelos de governos, parlamentos e organismos de defesa dos direitos humanos.

Para que pois, "mais um" livro? Para relevar alguns aspectos deste drama, ilustrar a história e hábitos desse povo, amplificar a voz de seus representantes, desmascarar os mecanismos da invasão, descrever o perfil dos "inimigos" e dos "amigos"?

A literatura a respeito dos Yanomami é vasta: cada aspecto de sua cultura foi exaustivamente aprofundado, tornando-se objeto de estudo de numerosos cursos universitários. Porém, a dinâmica do fenômeno é tão veloz que cada análise deveria ser constantemente revista para manter atual a denúncia. Este texto contém muitos dados; muitos outros, porém, poderiam ser-lhe acrescentados, tantas são as variáveis intervenientes na questão.

É por esse motivo que considero válido "o meu palpite": concluí um período de três anos como voluntário num projeto de cooperação internacional em Roraima, a terra dos Yanomami. Vivi as fases cruciais da invasão e senti a frustração e a raiva de ter de assistir, impotente, à evolução de um genocídio no limiar do ano 2000. Tenho necessidade de oferecer uma contribuição tangível, que, espero, possa servir e ampliar a informação sobre o problema.

Creio que a experiência de campo e o conhecimento amadurecido nesses anos possam vir a ser patrimônio comum. Não raras vezes

armazenamos indignação e desalento ao ver a questão yanomami tratada com superficialidade, parcialidade e incompetência.

Quando, faz algum tempo, tentávamos sensibilizar um famoso correspondente de um dos maiores jornais italianos, o ouvimos responder: "A moda ecológica passou. O que faz perder o sono hoje são as reformas do Leste europeu. Além disso, que representa a morte de 20% de uma tribo indígena de 10 mil indivíduos, quando, todos os dias no mundo são mortos milhares de pessoas? Posso conceder-lhes vinte linhas na seção internacional. Voltem quando todos os 'seus' Yanomami tiverem sido exterminados; então teremos uma manchete que estremeça os leitores..."

Escrevo este livro para evitar que a "manchete" desejada por aquele correspondente seja publicada. Escrevo este livro para explicar aos Yanomami — convictos de que a existência do homem branco é fruto de um castigo divino provocado por terem infringido um preceito — que nem todos somos seus inimigos e que há brancos que os querem vivos, para que o povo de Omã continue sendo, como se autodenomina, um povo de "homens de verdade".

G.E.*

* O autor deseja agradecer a colaboração de Davi Kopenawa Yanomami, do Conselho Indígena de Roraima, de Edson Wolff, Vitélio Pasa, Carlos Zacquini, Patrizia Ferri, Giogio Ceccarelli.

Agradecer ainda ao jornalista Antônio Carlos Queiroz, do jornal "Porantim," à CCPY, ao Núcleo de Direitos Indígenas e à antropóloga Alcida Ramos, pela permissão de utilizar algumas matérias que contribuíram para a redação dos primeiros cinco capítulos deste livro.

500 ANOS DE OPRESSÃO E LUTA*

A nossa história não começou há 500 anos. Nossa história aprofunda raízes num passado milenar. O nosso continente, cujo nome é pronunciado diferentemente da Patagônia ao Alasca, exprime nas mãos e no olhar de seus filhos as muitas luas que forjaram o rosto dos astrônomos Astecas, dos construtores Maia, dos guerreiros Incas, dos ourives Chibcha. No sangue de todos eles, vibrava a voz dos sábios da aldeia, o perfume das plantas da floresta, os cantos dos ritos culturais à nossa mãe terra, o calor das mãos colhendo os frutos e o ardor dos preparativos de guerra. A vida que surgia dos nossos povos foi destruída. Carregamos em nosso sangue 500 anos de invasões, de genocídio, de evangelização, mas sobretudo 500 anos de resistência, para nunca esquecer quem somos.

A invasão européia não foi apenas um dos mais violentos crimes da humanidade, mas sobretudo a mutilação e o extermínio de muitas culturas, que se exprimiam em nossas organizações políticas, no pensamento religioso, na poesia e na ciência. A invasão teve como conseqüência o saque da mãe terra. Terra ferida pela voracidade de um império e de uma igreja que não hesitaram em utilizar o assassinato, a tortura e o nome de Deus para seqüestrar milhões de africanos, que foram arrancados de suas famílias para serem explorados neste continente como massa escrava.

A invasão ainda não acabou. Continua até hoje, por meio de uma ideologia de dominação, que tenta, enganosamente, negar nosso direito de existir, de falar e de escolher nosso caminho. Temem que possamos manter vivas as nossas raízes, que possamos altear a nossa voz e nos unir como povos irmãos.

* Do Encontro Latino-americano das Organizações Indígenas (Bogotá, Colômbia, 1988), que reuniu 70 delegados indígenas, representantes de 21 países do continente.

Apesar de tudo, a vida emerge de nosso continente. Continuamos a nos bater e a resistir para chegarmos a ser povos autônomos. A luta que nossos predecessores lutaram não foi vã. Em nome da nossa liberdade e das nossas culturas, muitos preferiram morrer a submeter-se.

Nós, povos indígenas, não celebraremos a usurpação das nossas terras, muito menos o genocídio ao qual fomos submetidos. Estes 500 anos devem ser ocasião para recuperar a semente de nossa identidade e para articular a luta com outros setores espoliados e oprimidos, em um projeto global e alternativo de libertação.

RESOLUÇÕES

1. Rejeitar as celebrações oficiais dos 500 anos e estimular a reflexão do significado das invasões, do genocídio e da chamada evangelização.
2. Recuperar datas históricas que recordam as lutas dos povos indígenas, como 4 de novembro, que assinala o início da resistência de Tupac Amaru.
3. Estimular e valorizar a participação da mulher na resistência, porque ela é figura fundamental para a preservação da nossa cultura.
4. Revalorizar a medicina tradicional para manter a saúde sem renegar as nossas tradições.
5. Resgatar a história local, regional, nacional e latino-americana.
6. Exigir dos governos a expulsão das seitas religiosas, sobretudo daquelas que se opõem ao desenvolvimento e à autonomia dos povos indígenas.
7. Convocar as organizações populares, para que apoiem e se comprometam com as lutas indígenas, reforçando a colaboração entre os jovens.
8. Denunciar à Comissão dos Direitos Humanos da ONU os casos em que os autores de violências contra os povos indígenas permanecem impunes.
9. Exigir dos governos o reconhecimento oficial de uma educação bilíngüe e intercultural.
10. Reforçar as organizações indígenas e camponesas para obter a efetiva defesa de nossos territórios.
11. Lutar por uma reforma agrária integral e democrática, para eliminar a concentração fundiária, a prepotência dos latifun-

- diários e das multinacionais, para dar lugar a um desenvolvimento que melhore as condições de vida das populações.
12. Impor a participação de indígenas e camponeses no usufruto dos recursos naturais.
13. Bater-se pela preservação da natureza e do meio ambiente.
14. Declarar 12 de outubro o Dia da Dignidade Continental, da soberania e da autodeterminação dos povos indígenas.

CRONOLOGIA DE UMA FARSA

*Os homens brancos têm muito que aprender com os índios. Continuam acumulando conhecimentos, mas ainda não se tornaram sábios. Ao contrário dos índios, que são sábios.**

UMA BATALHA PELA SOBREVIVÊNCIA

Os povos indígenas que vivem na Amazônia mantêm uma história de relação com os brancos há quase quinhentos anos.

No início do século XVI, franceses e, sobretudo, portugueses, estabeleceram-se na costa do atual Brasil, criando postos de armazenamento e de exportação dos produtos da floresta de mais fácil comercialização.

A partir daqueles anos, a história das relações entre os índios e o resto da população, que crescia em número e enriquecia em componentes étnicos (brancos, negros, mestiços, mulatos), pode ser compreendida pela observação dos mecanismos de exploração. De um lado, os brancos impuseram pela força um pacto comercial, com base no qual os índios deveriam colher os produtos da floresta e entregá-los nos portos de exportação; de outro, formou-se uma estrutura produtiva autônoma — a plantação — baseada no trabalho escravo dos índios e dos negros africanos. Essas duas formas de contato levaram, em ritmos diferentes, mas inexoráveis, à desagregação das sociedades indígenas: a plantação, derrubando a floresta, aprisionando os índios e destruindo as relações tribais; a economia extrativista impondo ritmos de produção que o ambiente natural não podia sustentar.

No curso dos séculos, muitos povos desapareceram, exterminados pelas violências e pelas enfermidades, desarraigados pela escravidão, assimilados. Outros fugiram adentrando cada vez mais as brenhas da grande floresta amazônica, que os brancos consideravam

* José Lutzemberger, secretário do meio ambiente do governo, maio de 1990.

demasiado hostil à sua colonização. A terra era grande: parecia representar um refúgio seguro e inesgotável para os índios, mesmo se a ocupação de territórios tradicionalmente controlados por outros grupos indígenas freqüentemente desencadeasse guerras intestinas.

A destruição de centenas de nações indígenas consumou-se no arco destes cinco séculos, principalmente pelo choque entre dois modos opostos de conceber e organizar o espaço: enquanto o espaço branco, europeu e norte-americano foi transformado pelo aproveitamento de todos os recursos disponíveis, o espaço indígena conservou-se em estado natural, sem que se operassem modificações no mundo circunstante. Consolidou-se um complexo equilíbrio de organização, plasmado pelo lento processo de formação das sociedades indígenas, que integra harmoniosamente, num único sistema, o homem e seu ambiente. Dentro deste espaço, a natureza é determinante e fundamental para a vida dos índios.

A organização social e a sobrevivência dos povos indígenas da Amazônia podem se dar num único "habitat": a floresta tropical. O equilíbrio entre as sociedades indígenas e o meio ambiente manteve-se relativamente protegido até algumas dezenas de anos atrás. Hoje, a ocupação maciça da região amazônica e a selvagem destruição da floresta em nome das necessidades da economia de mercado fazem com que não haja mais "espaço" para os índios.

José de Souza Martins, sociólogo brasileiro, num livro de título emblemático, assim descreve o processo: "A vida terminou. Mais de um povo indígena reconheceu estar morrendo como povo, pois a demarcação das suas terras, o confisco de seu território, a transferência de seu espaço representam o fim. Lá, mais adiante, não há terra, há demarcação, arame farpado, bandidos, fuzis, morte. E, neste verão, não haverá mais terra para plantar, rios para pescar, floresta para caçar.

Haverá a estrada, a estrada pública do governo que leva o usurpador da terra, o latifundiário, o empresário. Haverá os que partirão para sempre, para nunca mais voltar. Para estes, a estrada não tem volta: ou a floresta, ao longe, ou a favela. Ficarão as mulheres e as meninas, os homens e os meninos irão embora, para o fim da estrada. Não irão ganhar dinheiro. Só comer. E mal. Ficarão as meninas, fazendo o trabalho dos pais..." (Martins, *Non ci sarà terra da piantare quest'estate*).

Esta é a situação dos índios da Amazônia. Esta é a situação dos Yanomami: isolados nas florestas do Norte do Brasil, tiveram a desgraça de se estabelecer numa região riquíssima em minerais preciosos. Hoje os Yanomami estão morrendo. Com eles, morre uma socie-



dade, uma cultura, um patrimônio de conhecimentos sobre a natureza e sobre o mundo construído durante séculos. A batalha é pela sobrevivência de uma minoria, das minorias. Para manter a riqueza da diversidade, para evitar que a humanidade perca uma parte de si mesma.

PRISIONEIRO NA FLORESTA

José Sarney, presidente da república brasileira até 15 de março de 1990 e substituído pelo presidente Fernando Collor de Melo, inaugurou com um "golpe baixo" a política para os povos indígenas.

Em abril de 1985, os índios Kaiapó haviam conseguido expulsar milhares de garimpeiros de seus territórios, ainda não delimitados, no estado do Pará. Para iniciar qualquer processo de demarcação das áreas kaiapó, o governo impôs como condição a volta dos garimpeiros.

E outro "golpe baixo" encerrou o mandato do ex-presidente: em 16 de fevereiro de 1990, em seu último mês no poder, Sarney assinou dois decretos, criando dentro do território dos Yanomami, em Roraima, três "reservas garimpeiras", ou seja, territórios nos quais se permite a extração de minérios.

No que se refere aos direitos das nações indígenas, o governo brasileiro caracteriza-se por práticas ilegais, subservientes às pressões de militares, empresários, latifundiários, contrabandistas e especuladores de todo tipo. Analisada sob todos os pontos de vista, a ação do governo, nos últimos anos, deixa transparecer marcas inconfundíveis de delinqüência, de engano, de corrupção, de violência, de propósito deliberado de acelerar a destruição das sociedades indígenas. Se é verdade que as arbitrariedades contra os índios se repetem há quinhentos anos, é incontestável que a situação agravou-se brutalmente, como demonstra o genocídio dos Yanomami.

Os primeiros contatos com o homem branco datam, para os Yanomami, do início deste século, mas o encontro direto com a nossa civilização ocorreu de forma sistemática a partir dos anos 70. Os Yanomami estabeleceram-se nas terras que compõem o *Sistema Parima*, uma região fronteira entre Brasil e Venezuela, inserida entre as nascentes dos rios Orinoco, Negro e Branco, até o vale do rio Catrimani. A extensão do território brasileiro ocupado por essa população indígena é de aproximadamente 94.000km². O último censo realizado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) calculava uma população de quase 10.000 Yanomami no Brasil, enquanto na Venezuela são cerca de 11.000.

O reconhecimento destes territórios por parte do estado brasileiro seguiu um longo e tortuoso caminho, feito de decretos e sentenças, que culminou no quadro que configura a fragmentação do território em 19 áreas distintas, separadas entre si, e três reservas ga-

rimpeiras, não obstante a sentença contrária do Tribunal de Justiça Federal de outubro de 1989.¹

Em 1985, o governo identificou uma área de aproximadamente 94.000km², para efeito de demarcação do Parque Indígena Yanomami (decreto n. 1718/85). Em setembro de 1988, Sarney ratificou outro decreto (n. 160/88), em virtude do qual eram consideradas como território yanomami 19 áreas contínuas, que totalizavam mais de 80.000km². Dois meses depois, em 10 de novembro, apenas promulgada a nova constituição brasileira, foi publicado novo decreto (n. 250/88), reduzindo o território yanomami às 19 áreas nos imediatos arredores das principais concentrações de aldeias. As outras áreas permaneciam isoladas entre si e a sua superfície total atingia cerca de 24.000km², o que significa menos de 30% do total real. Nas outras regiões foram criadas — perto do já existente Parque Nacional Pico da Neblina — as florestas Nacionais de Roraima e do Amazonas, de 57.000km², destinadas à proteção ambiental, mas sujeitas à exploração mineral racional.

Com um simples ato administrativo, subtraíram-se dos Yanomami mais de dois terços de suas terras: é como se, repentinamente, um governo proibisse os habitantes de uma cidade de sair de seus bairros...

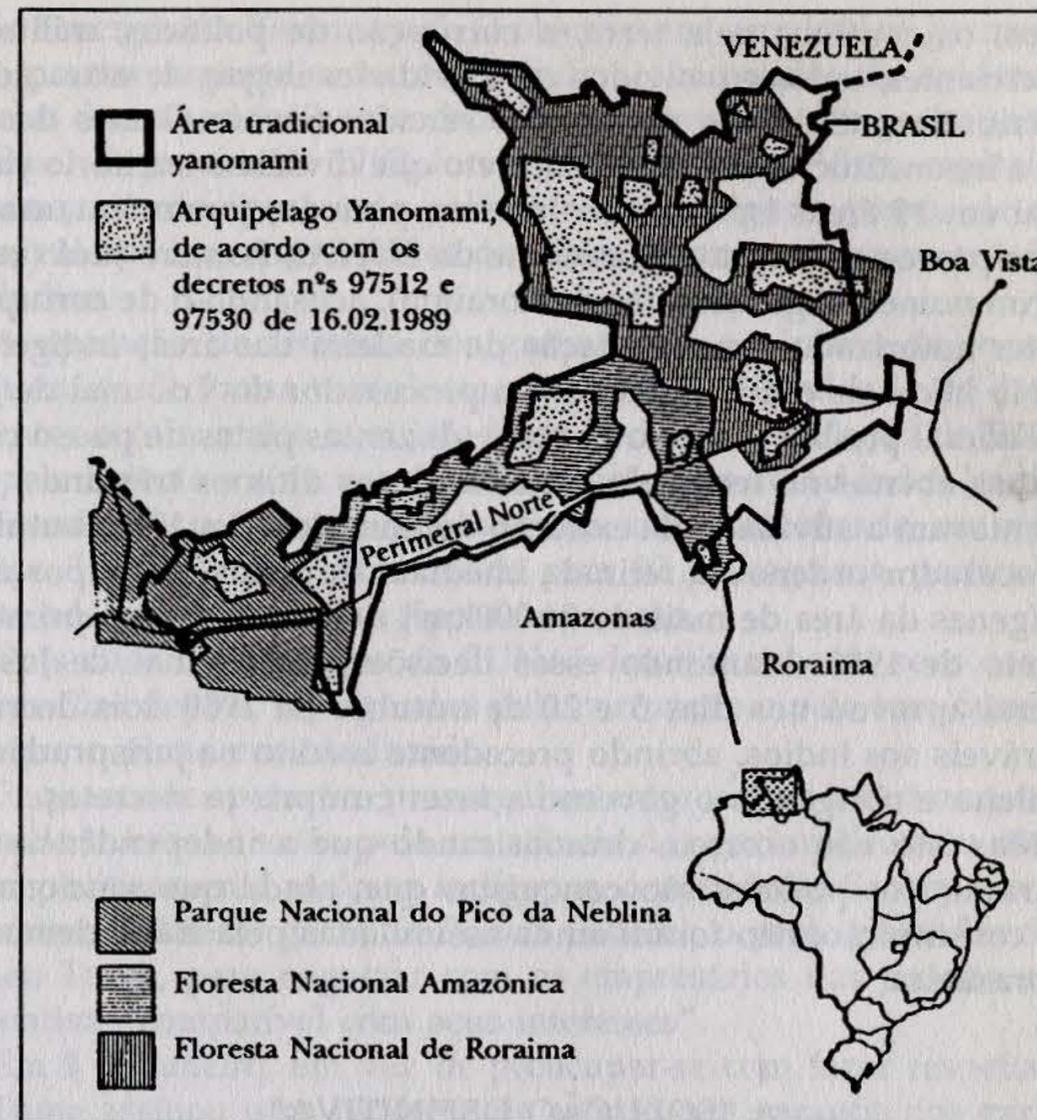
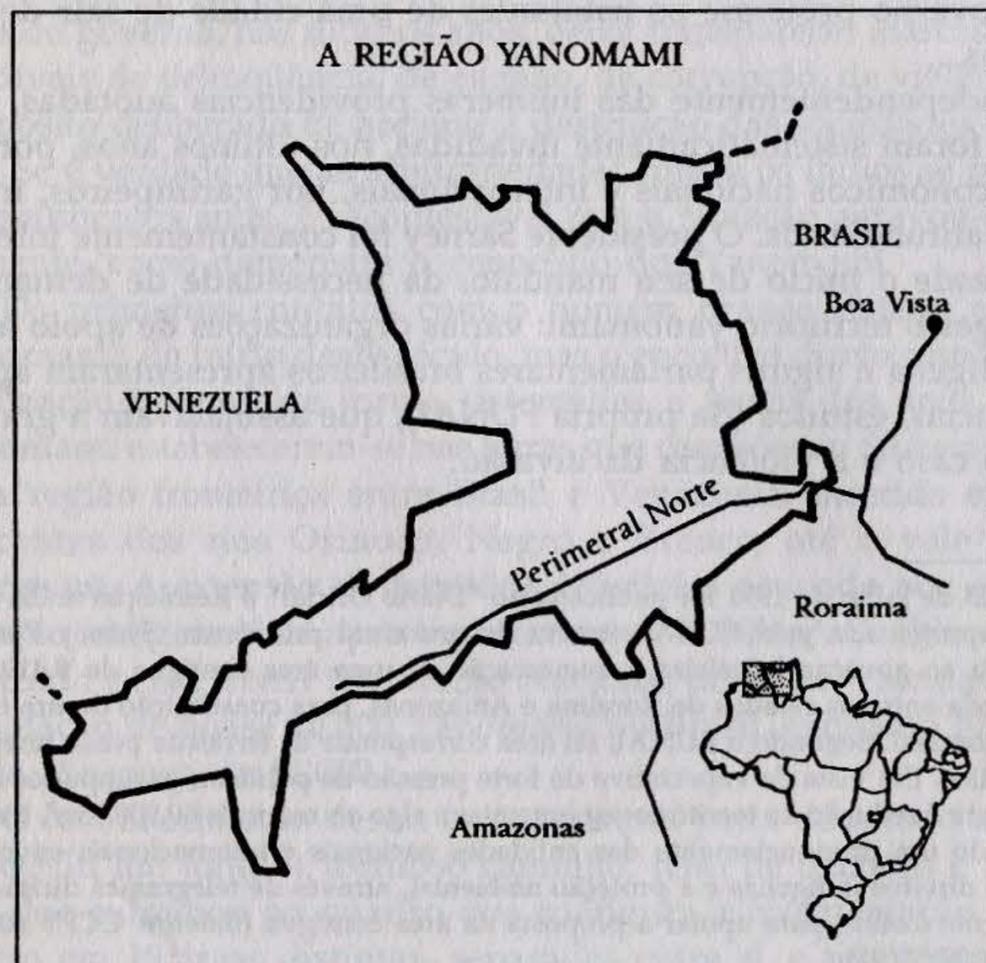
Independentemente das inúmeras providências adotadas, estas áreas foram sistematicamente invadidas, nos últimos anos, por grupos econômicos nacionais e internacionais, por garimpeiros, militares e latifundiários. O presidente Sarney foi constantemente informado, desde o início de seu mandato, da necessidade de demarcar e proteger o território yanomami: várias organizações de apoio à causa indígena e alguns parlamentares brasileiros apresentaram apelos, denúncias, estudos (da própria FUNAI), que assinalavam a gravidade do caso e a violência da invasão.

1. Em 25 de julho de 1991 foi publicada no "Diário Oficial" a Resolução n. 02, de 22-7-91, apresentada pela FUNAI através de seu atual presidente, Sydney Possuelo, pedindo ao governo brasileiro a demarcação de uma área contígua de 9.419.108ha localizada entre os estados de Roraima e Amazonas, para constituição de um território yanomami. Segundo a FUNAI, tal área corresponde às terras de posse imemorial dos índios. Em vista da expectativa de forte pressão de políticos, garimpeiros e militares para a redução do território yanomami em algo ao redor de 60.000 Km², tem sido solicitado um pronunciamento das entidades nacionais e internacionais envolvidas com os direitos indígenas e a proteção ambiental, através de telegramas dirigidos ao presidente Collor, para apoiar a proposta da área contígua (Boletins CCPY 40 e 41a de 11 e 27/7/91).

Um representante Yanomami, Davi Kopenawa, foi recebido três vezes pelo presidente. Em todas as manifestações públicas, Sarney confirmava sua preocupação com a questão indígena. Mas seus "esforços" não foram além dos citados decretos, certamente insuficientes para impedir a progressiva invasão das áreas. O caso Yanomami reveste-se hoje de grande importância, não só porque evidencia flagrantes violações à constituição praticadas pelas autoridades máximas do governo, mas também porque concerne à proteção da maior etnia da América do Sul que ainda conserva suas características originais e que está atualmente ameaçada de desagregação cultural e de extermínio físico completo.

FRÁGIL DEMOCRACIA

O artigo 231 da constituição brasileira, no primeiro parágrafo, reza: "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles



habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Foi partindo desta premissa que a FUNAI requereu, em 1985, a demarcação do tradicional território yanomami de 94.000km². As sucessivas reduções da área, até chegar aos 24.000km² atuais, não foram nada mais que a cobertura jurídica ao progressivo avanço da invasão dos garimpeiros em Roraima.

Em 12 de janeiro de 1989, Paulo Brossard, então ministro da justiça, entregou ao presidente Sarney uma análise da situação baseada numa missão oficial na área Yanomami de uma comissão do Conselho da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. O documento apontava a gravidade do problema, a violação dos direitos humanos dos

índios, os conflitos pela terra, a corrupção de políticos, militares, comerciantes, todos envolvidos em atividades ilegais de extração de minérios e contrabando de ouro. O senador Severo Gomes denunciou a inconstitucionalidade do decreto que dividia o território yanomami em 19 áreas isoladas. No mesmo período, foram instaurados vários processos contra o presidente da FUNAI, Romero Jucá (nesse ínterim nomeado governador de Roraima), acusando-o de corrupção por ter autorizado a expropriação de madeira das áreas indígenas.

No início de outubro de 1989, o procurador do Tribunal de Justiça Federal proibiu o acesso às quase duzentas pistas de pouso clandestinas abertas no território yanomami nos últimos três anos, que sustentavam a atividade de extração de minérios. Em 12 de outubro, o procurador ordenou a retirada imediata de todos os grupos não-indígenas da área de mais de 94.000km², de acordo com o primeiro decreto de 1985. Mantendo essas decisões, o Tribunal de Justiça Federal aprovou nos dias 5 e 20 de outubro de 1989 dois decretos favoráveis aos índios, abrindo precedente inédito na jurisprudência brasileira e obrigando o governo a fazer cumprir os decretos.

Mas isto não ocorreu, demonstrando que a independência e a separação dos poderes são conquistas que, ainda que sancionadas pela constituição, não foram ainda assimiladas pela frágil democracia brasileira.

A "SOLUÇÃO DEFINITIVA"

Em novembro de 1989, um mês após a publicação dos dois decretos do Supremo Tribunal Federal, ainda não havia sido estudada nenhuma medida concreta para expulsar os garimpeiros das áreas yanomami. A polícia federal comunicou que não dispunha de condições "técnicas" para efetuar a operação. O ministério solicitou então a utilização de contingentes do exército. Em 5 de dezembro, o juiz da Primeira Vara do Distrito Federal de Brasília, João Batista Coelho Aguiar, determinou que a aeronáutica impedisse o acesso às pistas de aterrissagem clandestinas, em vista de o ministro da Justiça, Saulo Ramos, ter descartado qualquer hipótese de enviar tropas do exército para Roraima.

Em 10 de dezembro, o Congresso Nacional aprovou um dispositivo (n. 273/89) e uma medida provisória (n. 120/89), destinando 55 milhões de cruzados (mais de um milhão de dólares) ao financiamento das operações denominadas "Floresta Livre" e "Plano Sanitá-

rio de Emergência Yanomami". O objetivo era expulsar os garimpeiros e prestar urgente socorro aos índios, acometidos de epidemias por eles desconhecidas e introduzidas pela invasão dos garimpeiros.

Em 3 de janeiro de 1990, foram enviados a Boa Vista, capital de Roraima, oitenta agentes da polícia federal e alguns grupos de médicos, enfermeiros e intérpretes de várias organizações para a defesa dos índios.

A operação de retirada dos garimpeiros e o plano de socorro iniciaram-se de forma turbulenta, com grande dificuldade de deslocamentos e com muita hostilidade de parte da população de Roraima, pelo boicote e a recusa de colaboração das autoridades locais e da aeronáutica, que negou-se a conceder, como combinado, um avião do tipo "Búfalo", com capacidade para 32 passageiros, particularmente adequado para esse tipo de operação.

Dois altos funcionários da FUNAI demitiram-se de seus cargos poucos dias depois, repugnados pela corrupção e pelo tom farsesco com que o plano era conduzido.

Enquanto as operações prosseguiram entre muitas incertezas, num clima de máxima tensão pela resistência dos garimpeiros em abandonar pacificamente as áreas indígenas, o presidente Sarney enviou a Roraima o diretor geral da Polícia Federal, o prestigiado "xerife" Romeu Tuma, para negociar com os empresários das jazidas uma alternativa "compatível com seus interesses".

Em 9 de janeiro, em vez de preocupar-se com fazer respeitar a lei, Tuma assinou uma hipótese de acordo que garantia aos garimpeiros a criação de três reservas em pleno território yanomami, destinadas à extração mineral.

O procurador da república, Eugênio Aragão, pediu que Tuma fosse preso imediatamente, mas, para surpresa geral, o ministro da justiça, Saulo Ramos, desfez a embaraçosa situação confirmando que o acordo era perfeitamente legal, pelo menos até a conclusão do processo de demarcação das áreas yanomami. A "sugestiva" tese do ministro sustentava como "legal", porque fruto de um acordo, o que, até o dia anterior era, por lei, considerado "ilegal"...

Em 29 de janeiro, o presidente Sarney ratificou o acordo numa transmissão de televisão em rede, comunicando ter, finalmente, "resolvido" o problema yanomami, com a criação da primeira "reserva garimpeira", denominada Uraricoera-Santa Rosa, de 1.000km², localizada fora das áreas indígenas. A solução, de acordo com Sarney, permitia, ao mesmo tempo, tutelar os Yanomami e dar oportunidade de trabalho aos garimpeiros. O CEDI (Centro Ecumênico de Docu-

AS TRÊS RESERVAS GARIMPEIRAS
definidas pelo governo brasileiro



mentação e Informação) denunciou uma parcial sobreposição entre as áreas indígenas e a reserva mineral, divulgando um estudo cuidadoso sobre as coordenadas geográficas da região. O decreto Sarney surrupiava 16,1% da área yanomami, próximos à reserva garimpeira.

A legalização da invasão dos garimpeiros ratificava de fato o processo de extermínio em curso. Apesar de inúmeros apelos que procuravam convencer o presidente a rever sua posição, mesmo

porque os índios não haviam participado das negociações entre os representantes do governo e dos garimpeiros, Sarney confirmou sua decisão e não permitiu a discussão das alternativas.

O ministro Saulo Ramos dirigiu-se, também, a Roraima para reforçar os acordos, num clima de grande tensão. Para arrematar a "obra", exatamente um mês antes do término do seu mandato, Sarney assinou, em 16 de fevereiro de 1990, mais dois decretos (n. 98.959 e 98.960), liberando as reservas Catrimani-Couto de Magalhães (2.800km²) e Uraricoera (1.250km²), inteiramente situadas dentro do território indígena, cujo acesso havia sido proibido pelo Supremo Tribunal Federal.

Na tentativa de desviar a atenção, o governo empenhou-se em desmentir as "escandalosas" imagens da rede de televisão francesa *Antenne 2*, que, no início de janeiro, exibira as trágicas condições de saúde dos Yanomami, ao invés de intervir para solucionar o problema sanitário. Quando os jornalistas franceses Jacques Dovai e Noël Mamere filmaram a agonia e a morte de uma índia, o Saulo Ramos de sempre — preocupado com os reflexos internacionais negativos provocados pelas imagens — incriminou os repórteres por omissão de socorro. Soube-se depois que a mulher estava sendo assistida por cinco médicos.

Nesses mesmos dias, o então futuro presidente da república, Fernando Collor de Mello, peregrinava pelo mundo com o objetivo de apresentar-se às grandes potências para obter prestígio e apoio internacional. Em cada país visitado por Collor, organizaram-se manifestações de protesto contra a devastação da Amazônia e o genocídio dos Yanomami.

A criação das duas últimas reservas garimpeiras foi justificada pelo ministro da saúde, Seigo Tsuzuki. Em sua opinião, a expulsão dos garimpeiros das terras yanomami comportaria graves riscos pelo perigo de se difundir por todo o país uma epidemia de oncocercose, enfermidade transmitida por microorganismos que atacam os olhos e a pele, provocando cegueira. Especialistas em medicina tropical têm, na realidade, contestado a afirmação do ministro, demonstrando que a doença não se difunde por contato humano, mas através de um inseto que só sobrevive em regiões quentes de alto índice de oxidação, exatamente como a região amazônica.

A motivação inconfessável da criação das reservas foi, ao invés, revelada ao jornal "O Globo" de 4 de fevereiro, pelo comandante militar da Amazônia Brasileira, general Antenor Santa Cruz, transparente na defesa dos garimpeiros:

“Os garimpeiros têm importância estratégica fundamental para a ocupação das áreas fronteiriças. Se a Justiça Federal decidiu que aqueles homens devem ser expulsos, que ocupem, pelo menos, as florestas nacionais! Mesmo sendo expulsos, os garimpeiros partiriam hoje com respeito e voltariam amanhã com irreverência... O garimpeiro não é um bandido, mas um brasileiro sacrificado. A questão Yanomami é um pretexto para justificar a internacionalização da Amazônia”.

A importância estratégica que os militares atribuem aos garimpeiros é a de formar uma “fronteira viva”, isto é, uma zona ocupada por cidadãos com carteira de identidade. O índio, ao invés, é visto como um incômodo obstáculo ao progresso, empecilho a eliminar ou no máximo, a ser integrado na sociedade “civilizada”.

O vice-procurador da república, Carlos Victor Muzzi, em 20 de fevereiro de 1990, denunciou à Câmara dos Deputados — sob a acusação de responsabilidade objetiva e de desobediência ao Poder Judiciário — Sarney, à época presidente, e seus ministros da justiça, do interior, da energia, da saúde e da aeronáutica, por terem assinado os decretos-leis citados. A criação — ilegal — de três reservas minerais em território yanomami é uma flagrante violação, conforme a acusação, aos direitos humanos fundamentais do índio e à constituição brasileira.

A declaração do ministro Saulo Ramos em Manaus, AM, segundo a qual os que estavam denunciando o genocídio eram “cretinos”, contradiz a realidade: conforme dados colhidos pelos médicos que entraram em território yanomami, a presença dos garimpeiros já causou, nos últimos anos, a morte de 1.500 índios (aproximadamente 15% dos Yanomami). O número pode até parecer exíguo se não considerarmos, como afirmou um médico que visitou a região, que corresponde, proporcionalmente, ao total dos mortos na Europa durante a segunda guerra mundial...”

S.O.S. YANOMAMI

Os Yanomami, como todos os outros povos indígenas isolados, nunca conheceram a gripe, o sarampo, a pneumonia, a tuberculose, a hepatite viral, a malária, as doenças venéreas. Aproximadamente 50 mil garimpeiros invadiram seu território nesses anos, levando todas as doenças típicas das camadas sociais marginalizadas e exploradas que vivem e trabalham, freqüentemente, em condições desumanas. Em agosto de 1987 — após um conflito em que foram mortos

quatro Yanomami — a FUNAI decidiu expulsar todos os brancos das áreas, suspendendo várias colaborações com associações não-governamentais e missões religiosas que forneciam certa assistência aos índios. O governo afirmava estar em condições de elaborar um programa próprio de prevenção. Não o fez, mas conseguiu, com esse gesto, remover testemunhas incômodas...

Nos últimos meses de 1989, após uma violentíssima epidemia de malária, tuberculose e outras doenças virais, foram progressivamente internados na Casa do Índio de Boa Vista — uma espécie de hospital administrado pela FUNAI — mais de 260 Yanomami. Dezenas deles morreram, ressaltando que a situação já chegara a níveis incontroláveis.

Além da difusão de doenças, o vínculo que o índio estabeleceu com seu invasor é tão profundo que os Yanomami estão modificando seu relacionamento milenar com a floresta e com o meio ambiente. O impacto de um mundo desconhecido e da tecnologia do ano 2000 (aviões, helicópteros, armas, televisores, dragas, escavadeiras etc.) está forçando os índios — mais fracos e indefesos — à dependência alimentar e à absorção passiva de elementos estranhos a sua cultura. Se a isso acrescentarmos a poluição, a violência, o alcoolismo, a prostituição, o comércio clandestino de armas, minérios, drogas, temos o quadro da desagregação física e cultural dos Yanomami. As conseqüências são doenças, desnutrição, poluição. E sempre maior é o número de índios, não só Yanomami, que se tornam garimpeiros.

Segundo alguns estudos da FUNAI, caso não se desenvolva imediatamente um programa de assistência ramificado e constante, a população yanomami se reduzirá drasticamente em poucos anos, pela irreversibilidade dos processos em curso.

Apesar de a situação não ser conhecida de hoje, só em dezembro de 1989 o governo aprovou o Plano Sanitário de Emergência Yanomami. Para torná-lo viável, foi convocado um grupo de sanitaristas, especialistas em problemas indígenas e intérpretes. Os trabalhos das várias equipes — três turnos de quinze dias nas seis regiões consideradas prioritárias — iniciaram-se em 3 de janeiro de 1990. O objetivo era socorrer 5.000 Yanomami e, eventualmente, os garimpeiros acometidos de malária e oncocercose. O plano sofreu atrasos, boicotes e enfrentou dificuldades de todos os tipos, pela falta de transporte aéreo adequado, pela crescente corrupção, pela precária preparação específica dos agentes de polícia presentes nas áreas indígenas e pelas polêmicas internas aos grupos.

O MOVIMENTO "AÇÃO PELA CIDADANIA"

"Ação pela Cidadania" é um movimento composto de parlamentares, jornalistas, advogados, sindicalistas, cientistas, antropólogos e religiosos. Nasceu com o objetivo de valorizar a participação dos cidadãos na gestão da coisa pública, intervindo para denunciar as mais macroscópicas violações das leis e dos direitos humanos no Brasil. O movimento, surgido no início de 1989, decidiu concentrar sua ação em dois casos, considerados exemplares pela gravidade dos abusos: a violência rural no Estado do Acre, que culminou com o assassinato do sindicalista Chico Mendes, e o genocídio dos Yanomami.

Em junho de 1989, os membros do movimento foram a Roraima para verificar *in locu* as violências cometidas contra os índios Yanomami, Makuxi, Wapixana Taurepang e Ingarikó. Ao término da inspeção, durante a qual foram observadas de perto as áreas de maior conflito e foram investigadas as denúncias, "Ação pela Cidadania" publicou um documento: *Roraima: aviso de morte*, no qual se denunciavam:

- a intensificação dos conflitos no território indígena de Roraima, decorrentes da invasão de 50 mil garimpeiros e da concessão de 300 licenças de ocupação agrária;
- a evasão fiscal devida à comercialização clandestina do ouro;
- a inexistência das mais elementares condições de segurança no tráfego aéreo local, onde operam impunemente 400 monomotores sem autorização e instrumentação suficiente, transportando homens e materiais nas centenas de pistas clandestinas da floresta, sem qualquer licença do Departamento de Aviação Civil;
- o crescente aumento do índice de mortalidade entre os Yanomami, provocado pela difusão de doenças introduzidas pelos garimpeiros;
- a devastação ambiental, causada sobretudo pelas toneladas de mercúrio utilizado na extração do ouro e lançado nos rios e na selva sem nenhum controle de parte das autoridades estaduais e federais.

O documento recomendava ainda urgentes e concretas providências para a revogação do decreto n. 250/88 que desmembrara o território yanomami em 19 áreas separadas; requeria a expulsão total e definitiva dos garimpeiros; solicitava a constituição de um grupo de estudos, com a participação de representantes do governo, dos garimpeiros e das organizações para a defesa dos indígenas, com a

finalidade de apresentar alternativas de proteção aos índios e, ao mesmo tempo, permitir o aproveitamento equilibrado das riquezas minerais.

"Ação pela Cidadania" reivindicava, enfim, o início imediato de aplicação do Plano de socorro sanitário e da demarcação das áreas de todos os povos indígenas de Roraima, respeitando os critérios étnico-culturais sancionados pela constituição. Todas essas exigências obtiveram, sucessivamente, o apoio do procurador do Supremo Tribunal Federal e prepararam o necessário clima político para forçar o presidente Sarney a mover-se, mesmo se, na realidade, a estratégia do governo fosse ganhar tempo para passar a "batata quente" às mãos do presidente Fernando Collor de Mello.

O "FENÔMENO" COLLOR

A partir de 15 de março de 1990, o Brasil foi revolvido pelo presidente Fernando Collor de Mello. Desfrutando de uma imagem "cientificamente" construída pela mídia, determinada, esportiva, audaz, moderna — um "Indiana Jones" da política —, Collor conseguiu arrancar a vitória nas últimas eleições e obter o apoio inicial de amplos setores da população, especialmente o mais pobre. Em seu primeiro dia de governo, Collor impôs um duríssimo plano recessivo de saneamento econômico, com o objetivo de debelar a inflação (que chegara aos 85% ao mês) e conquistar credibilidade internacional.

O perfil da nova política indígena brasileira é ainda muito incerto e contraditório: ainda que Collor, como Sarney, represente a manutenção da submissão aos interesses mais conservadores do país, houve uma mudança de estratégia. O presidente quer mostrar uma face nova do poder, eficiente, resoluto, atenta às dinâmicas internacionais. A questão ecológica, a Amazônia, a proteção dos povos indígenas tornaram-se prioridades "publicitárias" do novo governo (e condição necessária para obter empréstimos do FMI...).

Portanto, as primeiras medidas "ecológicas" de Collor devem ser interpretadas à luz dessa maquiagem publicitária: a nomeação do mais famoso ecologista latino-americano, José Lutzemberger, para a direção da Secretária do Meio Ambiente, diretamente ligada à presidência da república; a possível transformação do famigerado e genocida projeto militar *Calha Norte* num programa de preservação ambiental, muito menos incômodo de gerir; a oportuna visita do

presidente às áreas yanomami (em trajes militares) para assegurar à sociedade seu interesse pelo assunto; a decisão de efetuar um recenseamento completo da Amazônia, utilizando imagens obtidas pelos satélites para identificar as regiões de extração mineral abusiva e as áreas atingidas por devastação ambiental e incêndios; a total reestruturação da corruptíssima FUNAI, cujo destino é completamente precário; e, acima de tudo, a operação de destruição de dezenas de pistas de pouso clandestinas no território yanomami, dinamitadas no início do mês de maio de 1990, de forma espetacular, com a finalidade de garantir um forte impacto sobre a opinião pública internacional.

A conjuntura local e a situação econômica geral auxiliaram o presidente nesta fase. O torniquete monetário imposto à economia nacional — através do “seqüestro” de mais de 100 bilhões de dólares pelo bloqueio das contas bancárias — provocou, de início, uma queda da cotação do ouro no mercado. Este fato tornou a atividade de extração mineral menos lucrativa, pelos altos custos de produção e pelas dificuldades em vender o ouro, dada a escassez do dinheiro em circulação. Milhares de garimpeiros abandonaram as regiões dos Yanomami, vencidos pela longa queda de braço sustentada com a polícia federal.

Por outro lado, que ninguém se iluda!; essa retirada foi momentânea. Destruir quarenta pistas de aterrissagem (num total de 200...) não significa truncar uma atividade tão ramificada e estruturada quanto a atividade extrativa de Roraima. Verdadeira solução para o problema seria a expulsão total dos garimpeiros e o cumprimento das sentenças da justiça federal e da constituição, que sancionaram a proteção do território yanomami. Mas o novo presidente não se pronunciou sobre pontos cruciais, absolutamente. Um dos conselheiros de Collor para questões ambientais revelou a intenção do governo de regionalizar a solução dos conflitos nas áreas indígenas. Tal hipótese resultaria desastrosa para os índios, porque os exporia, indefesos, aos interesses das máfias políticas e econômicas locais, especialmente na Amazônia.

Collor, durante a campanha eleitoral, chegou a afirmar, num comício: “Os índios são geneticamente inferiores...”.

A posição do ecologista José Lutzemberger no governo é instável, visto que suas teses ambientais são completamente opostas aos interesses dos grupos econômicos e militares que “inventaram” Fernando Collor. Em suas freqüentes aparições nos simpósios internacionais, Lutzemberger atacou a construção de estradas e usinas hi-

drelétricas na Amazônia e mostrou-se favorável à necessidade de uma *perestroika* do capitalismo moderno...

Nos últimos meses, o governo Collor esboçou algumas ações de contenção, não obstante a guerra do Golfo e o incremento dos efeitos da “moda ecologista” terem desviado a atenção da opinião pública.

Com o objetivo de “proteger o último grande povo isolado da floresta tropical” (com um ano e meio de atraso com relação às sentenças da justiça federal...), o governo revogou os decretos que dividiam o território yanomami em 19 áreas separadas. O presidente nomeou uma comissão formada por representantes de quase seis ministérios para efetuar novos estudos (?) das áreas indígenas.

Um inédito e ambicioso plano de assistência foi lançado pelo ministério da saúde. O efeito positivo da presença quase constante de grupos de médicos reduziu em determinadas regiões os índices de mortalidade e de malária. Com a teatralidade que timbra todas as suas ações, Collor aproveitou o “Dia do Índio” para formalizar o desmembramento da FUNAI, a partir de então reduzida a insignificante departamento e com campo de atuação fragmentado entre diversos ministérios (saúde, educação, ambiente, agricultura).

“Quatro passos à frente, três atrás”, tal é o comentário dos chefes indígenas. As avaliações são contraditórias: algo mudou, mas nenhuma medida revela firme vontade de remover as causas do genocídio. Apesar de a FUNAI ter sido redimensionada, Cantídio Guimarães, o atual presidente, porém, é figurinha carimbada nos meios de corrupção e cumplicidade com os militares. Além disso, é muito difícil reconhecer um interlocutor oficial no governo, e os próprios representantes dos índios continuam a não ter voz nas decisões. Foram revogados os decretos que reduziam o território Yanomami, mas não se conseguiu debelar as fortes pressões das oligarquias locais. O governador de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, se recusa a “demarcar 40% do estado para os índios”. Libertou da prisão dezenas de garimpeiros, pagando a fiança do próprio bolso e chegou a ameaçar a polícia federal, encarregada de explodir as pistas de pouso na floresta, afirmando que em Roraima há só 20 agentes federais contra 1.300 homens da polícia civil e militar, controlados por ele...

A solução do problema yanomami é exclusivamente política. Depende da busca de alternativas de desenvolvimento socioeconômico real, que não dependam da extração ilegal das riquezas minerais de Roraima. Depende da vontade de garantir condições decentes de sobrevivência aos garimpeiros, cuja existência é conseqüência da

terrível situação de miséria em que vive amplo segmento da população e da falta crônica de terra para viver e trabalhar, absurda num país-continente. Depende, enfim, da aceitação de um progresso não-predatório, que preserve o patrimônio natural dessas regiões e que, acima de tudo, não destrua a vida, a cultura, a diversidade dos Yanomami.

VINTE ANOS DE INVASÕES

Poderia ser o último capítulo de uma guerra, de um choque cultural. Como em todas as conquistas, as causas são econômicas e políticas. Na incontrolável corrida ao ouro e aos outros minérios do subsolo amazônico, os Yanomami são vítimas para o sacrifício. Dia após dia, são violentados em sua cultura milenar, manipulados pelo estado e viciados pelos invasores. É o avanço irreversível de um incerto "desenvolvimento econômico", sinônimo de morte e extermínio.

Habitado por aproximadamente 21 mil indivíduos, o território yanomami situa-se numa faixa contínua entre o extremo-norte do Brasil e o sul da Venezuela, conhecida como Maciço das Guianas, uma das formações geológicas mais antigas do continente americano.

A tradição oral e os documentos das primeiras expedições científicas do século XVIII comprovam que a presença dos índios naquelas regiões é bem anterior à definição das fronteiras dos estados nacionais. O território ocupado pelos Yanomami é acidentado, com rios ricos em cachoeiras e uma densa floresta equatorial. A terra é inadequada para a agricultura intensiva, mas os índios ali sobrevivem há milênios, preservando as riquezas naturais e o equilíbrio ecológico.

Em etapas sucessivas, os Yanomami — como sempre ocorreu na história dos povos indígenas — foram submetidos a um violento processo de expropriação de suas terras e de sua cultura, aliado à devastação do ambiente ao redor. As primeiras invasões massivas iniciaram-se a partir dos anos '70, em pleno apogeu do milagre econômico brasileiro, durante a ditadura militar.

A construção parcial da Perimetral Norte (1974-1976), uma das estradas amazônicas projetadas no âmbito do programa de integração nacional do regime militar, abriu caminho às empresas de mineração. Ao longo da estrada que cortava a região sudeste da área yanomami, os índios foram exterminados pela violência dos invasores, por suas máquinas e por doenças desconhecidas, como sarampo, gripe, tuberculose, malária, doenças venéreas. A estrada não chegou a ser concluída por falta de verbas — astronômicas — necessárias a construção e manutenção, mas deixou um saldo de mortos difícil-

mente calculável (aproximadamente mil). Os sobreviventes daquela região não conseguiram recuperar-se: as aldeias foram destruídas ou abandonadas e, até hoje, é possível encontrar alguns índios vagando por aqueles poucos trechos de estrada que a floresta ainda não engoliu.

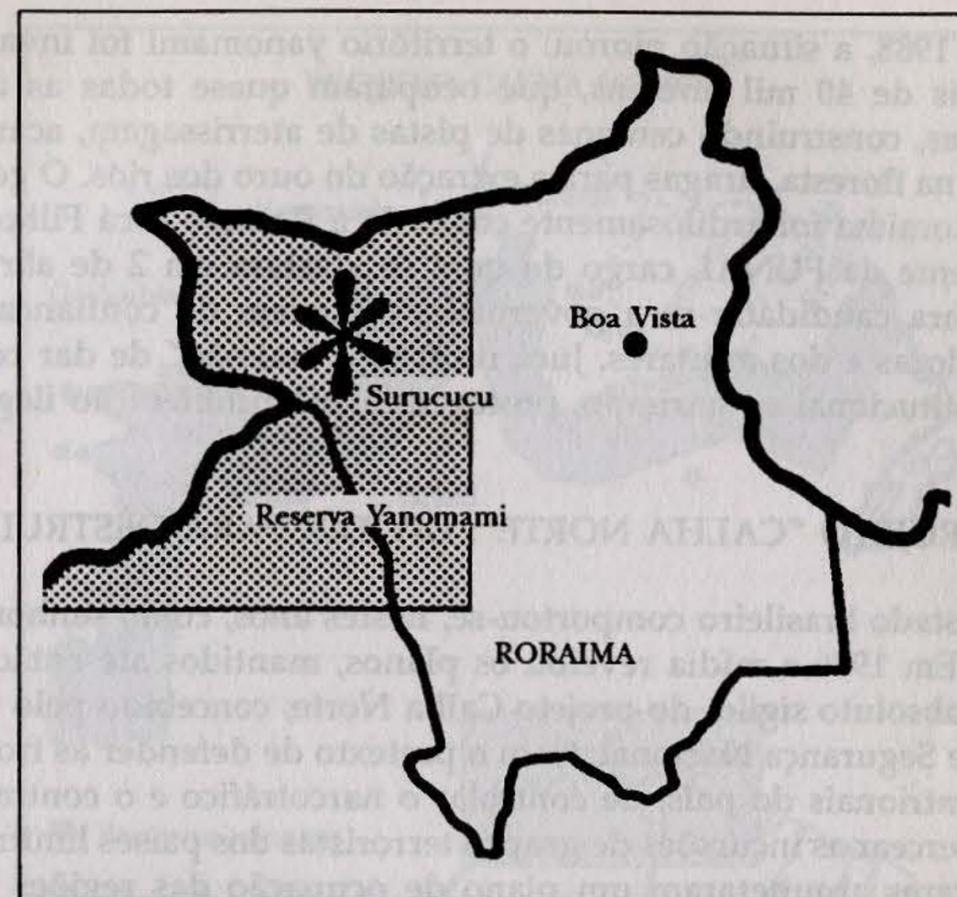
A FEBRE DO OURO

Em 1975, o projeto Radam-Brasil de aerofotometria revelou a existência, no território yanomami, de minérios preciosos e estratégicos; ouro, urânio, cassiterita (componente do estanho, utilizado pela indústria aeronáutica e na confecção de latas para bebidas). A corrida ao Maciço das Guianas intensificou-se, também pela difusão da idéia de que lá se encontrava o mítico Eldorado.

Há muitos anos, o território brasileiro estava sendo requisitado pelas empresas e pelos grandes grupos de mineração, estimulados por um código regulamentador das atividades de extração, idealizado para favorecer os interesses privados. Todo o subsolo brasileiro, não somente a área yanomami, é atualmente loteado em dezenas de milhares de áreas destinadas à prospecção e extração mineral. É uma imensa reserva de mercado, muito mais preciosa que a vida dos que, por desventura, habitam aquelas terras.

Os dados daquele que, até pouco tempo, era chamado de ministério da ciência e da tecnologia, indicavam que, até 1988, as companhias de extração possuíam na chamada Amazônia Legal, uma área de 1.300.000Km² (quatro vezes a superfície da Itália), da qual 41% nas mãos de grupos controlados por capital estrangeiro, 36% de empresas privadas brasileiras e 23% do Estado. Entre as multinacionais mais interessadas no subsolo amazônico, sobressaem-se a inglesa BP-Brascan, a sul-africana Anglo-American e a norte-americana Inco-Metal. Entre os grupos privados brasileiros, a Parapanema, a Brumadinho, a Beat e a Monteiro Aranha/Dias Leite. Entre as estatais, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

Em Roraima, região caracterizada pela predominante presença indígena, havia, em 1986, 640 áreas bloqueadas pelas empresas de mineração (segundo dados do CEDI/Conage). A quantidade de cassiterita concentrada na Serra de Surucucus é tão abundante (fala-se em 15 mil toneladas) que poderia, se extraída, causar uma queda na cotação mundial do estanho. Surucucus é uma das zonas mais



disputadas pelas empresas e pelos garimpeiros, também porque contém riquíssimos veios de urânio e de ouro, o último relativamente fácil de ser extraído e possuidor de um alto grau de pureza. Segundo o empresário de garimpo, José Altino Machado, a Serra de Surucucus vale um bilhão de dólares.

Em Roraima, a exploração mineral é controlada pela CODESAIMA (Companhia de Desenvolvimento de Roraima), que iniciou nos anos '70 uma atividade extrativa utilizando processos semimecanizados, compatíveis com as condições geográficas do local.

Em 1985, Surucucus foi novamente ocupada por homens, aviões e armas, com o apoio logístico de latifundiários e empresários. A operação fora idealizada pelo próprio José Altino Machado, que, naquela ocasião, não obteve sucesso: os homens, poucos e mal equipados, foram expulsos pelo exército e pela polícia federal.

Dois anos depois, a tentativa foi melhor planejada e rendeu a seus organizadores os frutos esperados, desencadeando a invasão definitiva das áreas indígenas, graças também à cumplicidade das autoridades locais e federais.

Em 1988, a situação piorou: o território yanomami foi invadido por mais de 40 mil homens, que ocuparam quase todas as áreas indígenas, construindo centenas de pistas de aterrissagem, acampamentos na floresta, dragas para a extração do ouro dos rios. O governo de Roraima foi ardidamente confiado a Romero Jucá Filho (ex-presidente da FUNAI, cargo do qual se afastara em 2 de abril de 1990, para candidatar-se a governador), homem de confiança das mineradoras e dos militares. Jucá recebeu a "missão" de dar cobertura institucional ao garimpo, protegendo sua proliferação ilegal.

O PROJETO "CALHA NORTE": DIVIDIR PARA DESTRUIR

O estado brasileiro comportou-se, nestes anos, como senhor dos índios. Em 1986 a mídia revelou os planos, mantidos até então sob o mais absoluto sigilo, do projeto Calha Norte, concebido pelo Conselho de Segurança Nacional. Com o pretexto de defender as fronteiras setentrionais do país, de controlar o narcotráfico e o contrabando, de cercear as incursões de grupos terroristas dos países limítrofes, os militares arquitetaram um plano de ocupação das regiões mais isoladas da Amazônia, que poderiam tornar-se produtivas sob os pontos de vista comercial, econômico e estratégico. Os autores do projeto utilizaram a fantástica teoria de uma conspiração em andamento, cuja finalidade seria criar uma "nação Yanomami" independente, na zona fronteiriça entre o Brasil e a Venezuela. Investiram 650 milhões de dólares numa série de infra-estruturas militares e logísticas na região ao norte dos rios Solimões e Amazonas, numa faixa de 6.500km de comprimento por 150km de largura.

Para integrar economicamente essas regiões "selvagens" ao resto do país, era necessário definir uma "política indígena adequada à região". Para poder "normalizar" o obstáculo ao progresso, representado pelos índios, o projeto previa:

- concentrar os índios em pequenos núcleos, alternando sua identidade étnico-cultural, para forçá-los à dependência e à integração com o restante da sociedade;¹

1. Outro projeto atual de "integração dos índios à comunidade nacional" é constituído pela estratégia das forças armadas Brasileiras de alistar Yanomami para "servir" ao exército brasileiro no destacamento militar de Maturacá, AM. A ação dos militares é baseada nas concepções de "soberania nacional" e "segurança nacional". Eles temem que os grupos indígenas venham a reivindicar um território nacional dentro do território brasileiro.



- suspender a demarcação das terras indígenas para favorecer um sucessivo aproveitamento econômico.

Tratava-se, na realidade, da abertura à penetração do capital brasileiro e multinacional na Amazônia, que poderia avançar como um rolo compressor sobre as populações indígenas.

Dentro desta concepção, estão sendo utilizados em Maturacá quatro índios Tukano para ensinar os Yanomami a falar português. Visto que existem lá índios Yanomami que poderiam atuar como professores de seu próprio povo, a utilização de índios de outros grupos faz supor que se quer evitar a utilização da língua yanomami. (Boletim CCPY n. 40 de 11-7-91).

O Projeto Calha Norte — atualmente em fase de revisão — é uma espécie de cavalo de Tróia. Exerce um poder de sedução sobre os grupos indígenas que habitam as regiões mais distantes e isoladas, levados pelo desejo de alterar seu modo de vida e trazer “presentes” para dentro de suas aldeias. Hoje, dentro do cavalo, estão os dólares das multinacionais e das grandes potências mundiais que emprestam dinheiro ao Brasil, pretendendo, em troca, obediência às diretrizes político-econômicas internacionais. Não se “toleram” massacres...

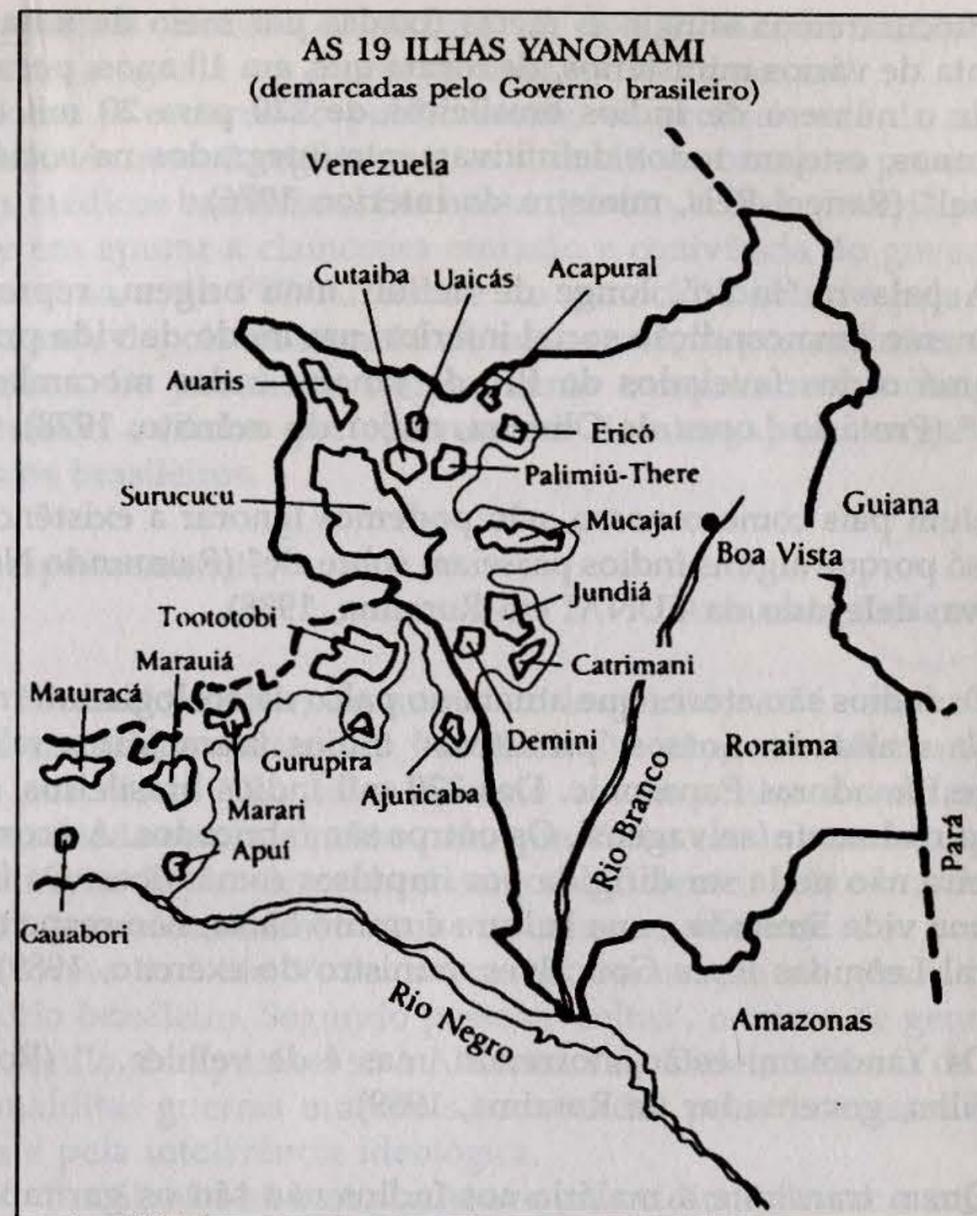
UM POVO “ISOLADO”

Os Yanomami vivem há tempos imemoriais numa área contínua de mais de 90.000Km². É uma nação considerada isolada pelas classificações antropológicas, visto que suas línguas não estão incluídas em nenhum “tronco” identificado. Os índios estão espalhados por mais de 200 aldeias e subdivididos em, pelo menos, quatro subgrupos lingüísticos: Yanã, Yanomã, Yanomamé, Sanumá. A tentativa do governo de separá-los em 19 “ilhas” revela o desejo desleal de pulverizar a população, confinando-a em territórios totalmente insuficientes para seu sustento, em nome de objetivos geopolíticos de ocupação de regiões consideradas estratégicas.

Impedindo aos índios o acesso a áreas mais extensas, necessárias à caça, à pesca, aos deslocamentos periódicos indispensáveis à regeneração das terras cultivadas, decreta-se, de fato, a sentença de morte desse povo. A coesão e a identidade étnica estão irremediavelmente comprometidas: vivendo em ilhas separadas, os Yanomami não podem manter intercâmbios econômicos, culturais e matrimoniais entre as várias comunidades. Isolados, estão ainda mais expostos ao risco de doenças infecciosas, de violências e de todos os tipos de poluição produzidas pela sociedade civil.

O antropólogo francês, Bruce Albert, num estudo intitulado *Terras indígenas, política ambiental e geopolítica do desenvolvimento amazônico do Brasil: o caso Yanomami*, adverte: “Das 19 ilhas retalhadas dentro do território yanomami, 11 têm superfície inferior a 550km², 7 têm superfície entre 900 e 2.500km² e só uma supera 10 mil km². A densidade demográfica média desse ‘arquipélago’ é de 0,41 habitante por km², isto é, aproximadamente quatro vezes maior que a densidade média do território yanomami total que é de 0,11 habitante por km²”.

Se o acesso aos recursos naturais for restringido a esse conjunto de áreas reduzidas e dispersas, os Yanomami não conseguirão man-



ter seu sistema produtivo e verão, assim, seu equilíbrio sanitário, alimentar e ambiental decair num processo de degradação acelerada, muito antes que possam criar alternativas de sobrevivência.

É impossível conciliar a cultura indígena com os interesses militares e econômicos de projetos como o Calha Norte.

FRASES CÉLEBRES...

“Sou da opinião de que numa região tão rica em ouro, diamantes e urânio, não podemos dar-nos ao luxo de preservar meia dúzia de tribos indígenas, retardando o progresso” (Fernando Ramos Pereira, ex-governador de Roraima, 1975).

"Procuraremos atingir as metas fixadas por meio de uma ação conjunta de vários ministérios, de forma que, em 10 anos, possamos reduzir o número de índios brasileiros de 220 para 20 mil e, em trinta anos, estejam todos definitivamente integrados na sociedade nacional" (Rangel Reis, ministro do interior, 1976).

"A palavra 'índio', longe de definir uma origem, representa unicamente uma condição social inferior, um modo de vida primitivo, como o dos favelados do Rio de Janeiro e dos mocambos do Recife" (Protásio Lopes de Oliveira, major do exército, 1978).

"Num país como o nosso, não podemos ignorar a existência do ouro, só porque alguns índios passeiam sobre ele" (Raimundo Nonato da Silva, delegado da FUNAI em Roraima, 1988).

"Os índios são atores que atuam no palco da ecologia internacional. Na realidade, nossos 'primitivos' índios usam jeans, relógios Seiko e filmadoras Panasonic. Dos 220 mil índios brasileiros, só 30 mil são realmente 'selvagens'. Os outros são fabricados. A economia brasileira não pode ser dirigida por impulsos românticos. Os índios têm uma vida limitada e sua cultura é muito baixa, não respeitável" (general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do exército, 1989).

"Os Yanomami estão morrendo, mas é de velhice..." (Romero Jucá Filho, governador de Roraima, 1989).

"Quem transmite a malária aos índios não são os garimpeiros. São os insetos..." (José Altino Machado, empresário de garimpo e presidente da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal, USAGAL, 1990).

"Se eu fosse uma autoridade, exterminaria todos os Yanomami. Deixaria só um vivo, para expô-lo ao público num parque zoológico" (dona Conceição, proprietária de um hotel de Boa Vista, 1990).

Síntese da correspondência trocada entre os dias 8 e 15 de fevereiro de 1990, entre o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Armando Sobral Rollemberg, e o ministro da justiça, Saulo Ramos:

• "Excelentíssimo senhor ministro, causou-nos grande surpresa a decisão tomada por V.Exa. de instaurar um inquérito para apurar

uma possível 'omissão de socorro' de dois jornalistas franceses que filmaram a agonia e a morte de uma índia Yanomami.

Como já esclarecido publicamente, os profissionais da rede de televisão *Antenne 2* registraram as dramáticas cenas na presença de vários médicos brasileiros. Em nossa opinião, V. Exa. deveria preocupar-se em apurar a clamorosa omissão e conivência do governador de Roraima e da FUNAI diante do genocídio sofrido pela nação yanomami, depois da invasão de suas reservas por milhares de garimpeiros. Os jornalistas simplesmente cumpriram sua obrigação, registrando os fatos que ocorrem em Roraima, para vergonha de todos os brasileiros.

Respeitosamente,

Armando Rollemberg."

• "Prezado senhor, instaurar um inquérito não é acusar. O que V. Sa. considera esclarecido publicamente não tem valor jurídico e pode ser falso. Tão falso quanto a campanha de difamação desencadeada contra o nosso país, que V. Sa. estranhamente aprova, mesmo sem dispor de conhecimentos suficientes sobre o assunto.

A 'clamorosa omissão' a que o senhor se refere deve se provada, assim como convido V. Sa. a provar a acusação de genocídio em território brasileiro. Segundo pessoas 'cultas', o crime de genocídio, neste século, é imputável só à Alemanha de Hitler, à Rússia de Stalin e às malditas guerras mundiais provocadas pelos interesses econômicos e pela intolerância ideológica.

No Brasil, não há e nunca houve genocídio. Afirmar o contrário é difamar o nosso país. É uma atitude injustificável, partindo de um jornalista brasileiro, cujo dever deveria ser o de convencer os colegas estrangeiros.

De minha parte, insisto em manter a suspeita de omissão de socorro. Se V. Sa. desejar ajudar os jornalistas franceses, poderá contratar para eles um bom advogado. Mas que seja um advogado sério, que não assuma uma posição antes de examinar as provas.

Respeitosamente,

Saulo Ramos, ministro da justiça."

• "O senhor ministro tem razão. Técnica, juridicamente, pode ser que a expressão 'genocídio' não seja adequada. Neste caso, permita-me, como simples jornalista, perguntar: que termo V. Exa. uti-

lizaria para classificar a morte de quase 20% de uma nação indígena, no breve período de dois anos, 'sob o nariz' das autoridades governamentais? Teria sido melhor, mais apropriado ou, talvez, mais... culto, falar de extermínio, aniquilamento ou massacre?

V. Exa. poderá escolher a expressão que preferir, mas não poderá calar o terrível abuso que está ocorrendo em Roraima e que envolve os índios Yanomami.

Nós, jornalistas, levamos sempre em consideração o velho dito popular: 'Contra fatos não há argumentos'. Aliás, neste período de fim de mandato, V. Exa. está se revelando um verdadeiro farsante, quem sabe por impossibilidade de resolver os problemas de seu ministério, ou por pura e simples hipocrisia? V. Exa. é especialista em ironizar questões muito sérias: diante da morte de 1.500 Yanomami, vítimas de epidemias e de massacres, V. Exa. solicita atestados de óbito? O que pensarão os franceses... cultos, do ministro da justiça brasileiro?

Gostaria de perguntar a V. Exa. quem está denegrindo momentaneamente a imagem do Brasil: nós, jornalistas brasileiros ou franceses, que divulgamos essa triste realidade, ou as autoridades do governo, de que V. Exa. faz parte, que há anos recusam-se a intervir para resolver a situação?

Nosso código de ética, em seu artigo 7, reza: 'O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos'.

Respeitosamente,

Armando Rollemberg."

Os RESPONSÁVEIS pelo GENOCÍDIO

TODOS OS HOMENS DO PRESIDENTE

O vice-procurador da República, Carlos Victor Muzzi, formalizou, na Câmara dos Deputados, a acusação de responsabilidade objetiva contra o ex-presidente José Sarney e os ex-ministros Saulo Ramos (justiça), Octávio Moreira Lima (aeronáutica), Seigo



José Sarney



Bayma Denys



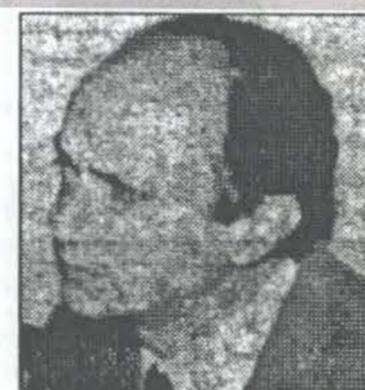
Leônidas Pires



Moreira Lima



Saulo Ramos



Íris de Oliveira

Tsuzuki (saúde), Vicente Fialho (energia), João Alves (interior), todos signatários dos decretos-lei que criaram as reservas garimpeiras dentro do território yanomami.

De acordo com a denúncia, as autoridades máximas do estado teriam violado os dispositivos constitucionais que garantem aos índios a posse das terras que ocupam "tradicionalmente" e teriam ignorado as duas sentenças do Supremo Tribunal Federal, que sancionou e rarificou a concessão da totalidade da área aos Yanomami e a expulsão dos garimpeiros.

Sarney e seus cinco ministros foram também acusados de cumplicidade no crime de genocídio porque intencionalmente teriam submetido os índios a "...condições de existência tais que provocariam a destruição física, total ou parcial", conforme a definição da lei 2.889 de 1956, que trata dos delitos contra a pessoa humana.

Entre os responsáveis pelo extermínio dos Yanomami, merecem posição de destaque: o general Rubens Bayma Denys, ex-secretário particular do presidente Sarney, idealizador do projeto Calha Norte; o ex-ministro do exército, Leônidas Pires Gonçalves, por violação das sentenças do Supremo Tribunal Federal; o ex-presidente da FUNAI, Iris Pedro de Oliveira, por não-cumprimento de suas obrigações institucionais de proteção e defesa dos índios; o ex-governador de Roraima, Romero Jucá, e os empresários José Altino Machado e Elton Rohnelt, por terem organizado a ocupação dos territórios yanomami.

ROMERO JUCÁ: ÍNDIO NÃO VOTA...

A palavra *jucá*, no idioma dos índios guaranis, significa "morte".



Romero Jucá

Era destino que esse economista de 35 anos se tornasse o mais obstinado "caçador de escalpos" da recente história brasileira. É difícil reconstruir sua carreira, porque Romero Jucá já acumulou um número tão elevado de acusações que mereceria o título de inimigo número 1 dos índios.

"Em minha opinião, ele deveria ser julgado pelo tribunal de Nuremberg, como os nazistas. Para extrair um grama de ouro a mais da floresta, passaria sobre o cadáver do último dos Yanomami", confessa um missionário...

A ascensão de Jucá foi fulminante. Filho de uma rica e poderosa família de Pernambuco e bem relacionado nos meios militares, assumiu, antes dos 30 anos, a direção da FUNAI. Foi o único presidente desse organismo federal que conseguiu manter-se no cargo por dois anos e meio, resistindo a 18 processos instaurados contra ele por corrupção, peculato, desapropriação de terras e compra-venda ilegal de madeira em área indígena.

Foi Jucá quem, em 1988, assinou o decreto que dividiu o território yanomami em 19 ilhas, reduzindo 70% da área à disposição dos índios. Através de uma cuidadosa estratégia publicitária, apresentou o projeto à opinião pública como modelo de respeito às minorias étnicas, porque era concedido aos Yanomami um território maior que o de alguns países europeus. Em Brasília, ele até recebeu um prêmio de "mérito ecológico".

Sua gestão na FUNAI e suas ligações com as forças políticas dependentes dos grandes capitais valeram-lhe a nomeação para governador de Roraima (outubro de 1988). Era o homem certo na posição certa. Jucá deveria "normalizar" a situação e dar apoio político e institucional à invasão dos garimpeiros.

Com sua intransigente defesa da atividade extrativa mineral "racional" conseguiu ser rapidamente aceito pelas máfias locais (grandes famílias proprietárias de terras, comerciantes, militares, maçons), que geralmente demonstram prevenção e hostilidade a políticos "de fora", impostos pelo governo federal. Quando interrogado sobre o assunto, Jucá costuma simplificar: "Desde que o mundo é mundo, de onde existe o ouro é extraído. Isto é ensinado pela história da humanidade. Ocorreu na África do Sul, na Austrália, nos Estados Unidos, no Canadá. Aqui no Brasil, os direitos dos índios começaram a ser violados em 1501, com o desembarque do primeiro português. Mas a situação não é grave; é melhor que a de muitas nações que nos criticam. Nossos índios são bem tutelados. Os eventuais problemas entre garimpeiros e Yanomami são simplesmente de tipo cultural. Eu procurei resolvê-los, com serenidade e racionalidade".

Sua "racionalidade" o levou a propor, no início de 1989, o plano *Meridiano 62*, que previa a construção de uma série de infra-estruturas na floresta para organizar a extração mineral: estradas, diques, aeroportos, até uma pequena cidade com bancos, escolas, hospitais, escritórios. Com esta finalidade, em 1989, ele viajou à Itália para solicitar ao governo italiano, sob pretexto de promover intervenções "ecológicas", financiamentos de 200 milhões de dólares. Não se chegou a tanto, mas o governo brasileiro encampou parte do projeto

Meridiano 62 em fevereiro de 1990, abrindo à exploração três das quatro reservas garimpeiras propostas por Jucá.

Entre 1989-1990, Jucá moveu-se livremente em todas as frentes: nas negociações "em palácio", nos ministérios em Brasília, perante a imprensa internacional, nos comícios locais. Durante as situações que se alternavam ante a ameaça de expulsão dos garimpeiros das áreas indígenas, ele investiu com toda a força de seu cargo para opor-se a qualquer acordo que não previsse a continuidade do garimpo.

"Às vezes, a força da necessidade — ele disse em certa ocasião — é superior à força da lei." E capitalizou os resultados de sua política, recandidatando-se para o cargo de governador nas eleições de 1990. Jucá contou com o apoio das forças ligadas ao mundo do garimpo. Ele é apoiado pela voz monocórdica de alguns meios de comunicação local, visto que, utilizando dinheiro público, comprou a rádio e um diário regional e amplos espaços de propaganda na televisão, realizados por uma agência contratada sem licitação. A manobra foi tão bem-sucedida que também elegeu sua amante (para todos esposa), Teresa Jucá, para a Câmara Federal.

Em seu último mês como governador — teve de afastar-se do cargo em 2 de abril de 1990, em respeito à lei eleitoral que obriga os candidatos a se demitirem de eventuais cargos políticos pelo menos seis meses antes das eleições —, Jucá dedicou-se a uma louca corrida para inaugurar obras públicas fantasmas, não-concluídas ou ilegalmente contratadas. Improvisamente Roraima descobriu que tinha escolas, bancos, hospitais, estradas, parques, pontes, até universidade. Em sinal de reconhecimento, Jucá foi até imortalizado no nome de uma rua, a rua Romero Jucá.

Como acontece com todos os heróis desse "faroeste", a figura de Jucá é rodeada de lendas e apelidos. Alguns o chamam de *Leite Ninho*, porque circula o comentário de que puseram sobre sua mesa no palácio do governo uma lata dessa marca de leite em pó, cheia de ouro, como paga de seus "serviços". Outros dizem que ele é "o homem dos 35 garimpos", porque este seria o número das empresas mineradoras controladas indiretamente por ele, através de testas-de-ferro. *Sangue de barata* talvez seja o apelido mais adequado. Define o sangue frio com que enfrenta as situações mais embaraçosas e a calma cínica com que responde às acusações mais ferozes. Há algum tempo, durante um colóquio com ele, tive dificuldades em acreditar que, na minha frente, estava o famigerado "caçador de escalpos": seu trato cortês e sua argumentação racional plena de bom-senso induziam à tentação de concordar com ele...

AS DUAS FACES DO GARIMPO

José Altino Machado não é um simples garimpeiro: é, na realidade, o "grande velho" do garimpo. Em 1987, ele preparou cientificamente a ocupação das áreas yanomami em Roraima, depois de haver identificado, com o auxílio do geólogo Antônio da Justa Feijão, as principais concentrações de minerais preciosos no território e financiado a entrada na floresta de 4 mil garimpeiros. Depois deles, chegaram mais 40 mil que, como ele mesmo declara: "São desesperados que procuram aqui a última alternativa de sobrevivência".



Altino Machado

José Altino Machado é proprietário de seis Cessna 206, de inúmeras áreas de garimpo em toda a Amazônia e é o presidente da União dos Sindicatos dos garimpeiros da Amazônia Legal (USAGAL). Até 1985, não existia na Amazônia nenhum sindicato de garimpeiros; hoje já são 15, que representam um universo de 800 mil homens, quase todos sob o seu controle.

Natural de Governador Valadares, MG, 49 anos, José Altino é filho de um velho e poderoso coronel do Exército. Formado em um colégio da prestigiosa Fundação Getúlio Vargas, em Nova Friburgo, adquiriu a versatilidade e o carisma que lhe permitem dominar os garimpeiros e manter contatos ágeis e eficazes com políticos, militares e jornalistas.

"O sucesso no garimpo — confessa — não depende somente da coragem e dos aviões, mas de uma dose de diplomacia política e de profissionalismo." É uma fórmula que José Altino aplica diariamente na selva amazônica e que, em 1984 o convenceu a acolher em suas fileiras um grupo de oficiais venezuelanos interessados em incursões no território da vizinha Guiana. Estavam preparando uma guerra: uma guerra que nunca eclodiu. Mas o favor foi recompensado com a autorização — ilegal — de ocupar com seus homens algumas regiões ao sul da Venezuela. Nestas terras de fronteiras, além do ouro, circula tudo: drogas, armas, dinheiro "sujo". Nas pistas clandestinas de Roraima, passa uma parte da cocaína proveniente da Bolívia e da Colômbia, destinada aos mercados ocidentais.

No último ano, o mundo do garimpo foi abalado pelos efeitos do plano de saneamento econômico do governo brasileiro. A queda da cotação do ouro e a escassez de dinheiro circulante no mercado "tra-

vou" aproximadamente três toneladas do precioso mineral que os empresários do garimpo não conseguem ou não querem vender. José Altino pretenderia até que o Banco do Brasil comprasse o excedente de ouro disponível na Amazônia e ameça espetaculares atos de protesto, como reunir em Brasília os pilotos dos táxis aéreos do garimpo para fazer "chover" sobre a cidade dois quilos do ouro em pó.

Diante da decisão do presidente Collor de dinamitar as pistas clandestinas de pouso dentro nas áreas yanomami — operação iniciada com grande clamor e poucos resultados em maio de '90 —, José Altino respondeu, divertido: "Os garimpeiros reativarão cada uma das pistas em menos de dez horas... O governo que se prepare, porque deverá enfrentar a massa mais agressiva da história do Brasil."



Elton Rohnelt

Se José Altino Machado é o "Maquiavel do garimpo", Elton Rohnelt é o "Rambo". Entre eles não corre muita amizade. Os dois não têm outra afinidade a não ser a obstinada determinação de alcançar seus objetivos.

Gaúcho, por ser originário do Rio Grande do Sul, Elton Rohnelt é responsável pela Goldmazon, filial de uma empresa norte-americana que controla 80% da extração de minérios em Roraima. Ex pára-quedista do exército, profundo conhecedor da Amazônia (que

percorre há vinte anos), Elton Rohnelt alimenta sua fama de "durão" com modos bruscos, prepotentes e lendas. Uma delas conta que há alguns anos conseguiu, sozinho, recuperar um navio encalhado no rio Amazonas, depois que todas as tentativas da companhia proprietária e do exército resultaram inúteis. Afirma-se também que esse "novo Fitzcarraldo" acumulou vinte milhões de dólares no garimpo, possui um revólver de ouro maciço e que tem por hábito nunca dar as costas a ninguém... É freqüentemente assediado pela imprensa, e já foi capa das revistas *Times* e *Paris Match*.

Mas Elton Rohnelt não suporta jornalistas e ecologistas e nem quer ouvir falar em direitos dos índios. "Os índios norte-americanos têm geólogos que trabalham em suas terras, e recebem *royalties* — ele diz — enquanto os Yanomami morrem como animais. Os países ricos fazem estudos de como prolongar a vida humana, enquanto a média de vida dos Yanomami é de 35 anos. O índio pode entrar no

mundo civilizado sem perder sua identidade cultural, seus deuses, seus espíritos. Roraima está saindo da puberdade para entrar na maturidade, mas não possui consistência econômica: a agricultura é precária, a pecuária está diminuindo, não há indústrias. Estas são coisas que não se resolvem de um dia para outro. O governo local não administra, gera falsas riquezas, sustentando os empresários e pagando 120 mil funcionários públicos. É necessário incentivar a indústria mineral racional e organizada e abrir projetos industriais e comerciais com o objetivo de ocupar o mercado das Caraíbas. Roraima é a última grande fronteira do Brasil. Há muito espaço e muita riqueza à disposição de quem chegar primeiro. Eu sou brasileiro e cheguei aqui primeiro. Este ouro é meu!"

Candidato, como Altino Machado, às eleições de outubro de 1990, Elton Rohnelt queria impor às instituições sua tese sobre a liberação do território yanomami: "A Amazônia não perdoa os amadores. O amor dos ecologistas pelos índios é totalmente platônico. Por que nunca estão presentes, quando a causa exige esforço e dinheiro? Dizem que Sting quer vir aqui. Se vier cantar, iremos todos ouvi-lo: quem não gosta de sua música? Mas se vier meter o nariz nos negócios dos outros, que não espere uma acolhida pacífica..."

Não quero tornar-me o guardião de um parque zoológico para os ianques, onde os turistas possam vir fotografar índios nus."

FUNAI: OMISSÃO OU INCOMPETÊNCIA? ou...

Com um pessoal insuficiente, corrupto e mal preparado, sem condições e estímulos para desenvolver o próprio trabalho de tutela das populações indígenas, a FUNAI é um órgão praticamente inexistente. Segundo uma análise do ministro da justiça, "a presença da FUNAI nas áreas indígenas é um desastre total".

Não podemos pretender que os órgãos de um corpo podre sejam sadios. A FUNAI nasceu em 1967, em substituição ao SPI (Serviço de Proteção ao Índio), suprimido por corrupção pelo próprio regime militar. A renovação foi só de fachada, porque em todos esses anos a FUNAI continuou sendo manobrada por militares e grupos econômicos interessados na exploração das áreas indígenas.

Em vez de tutelar os interesses dos índios, a FUNAI tornou-se um grande pólo de articulação da política de desintegração das culturas indígenas, através da exploração selvagem de todas as riquezas minerais e naturais da área. Raramente, nesses anos, um presidente

da FUNAI permaneceu no cargo mais que alguns meses, envolvido sempre em revanches ou escândalos administrativos.

Recente estudo elaborado pelo novo governo brasileiro constatou que 90% dos fundos destinados à FUNAI são destinados ao pagamento dos 4.800 funcionários e que somente 10% dos recursos são gastos na assistência aos índios. O nível de corrupção e de cumplicidade deste órgão federal chegou a um limite tal, que o Tribunal de Contas da União chegou a pedir sua extinção.

Em Roraima, a FUNAI utilizou a maior parte dos minguados recursos à disposição para construir postos avançados militares e pistas de aterrissagem na floresta, atualmente utilizadas pelos garimpeiros. Os funcionários são poucos e despreparados para a aproximação com os índios. Para dar assistência a um território de tamanho pouco inferior ao da Itália, povoado por aproximadamente 35 mil índios, a FUNAI dispõe de um único médico que freqüentemente está ausente, participando de cursos ou gozando de licenças variadas. Os responsáveis locais são tradicionalmente ligados às grandes famílias de Roraima e seguem as diretrizes impostas pela política regional.

O delegado da FUNAI mais honesto e ativo que trabalhou em Roraima nesses anos "agüentou" no cargo apenas dois meses, demitindo-se no início de janeiro de 1990, desgostoso com a cumplicidade com que a FUNAI estava conduzindo a operação de expulsão dos garimpeiros.

Os únicos projetos de assistência direta aos índios são totalmente específicos, publicitários — como a campanha de vacinação Yanomami, levada avante sem critério — ou dissociados das necessidades indígenas, como os projetos de apicultura e piscicultura.

As poucas bases da FUNAI espalhadas pelas áreas indígenas de Roraima estão semi-abandonadas, sem condições de atuação, quando não constituem locais de apoio para garimpeiros, que chegaram, em alguns casos, a utilizá-las como depósitos de armas e combustíveis. Recentemente foi instalado um hospital de campo numa pista de garimpo, utilizando a carcaça de um DC3 destruído. Mas o "hospital" não funciona, porque as vinte toneladas de alimentos e remédios estão retidas em Manaus.

Quando a "Ação pela Cidadania" visitou as áreas yanomami em junho de 1989, assim descreveu a situação da base da FUNAI de Paapiú: "As barracas da FUNAI e da polícia militar de Roraima, que deveriam representar a presença do estado na área, estão no mais completo abandono. A base, localizada a aproximadamente 300 metros

da aldeia yanomami, está aberta e na mais absoluta desordem. Sobre a mesa, há uma porção de remédios e duas pastas de documentos à disposição de quem passar por ali. Pelo chão, há lixo de todos os tipos: latinhas de cerveja, papéis, remédios abertos e já em fase de decomposição. O aparelho de rádio não funciona. O responsável pelo posto, que está na cidade, alega ter abandonado espontaneamente o posto por julgar sua presença ali inútil. Os outros dois funcionários que integram normalmente uma base indígena da FUNAI (enfermeiro e auxiliar de serviço), nunca foram admitidos..."

Na mesma situação, encontra-se a "Casa do Índio" de Boa Vista, uma estrutura da FUNAI com a função de acolher os pacientes que vêm à cidade à procura de assistência médica. O local é precário e insuficiente para as necessidades.

De acordo com o médico encarregado, Oneron de Abreu Pithan, a Casa do Índio não tem estrutura arquitetônica nem equipamentos suficientes. Não dispõe de isolamento para doentes com moléstias infecciosas, e os índios internados estão constantemente expostos ao risco de contaminação. O consultório e os quartos não possuem as mínimas condições higiênicas e de assistência. Durante a época das chuvas, os alojamentos ficam alagados. A dieta alimentar é muito escassa e inadequada aos hábitos alimentares dos índios, fato que provoca freqüentemente desnutrição, diarreia e distúrbios gástricos. Não há intérpretes em condições de manter comunicação com os índios que não falam português. Às vezes falta até alimento para os pacientes.

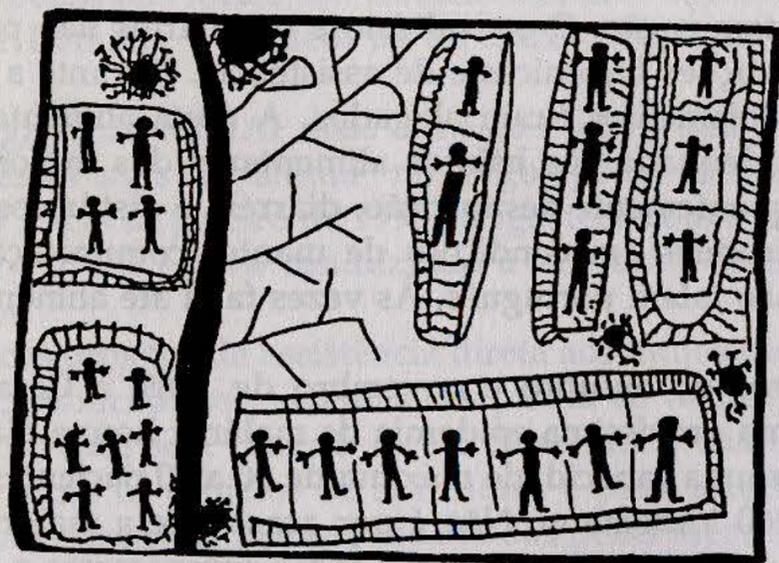
Nos meses de outubro e novembro de 1989, a Casa do Índio enfrentou uma gravíssima epidemia de malária: houve dias em que, apesar de ter uma capacidade máxima de 30 a 40 pacientes, manteve internados 260 Yanomami. Não é por acaso que a maior parte dos jornalistas que visitaram a Casa do Índio compararam a situação à de Biafra...

Além dessas deficiências, é necessário salientar que a assistência médica prestada pela FUNAI é do tipo exclusivamente curativo e não preventivo. Não existe um serviço sistemático de coleta de dados sobre as condições de saúde dos índios. O pessoal empregado nos territórios indígenas não possui noções básicas de medicina (e muito menos de antropologia...) e tende a ministrar doses excessivas e desnecessárias de medicamentos, provocando resistência orgânica ao tratamento adequado.

Raimundo é um Yanomami da região de Paapiú. Ele externa sua opinião sobre a FUNAI nos seguintes termos: "A FUNAI nos dá

pouquíssimos remédios. Os garimpeiros nunca nos dão remédios. A mim, eles recusaram. Eu fui procurá-los e eles não deram. Há muitas doenças aqui, mas ninguém nos ajuda. Eu estou aborrecido. Não sou chefe e, portanto, não posso falar pelos outros. Se eu fosse chefe, falaria. Estou muito aborrecido porque a FUNAI foi embora. Foi embora porque nós íamos sempre à base e criticávamos o responsável. Por isso ele foi embora. Quando foi embora, ele falou: 'Daqui pra frente, peçam os remédios aos garimpeiros. Nós não vamos dar mais'.

Se meus filhos morrerem, eu acabo com tudo. Este posto da FUNAI é nosso também. Eu quero os remédios. Assim: a um, a outro, a outro, um para cada um, também às crianças doentes. Quero que venham aqui e nos curem das doenças dos brancos. E se os doentes passarem mal de novo, quero que nos dêem mais remédios. Um para cada um. Aí nós falaremos: está bom, obrigado..."¹



1. Partiu do secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, uma proposta de ajuda ao governo brasileiro para proteger a saúde dos Yanomami, através de carta enviada em 11-2-91 ao presidente Fernando Collor de Mello. Em dita carta, Pérez de Cuéllar expressava sua preocupação escrevendo que "apesar dos passos positivos dados pelo senhor (o presidente Collor) e por seu governo para salvar o povo Yanomami... sua sobrevivência ainda corre grande risco".

A esta carta, o presidente respondeu em 13-3-91, dizendo que o governo brasileiro vê "com agrado" o oferecimento da ONU e considera que tal proposta "será não somente bem-vinda, mas propícia ao êxito de nossas ações". Disse ainda que "a região em que habitam os Yanomami é objeto de várias ações dos setores governamentais competentes, como a retirada dos invasores, a atenção à saúde e à recuperação do meio ambiente" (Boletim CCPY 39, de 26-6-91).

O MUNDO DO GARIMPO

TERRA SEM HOMENS PARA HOMENS SEM TERRA

A palavra "garimpeiro" foi cunhada em Minas Gerais no início de 1600. Qualificava os homens que, desrespeitando o monopólio português, trabalhavam escondidos nas "grimpas" das minas. Garimpeiro é, portanto, sinônimo de clandestino, ilegal.

Garimpeiro é o patrão, é o empregado. Garimpeiro pode ser o mergulhador que imerge nos rios poluídos, como o rio Tapajós, ou um mineiro que escava os morros, como em Serra Pelada.

Garimpeiro é o camponês pobre que trabalha manualmente no estado do Maranhão, ou um empresário coreano, proprietário de grandes dragas automáticas instaladas no leito do rio Madeira. Existem jazidas na área metropolitana de capitais como Cuiabá e em cantos selvagens da floresta tropical, onde é possível chegar só por meio de helicópteros, como em Roraima. Toda esta variedade é garimpo, presente hoje em quase toda a Amazônia.

A história do garimpo é antiga, ligada à fome de ouro dos conquistadores. Das primeiras expedições do século XVII ao Nordeste brasileiro, organizadas pelos jesuítas, que utilizavam mão-de-obra escrava, chegou-se nos anos '60, no Pará, à experiência do modelo atual, baseado no transporte aéreo e no monopólio das pistas de aterrissagem na floresta. A descoberta de novas jazidas atraiu milhares de imigrantes sem-terra. As cidades amazônicas, de repente, explodiram. A fronteira "agrícola" tornou-se a fronteira "garimpeira".

No garimpo, as relações sociais transformaram-se radicalmente: o tradicional sistema de extração manual foi substituído por máquinas: a "lei do garimpo" — um rígido código de honra de cunho pré-capitalista, baseado na solidariedade humana e na cumplicidade — foi superada por uma concepção "empresarial", violenta, na qual o domínio está nas mãos dos investidores do grande capital, completamente alheios a esse mundo.

Calcula-se que mais de 800 mil pessoas estejam envolvidas nessa atividade. Para se ter uma idéia do fenômeno, basta considerar que

não supera 90 mil o número de pessoas ligadas ao setor mineral "oficial" brasileiro e, em 1980, a zona franca de Manaus oferecia aproximadamente 130 mil vagas de emprego. A produção de ouro declarada nos garimpos é de 34 toneladas por ano, mas a extração real chega a, pelo menos, 120 toneladas por ano, o que corresponde a um bilhão e meio de dólares, ou 10% do Produto Interno Bruto de toda a Amazônia.

Apesar das dimensões dessa atividade, não há política do governo que regule seu funcionamento. A estratégia dos regimes militares previa a ocupação econômica progressiva das grandes empresas nacionais e estrangeiras. Ramificadas em centenas de filiais, as companhias detinham os direitos de prospecção em quase todas as áreas geologicamente promissoras. Qualquer jazida descoberta era destinada, por lei, às empresas concessionárias. Quando os garimpeiros — que são, tradicionalmente, os melhores e mais econômicos geólogos da Amazônia — descobriam novos veios, voltavam a ser considerados somente... garimpeiros, clandestinos e ilegais. E assim foi em Serra Pelada, Cumaru, Tucumã. E assim será também em Roraima.

Hoje, o *Eldorado* é Roraima, por onde passaram, nestes últimos anos, aproximadamente 50 mil garimpeiros, extraíndo uma quantidade de ouro de, pelo menos, 20 toneladas por ano. O garimpo, pela natureza de sua atividade, possui grande capacidade de estabelecer vínculos na região ocupada, especialmente com o comércio, os serviços e os setores políticos. Em Roraima, ele goza do *status* oficial de locomotiva da economia local. Ao garimpeiro foi dedicado o monumento que sobressai na grande praça do centro cívico de Boa Vista. O garimpo adapta-se melhor à exploração de jazidas localizadas em zonas de difícil acesso, onde as grandes empresas enfrentariam elevadíssimos custos de produção.

Apesar de a constituição brasileira haver proibido atividades de mineração em terras indígenas, a invasão é ininterrupta, com o beneplácito das autoridades locais e federais. A nova carta constitucional legalizou os garimpos autorizados pelo congresso, mas as necessárias leis complementares ainda não foram aprovadas. A tendência é estimular a formação de cooperativas, restringir as áreas de extração e aumentar o controle do governo. Mas o garimpo é, por definição, individual. Desloca-se em função da descoberta de novos filões de minérios, independentemente das leis. O risco é grande e variado. O controle é impossível em regiões tão vastas e desabitadas. O potencial de conflito com outros grupos, sobretudo indígenas e grandes

empresas, é elevadíssimo, como em Serra Pelada, no final de 1987, onde foram justicados mais de 90 garimpeiros que ousaram pôr obstáculos à atividade da gigantesca jazida de ferro do projeto *Grande Carajás*.

Por outro lado, o garimpo é uma atividade conveniente para a Amazônia. Assegura a sobrevivência de uma força de trabalho sem outras alternativas. Até quando existirem jazidas, haverá garimpo. Mas é uma atividade instável. A limitação dos espaços e o esgotamento dos recursos podem provocar uma onda de desemprego de grandes proporções com conseqüente ocupação caótica e violenta das cidades. Os estados amazônicos não estão preparados para essa hipótese.

QUEM SÃO OS GARIMPEIROS?

Numa pesquisa de 1984 realizada pela Universidade de Minas Gerais, foram entrevistados 500 garimpeiros que trabalhavam em três regiões amazônicas diversas. Os resultados obtidos permitiram traçar o perfil sociológico do garimpeiro médio.

É originário do estado do Maranhão, com idade entre 15 e 30 anos, analfabeto, proveniente da área rural, onde trabalhou com o pai arrendatário de um terreno e migrou à procura de trabalho, porque a atividade agrícola não permitia condições suficientes para o sustento da família. Orientado por amigos e parentes, entra no garimpo, permanece alguns meses no mesmo local, mesmo com a mobilidade restrita a poucas regiões. Ganha muito mais procurando ouro que trabalhando a terra, mas dilapida quase toda sua renda com bebida e mulheres. Quem consegue economizar compra gado, que entrega aos cuidados da família. Contrai com freqüência a malária, que considera o pior inconveniente da vida que leva (conheci um que já teve 37...). Na estação das chuvas, quando é impossível trabalhar, volta à família e colabora no trabalho agrícola ou desloca-se para outros garimpos. Os mais velhos gostariam de abandonar a "profissão", e o fariam imediatamente, caso tivessem alternativa. Aos mais jovens, não interessa alternativa alguma: querem continuar trabalhando no garimpo, de preferência em áreas de ouro mais abundante...

Os garimpeiros são vítimas desta situação, assim como os índios. O fato de que estejam devastando as áreas indígenas e que ganhem, em média, mais do que a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, não significa que não sejam, eles também, explorados.

As duríssimas condições de vida desses homens no meio da floresta não são certamente recompensadas pela remuneração que recebem, também porque a "febre do ouro" enlouquece os preços dos gêneros de primeira necessidade. A maior parte da riqueza produzida fica nas mãos dos intermediários: financiadores, proprietários das máquinas, pilotos dos táxis aéreos, comerciantes e contrabandistas. (L. 000)

Geralmente, o mecanismo se inicia com um agente financeiro — que pode ser o proprietário de um avião, um comerciante de ouro, ou um empresário qualquer —, que reúne grupos de quatro garimpeiros para trabalhar em áreas sob seu controle. O intermediário paga a mão-de-obra com 30% do resultado da produção (estes 30% a serem divididos por quatro), dos quais são deduzidos os gastos de "manutenção": alimentos, transportes, combustível. Esta rede de financiadores que investem capital e controlam os garimpeiros está ligada aos gerentes das pistas clandestinas de aterrissagem na floresta, por onde passam máquinas, combustíveis, alimentos, homens e ouro.

O custo de vida nas lojas e nos pequenos bares localizados à beira das pistas é provavelmente o mais alto do mundo, porque tudo é calculado em ouro, a preços astronômicos: uma cerveja, por exemplo, ou um quilo de açúcar, ou de arroz, ou de farinha, ou quatro rolos de papel higiênico custam um grama de ouro (quase 20 dólares)... Em vez de caixa registradora, usa-se uma balança de precisão.

Após dois ou três meses de trabalho, enfrentando doenças, animais e permanente risco de ser assaltado ou morto pelos próprios companheiros de trabalho ou pelos capangas dos chefes que fiscalizam a área armados até os dentes, os garimpeiros voltam à cidade com uma média de 40-50 gramas de ouro cada um. Na venda, são quase sempre enganados pelas agências no peso e na cotação do ouro. Numa semana, entre bares, boates, álcool, drogas, prostitutas, doenças venéreas e bravatas várias, o garimpeiro completa o círculo vicioso, fica com os bolsos vazios e volta à floresta para recomeçar tudo.

"Aqui, com o garimpo, há ao menos a possibilidade de um analfabeto comprar um carro, uma bela casa e gozar a vida", diz o presidente da Associação Comercial de Roraima, Rubem Lima.

O garimpo não é solução, é sintoma da degradação humana e do meio ambiente. O garimpeiro é um homem desesperado que aposta no futuro, na esperança de refazer a vida. Para realizar esse sonho, submete-se a condições desumanas de trabalho, para enriquecer os intermediários, os que, realmente, "encontram o ouro".

Conheci Manoel durante uma visita à cadeia de Boa Vista. Ele foi condenado por ter-se envolvido numa briga no garimpo, que provocou a morte de um companheiro. Manoel é analfabeto, tem 37 anos, vive em Roraima há três e deixou a família em João Pessoa, PB. Pediu-me que escrevesse uma carta à sua mulher, para avisá-la do que ocorrera:

"Querida Maria, espero que você esteja bem e que tudo fique melhor. Como está a menina? Mando um beijo para ela. Diga que estude. Eu estou bem, mas tenho um problema. Estou na cadeia de Boa Vista.

Fui condenado a oito anos e seis meses de prisão, mas prometeram que se eu me comportar, vão descontar um terço da pena.

O ambiente aqui é muito violento e os guardas nos batem sempre. Anteontem fugiram quatro. Pegaram dois e um foi morto. Por castigo, fecharam a todos nós nas celas por uma semana e proibiram o banho de sol diário.

Para poder ter a pena reduzida, preciso da certidão de casamento, que peço que me mande. Roubaram todos os meus documentos e não conheço ninguém aqui. Já estou na cadeia há sete meses. Por favor, não conte à minha mãe, porque você sabe que ela sofre do coração.

Por favor, me escreva, quero notícias de vocês. Nem sei se vocês ainda moram na mesma casa. Responda ao endereço da dona Patrícia, que ela me entregará a carta, porque aqui na cadeia não chega nada. Um forte abraço. Manoel."

A LEI DA SELVA

As partes envolvidas nos conflitos que giram ao redor da atividade de extração do ouro no território yanomami de Roraima estão claramente definidas: de um lado, os índios, cujas áreas foram brutal e desordenadamente invadidas; do outro, os garimpeiros, os empresários, os comerciantes, os pilotos que ocuparam a região. Mas esta síntese não delinea todo o quadro das forças no campo. A invasão do território yanomami, protegido constitucionalmente desde 1934, não teria ocorrido sem a cumplicidade do governo brasileiro e dos poderes locais, totalmente envolvidos na questão.

É evidente, até para o observador mais distraído, que a invasão não poderia continuar se, por exemplo, a aeronáutica exigisse respeito às normas relativas ao tráfego aéreo, à homologação dos aeropor-

tos e fidelidade aos planos de vôo declarados; se a polícia inspecionasse as cargas aéreas; se o governo se opusesse à demarcação das áreas indígenas, à destruição da floresta e à degradação ambiental; se a FUNAI utilizasse homens e meios para o fim profícuo de servir aos índios; se os ministérios competentes investigassem o contrabando de ouro, armas e drogas; se o poder da ordem impedisse o acesso às áreas indígenas e a violência selvagem no garimpo; se a justiça punisse os autores de crimes contra a lei; se a imprensa denunciasse corretamente o real estado das coisas; se a sociedade civil se mobilizasse para defender os direitos dos índios.

Por que nada disso ocorre? Porque não há vontade política de salvaguardar as populações indígenas e de preservar a floresta. Existe, isto sim, um tácito acordo entre os vários poderes para violar a lei e impedir a criação de alternativas sociais ao garimpo, tornando, desta forma, irreversível o processo de invasão das terras yanomami.

O que mais impressiona é o cinismo e a crueldade com que as autoridades políticas e econômicas perseguem a riqueza e o poder, pisoteando direitos humanos, leis, valores mínimos de convivência social. Como dizia, durante a campanha eleitoral de 1989, o candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência da república, Lula: "Os empresários brasileiros ainda não chegaram à Revolução Francesa..." A injustiça e o abuso não são exclusivamente da Amazônia, pelo contrário! Muitas empresas pertencentes aos principais grupos multinacionais determinam, na prática, a política de exploração selvagem dos recursos do Terceiro Mundo. A imagem moderna do grande empresário bem-sucedido, elegante, fascinante, é freqüentemente construída sobre uma menos brilhante prática feudal, exploradora, freqüentemente assassina, no Brasil e em todos os lugares...

Para compreender essa articulação de interesses, analisemos os principais atores em cena.

1) *O poder local.* Roraima, como todas as zonas fronteiriças do Brasil, sempre foi uma "terra de ninguém". Afastada 5 mil quilômetros dos grandes centros urbanos do país, sem infra-estrutura e estradas, com ampla extensão territorial (230.104 Km²) e escassa população (150.000 habitantes, metade dos quais concentrados na capital, Boa Vista) com uma economia obsoleta baseada na pecuária e na agricultura, Roraima está completamente fora da nação. Ainda hoje, milhões de brasileiros ignoram a existência deste território federal que, nas últimas eleições administrativas, tornou-se oficialmente um estado da União e pôde eleger, pela primeira vez, seu governador, deputados e senadores.

Terra historicamente ocupada por vários povos indígenas, Roraima é controlada, há mais de dois séculos, por uma dezena de famílias, quase todas originárias do Nordeste, migradas ao Norte à procura de terras. Acomodando-se nas regiões centrais do território, formadas de savanas e campos naturais, os "colonizadores" conseguiram dominar facilmente os povos indígenas que viviam naquelas áreas (Makuxi e Wapixana, principalmente), eliminando-os, usurpando suas terras e absorvendo-os como mão-de-obra barata nas fazendas ou na cidade. Ainda hoje, os descendentes dos primeiros grupos que ocuparam Roraima mantêm o controle quase total dos postos-chave da vida pública, com uma ramificação e uma prepotência tipicamente mafiosas. Recentemente, juntaram-se a estas grandes famílias as hierarquias militares, da mesma forma tradicionalmente presentes naquela região estratégica, e os novos ricos, isto é, a série de empresários e aventureiros — provenientes de todos os estados do Brasil — que investiram um enorme capital na atividade de extração de ouro, atraídos pela possibilidade de operar impunemente numa "terra sem lei".

Com o advento do garimpo, toda a economia de Roraima reestruturou-se ao redor desta atividade, efêmera, mas extremamente lucrativa. Todos os poderes locais uniram-se para dar-lhe a necessária cobertura institucional, sem deixar de envolver e influenciar a sociedade em geral. Apesar do índice do custo de vida de Boa Vista ser o mais alto do Brasil — por causa da importação quase total dos produtos e da loucura de uma economia que calcula o preço das mercadorias com base na cotação do ouro —, boa parte da população apoiou o garimpo, mesmo porque, em muitos casos, está diretamente envolvida nele.

Uma certa organização, típica daquelas regiões tropicais, e o clima de cumplicidade generalizado impedem que as escassas forças da sociedade civil assumam posições corajosas, pela falta de sindicatos, partidos ou grupos organizados e por receio de represálias ou de perder o emprego.

A organização social de Roraima suporta com dificuldade o fenômeno do garimpo. Existem poucas estradas, não-asfaltadas e em péssimas condições; as regiões do interior não têm as mínimas condições de sobrevivência e são isoladas; a capacidade de absorção da mão-de-obra é extremamente limitada; as moradias, os esgotos, o suprimento de água, luz, gás são insuficientes para a demanda; a competitividade da produção local no mercado nacional é praticamente nula; o turismo, a informação, o lazer são estimulados.

A invasão dos garimpeiros revolveu até os dois valores mais característicos da realidade roraimense: a beleza da natureza e uma certa convivência pacífica. A depredação do ambiente, provocada pela destruição da floresta e pela poluição por mercúrio, está criando problemas ecológicos seríssimos e uma piora alarmante das condições de higiene e saúde pública.

Os episódios de violência chegaram ao ponto de levar os índices de criminalidade, proporcionalmente ao número de habitantes, aos níveis de cidades como Rio de Janeiro ou Nova Iorque. Só em 1989, por exemplo, foram registrados pelos Instituto Médico Legal de Boa Vista mais de 700 mortos, dois ao dia, a maioria por homicídio, numa população de menos de cem mil habitantes, praticamente redobrada em três anos. A evolução destes números é impressionante: em 1986 foram registradas 35 mortes por homicídios; 162 em 1987, e 231 foram os cadáveres registrados no ano seguinte. Estes dados não consideram as mortes ocorridas na zona de garimpo, por serem impossíveis de controlar.

Nos bairros periféricos da cidade, dominam a promiscuidade, a pobreza, a falta total de saneamento básico: condições que incrementam a exploração da criminalidade, que mais uma vez prejudica especialmente os índios. São milhares de indivíduos que, nos últimos decênios, deixaram suas aldeias atraídos pela possibilidade de conquistar um espaço na sociedade dos brancos, renegando as próprias origens dentro de um mundo desconhecido, com hábitos, espaços e tempos completamente diferentes. O destino comum desses *caboclos*, denominação pejorativa aplicada aos descendentes de índios amazônicos e aos brancos do Nordeste, é o alcoolismo e a vadiagem para os homens, a prostituição ou o trabalho doméstico para as mulheres.

Geralmente ressalta-se apenas a outra face do garimpo de Roraima, a "produtiva", a que gera incríveis riquezas para não mais de mil pessoas que lucram com esta atividade.

Nos últimos três anos, a extração real do ouro foi de 2-3 toneladas ao mês. Mesmo se só uma mínima parte dessa produção foi declarada ao fisco, a renda pública cresceu 2.000%. O aumento do comércio local foi de 300%, enquanto os depósitos bancários cresceram 500%. Multiplicaram-se as agências e as companhias de táxis aéreos; "surgiram" repentinamente 213 casas de compra e venda de ouro, diamantes, dólares, quase todas ilegais; construíram-se 17 novos hotéis; a conexão aérea com Manaus, única cidade que une Boa

Vista ao resto do mundo, garantida anteriormente por poucos vôos da VARIG, chegou a 35 vôos semanais.

Na floresta, foram construídas 162 pistas de aterrissagem clandestinas que são utilizadas por 400 táxis aéreos; na densa mata, operam 4.500 máquinas e mais de 1.000 dragas extraem ouro dos rios. O consumo de combustível é o mais alto do país (22% a mais que todo o setor agrícola). O Departamento de Aviação Civil do aeroporto de Boa Vista calculou 7.995 decolagens e aterrissagens de janeiro de 1989 (que ficaram reduzidos a 3.908 em setembro), números estes que tornaram aquele aeroporto o de maior tráfego aéreo do Brasil.

Estes números sofreram alterações, após as turbulentas ocorrências decorrentes do plano econômico de saneamento do presidente Collor, que diminuíram o ritmo da atividade extrativa.

2) *A imprensa local.* Para proteger este "negócio", os meios de comunicação de Roraima, escassos, profissionalmente ridículos, corruptos e nas mãos de políticos e empresários da região, têm constantemente defendido a atividade garimpeira. Em 1988, um dos diretores da TV Roraima, filiada à poderosa Rede Globo, chegou a abandonar tudo para investir seu capital no garimpo. A ideologia popular anti-índigena e uma atitude raivosamente xenófoba contra qualquer estranho que meta o nariz em "seus negócios" estão, desde sempre, presentes na sociedade de Roraima, herança histórica da cultura dos primeiros conquistadores. Aplicando ao pé da letra o velho ditado: "Uma mentira, de tanto ser repetida, acaba virando verdade...", a imprensa de Roraima constitui, através da manipulação da informação, um suporte indispensável à invasão dos garimpeiros.

Deturpando completamente os fatos, os meios de comunicação atacam diariamente os índios e os que os defendem, com títulos de nove colunas nos jornais, com acusações paradoxais como a de querer criar uma "nação Yanomami" independente, de contrabandear ouro, urânio, gado, de instigar a população contra o garimpo, de estuprar as índias, fazendo nascer "gerações de Yanomami louros de olhos azuis", de dificultar o progresso do Brasil.

O alvo preferido desses ataques são os estrangeiros em geral, jornalistas, ecologistas, antropólogos, todos acusados dos crimes mais nefandos e de ser desocupados, frustrados, à procura de causas "nobres" por que lutar. As acusações mais duras e violentas são dirigidas à igreja católica, que constitui em Roraima a única força organizada, além do governo e do estado. O bispo e os missionários da Congregação da Consolata, presentes na região há quase cinquenta anos,

são literalmente... crucificados pela imprensa local, sobretudo quando abandonaram a velha política de aliança com os vários poderes para assumir uma firme posição de defesa dos direitos dos índios. As acusações coincidem sempre com os momentos de maior tensão e têm por meta identificar a igreja como "o" inimigo, porque considerada mais fácil de controlar.

O ex-governador Romero Jucá, durante o tumultuado período de início da operação de expulsão dos garimpeiros (denominada "Operação Kanaimé", do nome com que os índios Makuxi definem o mal, o espírito negativo que mata), chegou a declarar que a diocese local queria construir um Muro de Berlim na floresta de Roraima, reduzindo à fome 50 mil trabalhadores, pais de família que ganhavam a vida honestamente...

3) *Corrupção da polícia e da justiça.* A força da ordem e as autoridades judiciárias não deixam por menos. A polícia, impotente para conter e controlar a delinquência, simplesmente abandonou a área. Voltou — forçada pelas autoridades federais — só nos primeiros meses de 1990 para tentar a problemática operação de expulsão dos garimpeiros.¹

A lei do garimpo é a do mais forte: baseia-se na força das armas. Se um garimpeiro rouba um colega, outros quatro ou cinco unem-se para matar o ladrão. Alguns dos melhores matadores profissionais foram contratados pelos proprietários das pistas de aterrissagem para supervisionar a área.

Não há limites, e todos estão cientes. É normal ver, ao longo das trilhas abertas na mata, fossas cheias de cadáveres, ou corpos boiando nos rios: "Faz parte das regras deste inferno. Aqui, pode-se morrer a qualquer momento — diz Osvaldo Jonas da Silva, garimpeiro. Só espero que não aconteça comigo, porque quero viver bastante..."

De outro lado, o custo de vida no garimpo é altíssimo. A inflação não existe, o dinheiro é um papel que não vale nada, porque tudo é

1. No primeiro dia após seu retorno de viagem aos Estados Unidos, o presidente Fernando Collor de Mello determinou à PF que fizesse a retirada de todos os garimpeiros da área indígena yanomami e demitiu o presidente da FUNAI, Cantídio Guerreiro, por não ter desocupado o território. A desocupação do território yanomami já deveria ter sido concluída em junho de 1990, caso houvesse sido cumprida a primeira ordem nesse sentido, expedida em janeiro de 1990 pelo então presidente José Sarney, mas que foi interrompida pelo diretor da PF, Romeu Tuma (ainda no cargo). Esta é a segunda vez que o presidente Collor determina a desocupação do território e a terceira que o governo brasileiro tenta realizar esta operação. A PF estima que existam pelo menos oito mil garimpeiros atuando apenas no coração da reserva yanomami, entre os rios Catrimani e Uraricoera, em Roraima. Não há condições de calcular o número total de garimpeiros em toda a área yanomami (Boletins CCPY 38 e 39 de 26-6-91).

pago em ouro. As brigas constantes por cusa de dinheiro, mulheres e bebida provocam dezenas de mortos por mês, quase sempre não-identificados.

Em Roraima existe um único juiz, freqüentemente de licença. Outro magistrado, que despachava a intervalos naquela área, voltou a Brasília por divergências com seu colega. Os processos estão paralisados: desde 1983 só foram decretadas duas sentenças. Ainda está em andamento a investigação sobre a morte do prefeito de Boa Vista, assassinado em outubro de 1987 numa emboscada noturna, a mando — dizem — do governador da época. O assassino, preso, goza de privilégios que lhe permitem passar os fins de semana em sua própria casa. Do presídio, continua dirigindo seus "negócios": no início de 1990, matou um empresário que não respeitara um acordo feito.

O juiz de Boa Vista conseguiu, em janeiro de 1990, neutralizar a sentença do Supremo Tribunal Federal sobre a expulsão dos garimpeiros dos territórios yanomami com um decreto, no qual avocava a si o direito de decidir sobre a questão, liberando novamente a atividade de mineração.

Na polícia, sem entrar no mérito da ineficiência e dos métodos de tortura dos esquadrões da morte, a corrupção reina soberana, difundida pelos quartéis e cartórios. As autoridades encarregadas de conter a invasão tornaram-se, pelo contrário, protagonistas diretas, financiando a atividade garimpeira. Oficiais do exército e da aeronáutica adquiriram maquinarias e dragas e entraram no rendoso mercado do contrabando de armas e cocaína entre a Bolívia, o Peru e a Colômbia.

Durante anos, alguns auxiliares da polícia militar de Roraima receberam uma participação (50 gramas de ouro por peça) para autorizar a entrada de máquinas, armas, prostitutas nas zonas proibidas, chegando até a equipar seus próprios garimpos. No mínimo 27 militares foram empregados por seus comandantes como garimpeiros "particulares". O chefe do corpo de bombeiros de Boa Vista, tenente Arnóbio Vinicius, utilizou em seu proveito, no rio Uraricoera, todo o equipamento de serviço, o único motor do quartel e alguns subordinados.

"Pelo simples fato de usar uma farda, o militar não perde o direito de procurar ouro, como outro cidadão qualquer", argumenta o ex-comandante da polícia militar de Roraima, tenente-coronel César Augusto Santos Rosa, que chegou a recolher, num único mês — conforme dados da Polícia Federal e do ex-SNI — onze quilos e meio de ouro puro, fruto de uma "coleta" de um grupo de garimpeiros

que trabalhavam em "seu" garimpo. "É uma discriminação afirmar que o militar tenha menos direitos que um civil", declarou Santos Rosa em 1989, antes de ser suspenso do cargo.

Em plena execução do plano de retirada dos garimpeiros, quatro agentes da polícia militar e dois da civil, mais outro que conseguiu escapar com meio quilo de ouro, foram pegos em flagrante enquanto trabalhavam com seguranças a serviço do proprietário da pista, Mineirinho. Com eles, foram encontrados 12 armas de guerra, dois revólveres 7.65, um fuzil calibre 12 e uma P 38.

O "Correio do Garimpo", jornal que circulava na região, publicou, em sua edição de 10 de novembro de 1988, o resultado de um pitoresco concurso, "um grande e animado bingo", organizado pelos agentes da polícia civil de Boa Vista, no garimpo de Paapiú. O truque, além de tratar-se de um jogo proibido pela lei e curiosamente organizado pela força da ordem, estava nos prêmios: armas de fogo que a polícia recolhera na cidade durante as operações normais de repressão à criminalidade comum...

4) *O Caos aéreo*. Nunca houve porta mais escancarada que a do aeroporto de Boa Vista. Com a anuência dos únicos quatro sargentos da aeronáutica, encarregados do controle, mais de quatrocentas pequenas aeronaves decolavam diariamente até os primeiros meses de 1990, em direção ao garimpo. Na realidade, em todo o território de Roraima, só há três aeroportos homologados e nem estes dispõem de radar e iluminação. Os pilotos declaram falsos planos de vôo à torre de controle e dirigem seus aviões para onde querem. As condições dos táxis aéreos são freqüentemente catastróficas: muitos não são revisados, estão enferrujados, furados e utilizam peças recondiçionadas, as siglas de identificação são alteradas, não possuem rádios de bordo e voam às cegas, transportando cargas proibidas (gás, querosene, óleo diesel, gasolina)² que superam os limites de peso permitidos (500 quilos entre pessoas e mercadorias). Os pilotos freqüentemente não têm brevê e não é difícil vê-los bêbados na direção dos aviões.

2. Durante o congresso regional da Interpol realizado em São Paulo em 18-6-91, Raymond Kendall, secretário-geral daquela organização, disse que o Brasil seria um "entreposto" para o tráfico de cocaína, na maior parte produzida em outros países sul-americanos. Esse "entreposto" funcionaria com base nas pistas clandestinas para pequenos aviões construídas em meio à selva amazônica, sendo boa parte delas dentro do território yanomami. O próprio Romeu Tuma, diretor da polícia federal brasileira, admitiu que a atividade garimpeira favorece o tráfico de drogas (Boletim CCPY n. 37 de 19-6-91).

As pistas das áreas yanomami são verdadeiras e próprias "feridas" produzidas no coração da floresta. São os "quartéis-generais" da atividade extrativa aurífera. Os aviões descarregam constantemente homens e equipamentos naqueles locais. Ao redor das pistas, vão surgindo os acampamentos onde o comércio prospera e onde vivem e trabalham garimpeiros, pilotos, proprietários da maquinaria. Não se sabe exatamente quantas são as pistas clandestinas; os dados que circulam diferem muito (como todas as estimativas feitas a respeito do garimpo), dependendo do interesse do informante. O número que parece aproximar-se mais da verdade é o de 160 pequenos aeroportos na floresta de Roraima. Está sendo efetuado um recenseamento baseado em critérios científicos e em imagens fotográficas do satélite norte-americano Landsat.

Há pistas de todos os tipos, precárias e inseguras: algumas não superam 200 metros de comprimento, outras são tortas e cheias de buracos, às vezes são espremidas entre rios e montanhas. Aterrissar é, cada vez, uma tentativa potencial de suicídio; durante 1989, só em Roraima, ocorreram 180 acidentes aéreos com 50 vítimas. É também por esta razão que os pilotos são bem remunerados: "Como poderia arriscar a vida todos os dias, descendo em pistas curvas e cheias de barro, se não cobrasse o risco que corro?" diz Paulo César Dias, há dois anos em Roraima e há dez piloto de garimpo.

O custo de uma hora de vôo é 800 dólares, desde que não se pretenda um recibo... Usando o helicóptero só para uma "perna" (isto é, o deslocamento entre a pista e a área de extração), o preço sobe a 1.500 dólares por hora.

O senador Severo Gomes, comentando sua visita ao garimpo em junho de 1989, denunciou: "A pista de Paapiú parece um cenário da guerra do Vietnã. A cada cinco minutos passa um avião. As pessoas atravessam a pista tranqüilamente. Os helicópteros zunem sobre a floresta a 300 gramas de ouro por hora de vôo. Daqui sai uma riqueza dificilmente calculável que segue o caminho das fronteiras, deixando atrás de si a morte da natureza e dos yanomami. A 30 metros da pista há uma aldeia, numa época rodeada de pássaros e borboletas. O ruído é infernal. Ao pôr-do-sol, tudo se acalma. Aí começa outro ruído, pior que o anterior: são as crianças yanomami que choram a noite inteira. De fome..."

Em Roraima, a "casta" dos pilotos é bem organizada. Mesmo se, geralmente, não detêm o controle das agências de vôo, são uma das categorias que mais obtêm vantagens de sua atividade. Muitos deles deixaram seguros empregos junto à aviação comercial para apostar

no garimpo. Lotam os hotéis, os restaurantes e os clubes noturnos da cidade, festejando diariamente sua vitória sobre a morte. Alguns, mais espertos, abrem sua própria empresa ou adquirem terras e equipamentos. Foram os artífices, em 10 de janeiro de 1990, de uma espetacular manifestação, inconcebível em qualquer outra parte do mundo e só imaginável num filme do gênero *Apocalypse Now*: para forçar as autoridades federais a desistirem do propósito de expulsar os garimpeiros, perto de quarenta aviões obscureceram o céu de Boa Vista, executando acrobacias e quase encostando nos telhados das casas em sinal de protesto. Os pilotos conseguiram até interceptar um avião "Bandeirante" da FUNAI que estava lançando panfletos convidando os garimpeiros a abandonar espontaneamente as áreas indígenas. Até os vôos regulares da linha — que transportam em média 150 passageiros — são perturbados por suas piruetas. Às vezes os aviões de linha são forçados a sobrevoar o aeroporto por dezenas de minutos no aguardo de uma brecha na pista para poderem aterrisar.

5) *Evasão fiscal e violação das fronteiras*. Muito pouco do resultado final do trabalho dos garimpeiros em Roraima fica no Brasil. A evasão do pagamento dos impostos sobre a atividade extrativa e sobre a comercialização de minérios chega a níveis assustadores. Das três toneladas mensais extraídas na época mais produtiva, só foram declaradas ao fisco algumas centenas de quilos.

O delegado de Receita Federal, Assis Espinoza, admite que não existe nenhuma estratégia para combater a evasão: "Não dispomos de pessoal e operamos um controle brando no aeroporto e em algumas casas de comercialização de ouro, verificando as licenças e aplicando, às vezes, multas que nunca são pagas. Nem conseguimos impor a instalação dos filtros para depurar o ar do mercúrio evaporado na fase de separação do ouro: em pleno centro de Boa Vista espalham-se nuvens de gás tóxico e cancerígeno. Recebemos mensalmente uma declaração de 600kg de ouro, incluindo as vendas de todos os centros comerciais da cidade. Mas sabemos que uma destas lojas, sozinha, adquire mais de 300kg de ouro por mês. Não creio que seja possível controlar mais de 5% deste contrabando".

Como é possível prever, os agentes do fisco que "fecham um olho" em troca de alguns gramas de ouro são muitos. Houve quem sustentasse a singular tese da inutilidade da fiscalização porque, sendo a comercialização de ouro proibida, ela não poderia existir...

Com a evasão fiscal, a sociedade local vê toda a riqueza contida em suas terras desfazer-se em nada, demonstrando que a atividade

extrativa indiscriminada não beneficia Roraima, como querem sustentar os empresários do garimpo.

De acordo com um dossiê da Cooperativa dos Garimpeiros da Região do Alto Parima (COOGAPA), o estado poderia ganhar muito mais se fosse mais organizado: "Um garimpeiro tem uma renda mensal nunca inferior a 50 gramas de ouro. O salário de uma cozinheira está ao redor dos 40 gramas. Se o fisco aplicasse uma alíquota de 1% sobre a produção, arrecadaria 500 mil dólares por mês, aos quais poderia acrescentar 15 mil dólares ao dia de impostos sobre os vôos dos táxis aéreos. E pensar que o município de Boa Vista não atingiu a arrecadação de 80 mil dólares em impostos em 1989..." A cooperativa sugere também o controle na fonte da evasão fiscal e do contrabando de armas e drogas, a organização de atividade de extração em cooperativas, a regulamentação das pistas clandestinas, a valorização da cultura indígena, com a criação de escolas bilíngües, museus, centros de artesanato indígena, festivais culturais e cursos de técnicas agrícolas. "Os Yanomami não sobreviverão sem o apoio dos brancos", conclui o dossiê.

O que a cooperativa não diz, porém, é que o contrabando de ouro e cassiterita é praticado em escala industrial. Em fevereiro de 1990, por exemplo, a Polícia Federal conseguiu interceptar uma partida de lingotes de ouro, no valor de quase um milhão de dólares, que estava "viajando" para o Paraguai. *e depois...*

Em geral, o ouro extraído nas reservas yanomami chega à cidade transportado por via fluvial, terrestre e aérea pelos homens que trabalham nas áreas. É vendido aos comerciantes de Boa Vista e, sucessivamente, revendido a intermediários ligados a empresas maiores e estruturadas, que purificam o metal e o reciclam nas grandes capitais do centro-sul do Brasil. Uma parte do ouro entra no circuito financeiro e comercial, mas a maior porcentagem "migra" para a Venezuela, Guiana, Paraguai, Uruguai, para depois ser exportada aos Estados Unidos, Japão, Europa. O volume de negócios é incalculável. Há paradoxos como os relativos à supremacia do Paraguai e do Uruguai nas estatísticas latino-americanas de produção de ouro, quando é sabido que no subsolo daqueles dois países ainda não foi encontrado nem um grama deste mineral...

A violação das fronteiras não ocorre só com o contrabando. O Palácio do Itamaraty vive há um ano numa situação embaraçosa quanto às relações diplomáticas com a Venezuela, devido à saída de aproximadamente três mil garimpeiros das fronteiras brasileiras. Esses episódios são freqüentes em Roraima e nunca interessaram muito a

Venezuela, mais preocupada com suas jazidas de petróleo no litoral das Caraíbas que com os recursos das regiões amazônicas. A isto deve-se acrescentar a cumplicidade da *guardia nacional* venezuelana, que embolsa sua parte para permitir a penetração dos caçadores de ouro *brasileños* em seu território.

Mas da fúria devastadora dos garimpeiros não escapa nada: em maio de 1989 chegaram a poluir até a nascente do rio Orinoco, que surge a poucos quilômetros da fronteira com o Brasil e constitui a principal artéria fluvial da Venezuela. O assunto provocou escândalo em Caracas, e o parlamento venezuelano iniciou uma investigação cuidadosa. O resultado das inspeções revelou a presença de milhares de homens que cavavam na floresta venezuelana, destruindo o meio ambiente, explorando ilegalmente as riquezas do país e poluindo o Orinoco com mercúrio. Os garimpeiros já construíram pelo menos cinco pistas de aterrissagem, sendo a principal, em sinal de provocação, denominada "Constituição"...

Em 1989, os garimpeiros foram expulsos várias vezes, às vezes com uso da força pela "redimida" *guardia nacional* e sua maquinaria foi destruída. Mas invadiram novamente o território venezuelano porque, como explicam: "Na floresta não há fronteiras: como podemos saber onde estamos?" É um argumento improvável numa estrutura tão organizada e dispendiosa, baseada na aviação. "Claro que sabemos que entramos na Venezuela. Por acaso um piloto não sabe ler uma bússola ou um mapa? Eu fui o primeiro a aterrissar na pista 'Constituição', vangloria-se Sérgio Campos, vizinho meu, piloto de táxis aéreos e proprietário de oito agências de vôo. Diante da emergência, os governos dos dois países decidiram utilizar fotos dos satélites para ter um mapa da invasão do território venezuelano. Entrementes, o governo de Brasília autorizou o país vizinho a usar a força para expulsar os garimpeiros.

6) Os "sindicatos" dos garimpeiros. "Onde há ouro, há garimpo. Num confronto entre 150 mil roraimenses, que necessitam deste ouro e 10 mil índios primitivos, estes últimos levariam a pior. Vamos procurar uma solução que satisfaça ambas as partes e não crie empecilhos ao progresso da região. Nós somos esta solução!" Assim se manifestam os principais dirigentes das organizações que se intitulam representantes do interesses dos garimpeiros de Roraima. Mais uma "pérola"...

A obrigatoriedade da criação de cooperativas para poder exercer esta atividade é sancionada pela constituição, que admite exclusivamente a presença de estruturas organizadas, autorizadas pelo Con-

gresso Nacional. Se pensarmos que o número de garimpeiros em Roraima — 45 mil — corresponde ao total dos operários da Volkswagen brasileira, poderemos compreender a importância das associações que representam esta categoria de trabalhadores.

Há três cooperativas ou sindicatos de garimpeiros em Roraima, nem todos corruptos. O maior deles, o Sindicato dos Garimpeiros de Roraima, conta mais de 15 mil associados, todos fichados e possuidores de carteirinha. O sindicato deveria tutelar os direitos dos inscritos, financiando o início da atividade, a primeira colocação, a parte burocrática, o transporte nas áreas. Mas, visto que ele também é controlado pelos empresários inescrupulosos e pelos garimpeiros "bamburrados" (que encontraram muito ouro), constitui um ulterior instrumento de exploração e violência.

Só para citar o caso mais escandaloso, o presidente do sindicato, o folclórico e explosivo José Teixeira Peixoto, conhecido como Baixinho, foi detido em março de 1990 sob a acusação de ser o mandante de quadrilhas que assassinavam os garimpeiros em Boa Vista para roubar-lhes o ouro ganho durante meses de sofrimento na floresta.

Baixinho foi solto menos de uma semana depois, devido à retração da principal testemunha de acusação...

Outro sindicato, a Cooperativa dos Garimpeiros do Alto Parima (COOGAPA), organizou, em dezembro de 1989, um concurso denominado "Garimpo gente", para financiar as despesas de estada dos advogados do sindicato em Brasília, com a tarefa de obstacular a aprovação de decretos que teriam sancionado a expulsão dos garimpeiros do território yanomami. Aparecia diariamente nos meios de comunicação locais a publicidade de um jipe e de uma moto Honda, dois entre os muitos "altos prêmios" oferecidos aos participantes. Foi recentemente instaurado um inquérito para apurar o destino dos fundos angariados, porque não chegaram a Brasília, e a extração dos "altos prêmios" nunca ocorreu...

Ligado à atividade sindicalista dos garimpeiros, há o fenômeno da prostituição. Com o desenvolvimento do comércio ao redor das pistas clandestinas na floresta, apresentou-se a necessidade de dispor de pessoas para trabalhar na parte logística (cozinheiras, balconistas etc.). Através dessas cooperativas, foram contratadas dezenas de mulheres: são certamente as cozinheiras mais bem pagas do país (40 gramas de ouro ao mês), a que são sempre acrescentados os "extras" da atividade de prostituição, típica das regiões isoladas.

A organização é tão previdente, que assegura a continuidade do "serviço" na cidade, para dar aos garimpeiros em trânsito a possibi-

lidade de "divertirem-se" e gastar os últimos gramas nos locais noturnos mais promíscuos de Boa Vista. Os casos de AIDS, doenças várias e violência são numerosos.

Desde o início de 1990, com a queda do movimento, devido às dificuldades contingentes do garimpo, as associações da categoria desapareceram, abandonando os homens à própria sorte.

Chegam apelos da floresta de vários grupos de garimpeiros, desprezados por chefes e protetores, que estão tentando voltar à cidade a pé, famintos e acoitados pelas doenças. No fim de março, dois jornalistas alemães, que entraram secretamente na área, denunciaram vários casos de escravidão de garimpeiros mantidos como reféns em algumas pistas de pouso e forçados a trabalhar gratuitamente em troca de um prato de arroz e da promessa de obter uma vaga num vôo para Boa Vista.

Foi entregue à polícia federal uma carta, assinada por dez homens, informando que numa pista denominada "Novo Brasil" há pessoas que cobram 7 gramas de ouro por uma aspirina ou por um remédio contra a malária, quando os medicamentos deveriam ser fornecidos gratuitamente e em abundância pelos técnicos da SUCAM, que têm por obrigação proteger o território das epidemias.

A POLUIÇÃO AMBIENTAL

O processo de extração mineral nas terras dos Yanomami é rudimentar. A inacessibilidade da floresta e a peculiaridade do ouro presente em Roraima tornam muito difícil a atividade extrativa. Por isso as grandes empresas permanecem, por enquanto, na retaguarda. Sabe-se, há dezenas de anos, da enorme concentração de minérios preciosos naquelas regiões (ouro, diamantes, cassiterita, cobre, zinco, molibdênio, urânio), mesmo se só a partir dos anos '80, através de levantamentos efetuados por sofisticados satélites japoneses e com a invasão maciça dos excelentes geólogos que são os garimpeiros, foi possível a obtenção de dados mais exatos sobre as riquezas existentes.

Dentre os mitos que alimentam a fama das terras yanomami, existe a convicção de que há filões de ouro de centenas de quilômetros. E isto não é tudo: apesar de o ouro estar pulverizado no leito dos rios ou na floresta, tem porém a qualidade de estar sepultado a poucos metros de profundidade e de possuir um grau de pureza superior a 90%, um dos mais altos do mundo.

A extração requer técnicas especiais, adaptadas ao ambiente. Os garimpeiros que trabalham nos rios operam nas balsas (dragas), que aspiram o fundo com grandes bombas. O mergulhador permanece algumas horas submerso para direcionar os tubos que aspiram o lodo. Sua vida depende dos tubos de oxigênio e de uma corda com a qual se comunica — através de puxões — com os companheiros na superfície. Numerosos e diários são os casos de mergulhadores afogados, cujos corpos bóiam, transportados pela correnteza, nos rios de Roraima.

A mistura de água e detritos aspirada pelas bombas passa ao longo de um plano de madeira inclinado: o minério, mais pesado, se deposita e, em seguida, é lavado. Água, combustível e areia voltam, sujos, para o rio.

Em terra, ao invés, desmata-se a área circunvizinha à zona escolhida. Usando a força do jato d'água dos hidrantes, como se fosse uma picareta, cava-se o terreno, aproveitando da natureza geralmente friável do substrato da floresta. Também neste caso o cascalho é aspirado pelas bombas e escorrido ao longo de um plano inclinado que retém o minério.

Os homens passam o dia inteiro no barro, em condições de higiene e de segurança assustadoras. A lavagem do cascalho é longa e cuidadosa, utilizando instrumentos arcaicos, com a batéia, que os garimpeiros manejam com habilidade, deixando depositarem-se ao fundo apenas os grãos de ouro. Para amalgamar o material colhido, usa-se o "famigerado" mercúrio, que tem a propriedade de fixar os minérios.

Misturado, o mercúrio endurece após alguns minutos e forma uma massa compacta que é comprimida várias vezes dentro de um pano para expelir as impurezas. Calcula-se que para cada grama de ouro extraído, sejam utilizados de 1,5 a 2 gramas de mercúrio. Tomando como base a estimativa de 20 toneladas de ouro extraídas em Roraima em 1989, podemos ter uma idéia das proporções da poluição.

Na última fase de manipulação, o ouro é separado do mercúrio, utilizando-se o maçarico: o processo é executado duas vezes, a primeira no garimpo e em seguida na cidade, nas casas de comércio. O mercúrio, portanto, polui duas vezes: quando é lançado nos rios para amalgamar o material e quando é fundido para ser separado do ouro. As emanações de mercúrio infestam o ar sob forma de vapor no processo de fusão e se precipitam em seguida, condensados sob forma de chuva, contaminando pessoas, fauna e flora, até em locais distantes dos postos de extração e refino.

Visto que o mercúrio é altamente tóxico, os garimpeiros são os mais expostos ao risco de contaminação. Mas as últimas pesquisas, efetuadas por cientistas japoneses através da análise de amostras de pele e cabelos, revelaram que também a população das cidades amazônicas próximas às áreas de garimpo está sujeita a índices de contaminação muito superiores aos limites máximos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde.

Na água, o mercúrio passa da fase inorgânica para a orgânica, provocando sua assimilação por parte dos organismos vivos. Estudos recentes do setor de pesquisas minerais da Universidade do Pará revelaram que a cadeia alimentar das regiões poluídas por mercúrio está ameaçada de contaminação progressiva e incontrolável, cujas consequências podem ser catastróficas. Há sérios riscos de que Roraima e os estados amazônicos envolvidos neste fenômeno estejam sujeitos ao "efeito Minamata", a Chernobyl do mercúrio (uma cidade japonesa que, em 1956, devido a uma fuga de mercúrio de um centro de pesquisas, teve milhares de pessoas mortas e o meio ambiente atingido de tal forma que até hoje são evidentes os efeitos tóxicos sobre os sobreviventes).

Entre os sintomas que caracterizam as formas mais graves de contaminação por mercúrio, estão: colapso cardiovascular, insuficiência renal, lesões gastrointestinais até o coma e a morte. As intoxicações menos agudas apresentam várias patologias: inflamação da boca e das gengivas, alterações psicológicas e motoras, problemas genéticos, impotência sexual, distúrbios da visão, insônia, irritabilidade, perda de memória, depressão, melancolia suicida e psicose maníaco-depressiva.

Até hoje não foram efetuados em Roraima estudos com a finalidade de avaliar seriamente o grau de contaminação por mercúrio.

MEIO DIA DE FOGO...

Uma das teses sustentadas à exaustão por políticos e militares de Roraima é a de que os garimpeiros não são bandidos, de que sua relação com os índios e com a natureza é pacífica e benéfica, de que a convivência nos garimpos é ordenada e organizada.

Ainda que replicando que a mão-de-obra garimpeira é outra grande vítima desta exploração, reduzida a condições desumanas de vida e trabalho em troca da falsa ilusão de escapar de uma existência, na maioria das vezes, miserável, citamos um exemplo de "convivência pacífica" nas áreas dos índios Yanomami. O trecho é extraído

do de "A Crítica de Roraima" de 28 de março de 1990 (mas que poderia ser de qualquer dia de qualquer mês), um jornal local conhecido por suas posições pró-garimpo.

"Outro crime bárbaro ocorreu nos garimpos da região do rio Uraricoera. O garimpeiro Kléber Oliveira de Souza, 21 anos, foi morto com um tiro de espingarda no peito, após uma discussão com um colega. O crime, um dos tantos que ocorrem diariamente nas áreas indígenas yanomami, teria passado inobservado se não fosse cometido após um... duelo. Em pleno 1990, dois garimpeiros duelaram na floresta de Roraima.

Kléber, natural do Piauí, era considerado pelos companheiros um homem corajoso e rápido no gatilho. Vangloriava-se, entre outras coisas, de ser capaz de caçar onças na floresta com a espingarda descarregada, carregando a arma apenas no momento do ataque do animal.

Numa discussão com outro garimpeiro, apelidado Ceará, Kléber desafiou o adversário, inicialmente de mãos vazias e, em seguida, ao fatídico duelo. Segundo o testemunho dos garimpeiros presentes, os dois tinham bebido muito. A discussão havia abordado, durante toda a tarde, os mais variados assuntos: do futebol à habilidade com as armas. Kléber não perdia oportunidade de exibir suas qualidades, carregando a arma e disparando repetidas vezes contra uma árvore. 'Era realmente muito rápido', contou Amilton Farias Ferreira, de 23 anos, que assistiu ao crime.

A discussão degenerou quando Kléber acusou Ceará de ter enganado um colega. Imediatamente os dois se arremessaram um contra o outro, trocando pontapés e socos e rolando pelo chão. Kléber, então, apanhou o fuzil e, para surpresa geral, quando todos pensavam que ia disparar contra o adversário, descarregou a arma e ordenou ao rival que fizesse o mesmo. Após cada um deles ter colocado dois cartuchos no cinto afastaram-se com as armas descarregadas e, à distância de aproximadamente dez metros, à ordem de outro garimpeiro, carregaram os fuzis e atiraram.

Ceará foi mais rápido e matou Kléber com um tiro no peito, desaparecendo, em seguida, no mato..."

TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO

Ivanildo Wawanaweytheri é um Yanomami de 36 anos, com um passado rico de experiências que lhe permitem um conhecimento aprofundado da crise que se abate sobre seu povo. Nascido no esta-

do do Amazonas, Ivanildo ficou logo órfão e começou muito jovem, a trabalhar na FUNAI. Aprendeu português e participou como intérprete de inúmeras expedições às áreas indígenas. Trabalhou em quase todas as bases de Roraima. Foi também responsável pela base de Flechal, perto do Rio Mucajai, mas em 1988 foi rebaixado a simples auxiliar por ter prestado uma série de declarações públicas dando sua opinião sobre a invasão dos garimpeiros.

“Sei muitas coisas sobre a situação dos Yanomami. No começo, não havia garimpeiros. Só Yanomami. Agora, mudou tudo e os Yanomami apanharam muitas doenças, a malária, a gripe. Estou preocupado porque meus parentes³ estão morrendo. Os garimpeiros estão nos matando. A água que bebemos está envenenada. Os *tuxauas* (caciques) não sabem o que fazer e nós estamos numa situação difícil. Chega muita bebida alcoólica. A situação está muito confusa. Os garimpeiros entram nas vilas bêbados e dão bebida para os homens para aproveitar das mulheres. Os garimpeiros trazem muitas doenças.

Os Yanomami têm medo dos garimpeiros. Muitos são criminosos, andam de revólver e metralhadora. A polícia está do lado deles. Conheço um lugar onde os garimpeiros entraram com armas, disparando para todos os lados. Eles se matam entre si e depois põem a culpa nos índios. Matam e largam o morto no meio do caminho, para contar aos outros que os Yanomami é que mataram. Por isso os garimpeiros invadem as aldeias.

Os garimpeiros dizem que se acontecer alguma coisa com eles, matarão a nós todos. Às vezes a polícia tira as armas, mas depois devolve. Há parentes que querem abandonar as aldeias, mas muitos outros não querem. Dizem que não deixarão o lugar onde nasceram e cresceram, onde cultivaram a terra, onde caçaram e pescaram, onde seus antepassados viveram.

Discutimos entre nós para ver se poderíamos fazer alguma coisa para mandar os garimpeiros embora. Mas eu acho difícil, porque os índios só têm arco e flecha e os garimpeiros têm armas de fogo que são mais ‘forte’ que as flechas. Os Yanomami sempre foram corajosos. Nós somos guerreiros. Entre nós. Mas já perdemos muitos parentes. Então, procuramos afastar-nos dos garimpeiros. Nós, Yanomami, pensamos que não resistiremos por muito tempo. Há muita terra que poderia ser cultivada. Mas os garimpeiros não querem

3. É uma expressão que reforça a unidade entre os povos indígenas amazonenses, mesmo se *muito* diferentes. Indica uma união que está além da simples união de sangue.

cultivar a terra. Eles querem o ouro. A única coisa que fazem é destruir a terra, destruir tudo. Eu acho que isto está errado...”

“DO NOSSO CORRESPONDENTE NO GARIMPO...”

Adalberto da Silva Santos é um português de Coimbra, de 32 anos e há 14 vive no Brasil. Sua história é misteriosa: apareceu de repente em Roraima, no fim de 1988, e desapareceu de forma igualmente misteriosa um ano depois. Com seu inconfundível sotaque português, contou ser descendente de uma das mais ricas e poderosas famílias de Portugal. Seu pai era um dos conselheiros militares de confiança de Salazar, o ex-ditador português.

Frustrado de levar uma vida ociosa, feita de luxos e privilégios, Adalberto decidiu migrar para o Brasil, onde entrou para a Ordem Terceira de São Francisco. Constantemente à procura de um sentido para a própria vida — e com pouco dinheiro no bolso —, Adalberto aventurou-se na floresta dos Yanomami para viver e conviver com os garimpeiros. Nos quatro meses que passou no garimpo, peregrinou por centenas de quilômetros, penetrando no coração da mata. Conseguiu ganhar 80 gramas de ouro — nada mal para um principiante —, mas ficou traumatizado quando alguns dos seus “colegas” invadiram uma aldeia e violentaram as índias. Seu grupo foi atacado pelos guerreiros yanomami e muitos morreram. Dos doze garimpeiros que iniciaram com ele a expedição na região de Paapiú, em setembro de 1990, Adalberto foi um dos três sobreviventes que conseguiram voltar a Boa Vista.

Escreveu um diário de suas aventuras, anotando secretamente os fatos de que foi protagonista ou que testemunhou. Escrevia à noite, enquanto os companheiros dormiam, em papel-jornal, maços de cigarros, usando códigos indecifráveis. As anotações seguintes são extraídas de seus apontamentos que se tornaram públicos em julho de 1989.

Adalberto tentou refazer sua vida em Boa Vista, abrindo uma pequena oficina mecânica. Sentindo que estava sendo vigiado e ameaçado, pediu proteção ao bispo de Roraima, que lhe ofereceu um emprego de jardineiro em sua residência. Mas Adalberto foi mais uma vez contagiado pela “febre do ouro” e voltou por duas vezes ao garimpo, mudando de região.

Ameaçado de morte e ferido num acidente aéreo na floresta, decidiu renunciar e refugiou-se numa missão salesiana no estado do

Amazonas. Quando, por várias vezes, perguntei-lhe por que agia desta maneira, sua resposta foi sempre vaga: "Não sei, queria ver as coisas de perto... Queria contribuir para esta causa... Penso que devemos parar a destruição da Amazônia..." E, junto com seu mistério, desapareceram também os 200 dólares que lhe emprestei...

7 de setembro. É o nosso primeiro dia na floresta. Chove. Andamos desde a alvorada até o pôr-do-sol. O *Baiano* avisou que os índios querem nos atacar. Todos carregam as armas e ficam à espreita. Esperam. Escurece e não acontece nada. *Mansueto* fica acordado montando guarda.

8 de setembro. *Baiano* e três amigos enchem a cartucheira de munição e avisam que querem entrar na aldeia para matar os índios. Somos doze, e a maioria é contrária. Mesmo assim, eles decidem ir. Trabalhamos o dia todo. À noite, os quatro sócios voltam e contam, rindo, que amarraram as índias e as estupraram.

12 de setembro. Enquanto comemos, ouvimos tiros. Os Yanomami estão atacando. Eu e mais quatro companheiros escorregamos nas grutas e fugimos para o rio. Corremos durante a tarde toda e só paramos quando nos sentimos seguros.

30 de setembro. Andamos pela floresta durante 18 dias. Chegamos no campo 'Mineração'. Contamos o que aconteceu e conseguimos um pouco de comida. Deitamos nas redes e dormimos o dia todo.

1º de outubro. *Parazinho* revela o resultado do ataque de 12 de setembro: quatro Yanomami foram mortos, um garimpeiro ficou ferido e os outros fugiram. Contamos a verdade sobre o motivo daquele ataque.

9 de outubro. Perdemos seis dias tentando chegar à pista de *Paapiú*, mas nos perdemos. Chegamos na pista 'União' em jejum e pedimos comida.

20 de outubro. Agora estamos no garimpo de *Raimundo Careca*. O chefe é um barbudo; ele conta que atacaram no Alto *Catrimani*, violentando as mulheres. Uma foi trazida até aqui.

21 de outubro. O *tuxaua* da aldeia yanomami invadida pelo barbudo veio buscar a índia raptada. Os índios falam na língua deles e nós não entendemos.

22 de outubro. Encontrei dois companheiros crentes que organizaram um culto religioso. E me vejo falando de Deus a trinta garimpeiros.

4 de novembro. Dia chuvoso e muito frio. Ninguém trabalha. De repente, aparece um jacaré de três metros. Assustados, carregamos as armas e o enchemos de tiros.

5 de novembro. De tarde, chegam alguns homens que trabalham para o Mineiro. Contam que uns índios da região gostariam de aprender português e ensinar-nos a língua deles. O *Goiano da Xuxa* conta vários conflitos dos últimos meses entre índios e garimpeiros. Teriam morrido 150 yanomami, mesmo com uma patrulha da polícia militar na região. Os motivos são quase sempre os mesmos: a resistência dos índios à presença dos garimpeiros e as bravatas de alguns companheiros que atacam as aldeias por... diversão.

16 de novembro. Boca de jacaré foi picado por uma cobra. Tentamos tratá-lo com plantas, mas não conseguimos estancar a infecção. Sepultamos o amigo no garimpo, onde passou a maior parte de sua vida. Chegamos ao rio *Toototobi*, mas estamos todos tristes e preocupados.

21 de novembro. Enquanto atravessamos o rio *Demini*, encontramos os cadáveres de dois meninos, uma menina e três mulheres. As índias haviam sido estupradas. Percebemos que estamos perto de uma aldeia yanomami. Fugimos depressa. Após duas horas, fomos surpreendidos por um grupo de índios, armados de flechas e armas de fogo. Quatro dos nossos morrem. Eu e mais cinco fugimos carregando *Bafo de Onça* ferido. Andamos a noite toda. Nosso companheiro morreu há vinte minutos. Pagamos pelos erros dos outros. Ficamos só seis.

27 de novembro. Outro dia de sofrimento. Enquanto atravessamos uma cachoeira de 170 metros, perdemos mais três companheiros. *Pedro III* perdeu o equilíbrio. Tentando levantar, esbarrou em *Farol de Jipe* e ambos caem pelas encostas. *Tartaruga Deitada*, que está perto deles, estica a mão para ajudá-los, mas a força da água leva os três. Olho a cena sem poder fazer nada.

30 de novembro. Até que enfim chegamos numa pista da Serra *Tapirapecó* e somos acolhidos pelos funcionários da *Funai*, que nos dão comida.

4 de dezembro. Após dois dias de descanso, começamos a trabalhar no garimpo para *Careca*. Até que enfim! Queremos ver o ouro em nossas mãos!

25 de dezembro Fui caçar com Marabá. À noite celebramos o Natal com uma festa típica: tiros para o ar, comida e muita alegria. Só estão faltando as mulheres...

6 de janeiro. É um dia diferente. Estamos nos preparando para tomar o avião para Boa Vista. Sei que encontrarei conforto, mas sentirei saudade desta floresta exuberante. Lembrarei das árvores que cortei, do mercúrio e do barro jogado nos rios, da água suja que tomei. Sou chamado de destruidor, dizem que estou matando a natureza. Mato para não morrer. Mas sei que estou cavando minha própria cova, o túmulo do mundo, do homem."

Um povo nômade

Quem são os Yanomami? Como se organiza sua sociedade? O que caracteriza sua cultura? Por que são considerados um povo diferente dos outros?

São mais de vinte mil. Para os brancos, são os Yanomami, o povo de Omã. Eles mesmos dizem que são Yanã, Yanomã, Yanomamó, Sanumá. Seu "habitat" é a floresta tropical que reveste a cadeia de montanhas da fronteira entre o Brasil e a Venezuela e as terras baixas que descem dos dois lados da Serra Parima-Pacaraima, numa área incluída entre 0 e 6 graus ao norte e entre 61 e 67 graus a oeste.

As quatro línguas yanomami conhecidas são ligadas entre si: estima-se que o ponto histórico em que começaram a diferenciar de um tronco comum corresponda a um período entre 600 e 3.500 anos passados. As diferenças lingüísticas são comparáveis às existentes entre as línguas neolatinas.

A maioria dos Yanomami escolhe o local de moradia num terreno alto, longe dos grandes rios, o que pode transformar as viagens a pé entre uma comunidade e outra num exercício de escalada que chega a superar 45 graus de declive. Os Yanomami vivem entre 500 e 1.200 metros de altitude. A maior parte das aldeias utiliza água de nascentes e córregos. O Maciço da Guiana que divide as bacias do Orinoco e do Amazonas é coberta pela floresta tropical, de uma variedade natural própria de terras baixas e altas. A fertilidade do solo, ao invés, é extremamente escassa. A floresta apresenta uma rica diversidade de flora e fauna sob aquele tapete verde, interrompido aqui e acolá por áreas de savana, que, do alto, parecem de monótona repetição.

O clima é úmido, mas a temperatura é suave; durante o dia varia entre 25 e 40 graus e à noite desce a 10 - 15 graus. O quadro térmico não oscila muito durante o ano. A estação da seca dura de dezembro a maio, mas é rara a semana em que não chove.

Na estação das chuvas (junho-novembro) a paisagem muda radicalmente: pequenos córregos de leite cristalino tornam-se caudalosos rios barrentos; cantos sugestivos da floresta e indescritíveis ema-

ranhados heterogêneos de plantas, flores e animais através dos quais só é possível caminhar na estação seca, transformam-se em lodaçais perigosos e intransitáveis. Tudo se transforma num grande lago que separa os seres vivos.

Nesta variedade de estações, os recursos naturais da floresta também são diferentes: alguns produtos como frutas, castanhas, larvas, ninhos de marimbondos, lagartixas só são encontrados durante alguns meses; muitos animais tornam-se presas mais fáceis durante a estação da seca quando, pela retirada das águas dos rios, aproximam-se das aldeias.

O período da seca é também época de visitas, de caça coletiva, de acampamentos na floresta de famílias inteiras e de culto aos defuntos.

A grandiosidade dos rios contrasta com a infinidade de córregos, modestos se comparados às dimensões amazônicas, mas que para os Yanomami representam grandes cursos d'água. Os afluentes têm uma proporção mais adequada ao sistema de vida indígena: as margens estão marcadas pelas pegadas dos animais, pelos esconderijos dos caranguejos, pelos sinais dos inimigos e por todo um código de indícios muito familiar. Estes rios desenham uma geografia que também é histórica.

Os cursos d'água estão presentes nos contos mitológicos, nas migrações das pessoas, das vilas, dos animais e dos espíritos: é como se fossem as veias de um corpo em que não é só água que escorre, mas também memória e cultura.

Da mesma forma, importantes são as trilhas que ligam as aldeias. Mais retas que os rios, traçam caminhos ricos de informações que "contam", em viagens de poucas horas ou de dias inteiros, memoráveis caçadas, encontros amorosos ou com os espíritos, combates com inimigos em emboscada. As trilhas que irradiam de cada aldeia formam uma elaborada teia de caminhos, ligando territórios de caça, zonas de colheita e de pesca, acampamentos de verão, aldeias vizinhas e aldeias distantes: é como se fossem nervos de um organismo a ligar aldeias, campos, florestas e sobrenatural.

MUITA TERRA PARA POUCO ÍNDIO?

Os Yanomami constituem o maior grupo indígena ainda em parte isolado da sociedade "civilizada", incluindo comunidades dispersas que nunca mantiveram contato com os brancos. É um dos últimos povos geneticamente "puros".

Geralmente, cada aldeia é composta de uma grande maloca (*shabono*, na língua yanomami), onde vivem várias famílias, unidas por vínculo de parentesco. O número de habitantes de cada aldeia pode variar entre 30 e 150 indivíduos. A maloca tem um diâmetro de aproximadamente 20 metros, por dez de altura.

As aldeias vizinhas formam grupos locais, que mantêm entre si relações sociais e rituais freqüentes, com constantes contatos, troca de bens e alianças matrimoniais. 2000

Ao redor da aldeia, os índios utilizam uma área para o cultivo da terra. Esta zona não é somente um espaço de subsistência, é também resultado da produção coletiva, uma fonte de integração social, que vai do trabalho de muitas mãos aos encontros amorosos, legítimos ou fortuitos.

Cada família possui seu próprio lote. Os homens desmatam uma pequena área de floresta que é queimada durante o período da seca. Em seguida, limpam e cultivam o terreno. Às mulheres compete colher os produtos, transportando-os em grandes cestos que chegam a pesar, cheios, até mais de 60 quilos.

Os Yanomami cultivam mandioca, macaxeira, pupunha, cana, batata-doce, cará, taioba, pimenta, papaia, abacaxi, tabaco, urucu e vários tipos de banana que, junto com a mandioca, formam sua alimentação básica. Cultivam também algodão, carauá, bambu e outros vegetais dos quais utilizam folhas, sementes e fibras para o artesanato, para adornar o corpo e nos rituais mágico-sacrais.

Cultivam também tipo particular de erva, que freqüentemente misturam a um alucinógeno e a outras plantas, formando um composto ao qual os Yanomami atribuem poderes mágicos e terapêuticos, como certos tubérculos que acreditam tornar as mulheres estéreis. É uma espécie de batata de pequenas dimensões, que depois de moída é passada sobre o ventre da mulher enquanto dorme, ou misturada ao tradicional pirão de banana, sem que a interessada perceba, visto que nenhuma mulher usaria este pó espontaneamente.

Outros tubérculos são usados para proteger as crianças e tornar os homens mais corajosos; alguns são considerados afrodisíacos, ou necessários para obter o amor de uma mulher, ou então servem para fazer magias contra os inimigos. Na maior parte das vezes, é difícil distingui-los entre si e só quem os plantou e cultivou conhece suas propriedades e poderes.

Os Yanomami são um povo nômade que utiliza diariamente uma área de trinta quilômetros de diâmetro para caçar, pescar, colher frutos e matérias-primas para o artesanato. Por isso, a redução do território em 19 áreas estanques e a objeção das autoridades, segun-

do as quais "exige-se demasiada terra para poucos índios", representam na realidade grave ameaça à sobrevivência física e cultural deste povo. O caso é que a estratégia de todos os governos brasileiros sempre foi a de "domesticar" os índios isolados para impor-lhes os espaços, os tempos e os modos de vida menos onerosos para a nação.

Em dois anos, a terra cultivada — geralmente de forma circular, com um diâmetro de aproximadamente 800 metros — perde muito de sua capacidade produtiva. O mato cresce, forçando a mudar de lugar. Num certo período, uma família pode manter duas ou mais áreas cultivadas em níveis diferentes: uma "velha", mas em plena produção e outra ainda amadurecendo. A tradição de abandonar uma área já explorada para deixá-la "descansar" é o primeiro indício da preocupação dos Yanomami com a preservação da floresta. A natureza recupera-se rapidamente do desmatamento e do uso intensivo do solo.

As áreas cultivadas não são abandonadas imediatamente. Alguns produtos continuam sendo colhidos pela família ano após ano. O material para a infra-estrutura, desde a construção da maloca aos utensílios domésticos (folhas, fibras, redes, cordas, hastes, troncos, resinas, ceras e uma infinidade de outros produtos) é extraído totalmente da floresta. É obtido pelo trabalho individual ou coletivo de homens e mulheres. Os recursos necessários à vida de uma aldeia requerem a utilização de uma área de 640km² de floresta, base para a definição territorial de uma vila ou de um grupo de vilas.

O conceito yanomami de floresta contém, entre outras coisas, a idéia de lugar a que se pertence (*Urihi*, na língua yanomami) e isto deixa transparecer o conforto e a proteção de um ambiente familiar.

CAÇA E PESCA

A floresta fornece a colheita e a caça. Esta é reservada aos homens, individualmente ou em grupo, às vezes programada para fins de armazenamento ou em vista de rituais. A caça individual é praticada durante o ano inteiro; a coletiva, na estação da seca, envolvendo os membros de uma só aldeia, eventualmente também os hóspedes, durante visitas prolongadas. Cada grupo necessita de, pelo menos, um raio de 16 quilômetros para poder prover a carne necessária.

Sozinhos ou em pequenos grupos, os Yanomami penetram na floresta duas ou três vezes por semana (dependendo do êxito da expedição anterior), armados de arco, três ou quatro flechas e uma faca. Levam também, além de algumas pontas de flecha sobressalen-

tes, escondidas, algumas sementes mágicas para propiciar uma boa caçada e um par de mandíbulas de porco-espinho para afiar as flechas. Só praticam a caça diurna. São muito habilidosos na imitação do som produzido pelos animais. Não usam armadilhas. São raros os Yanomami que possuem armas de fogo — pelo menos, até a invasão dos garimpeiros. Por isso, os animais são relativamente abundantes, também nos arredores das aldeias. A ponta das flechas varia em relação ao tipo de presa: de bambu para animais de porte como a anta, o javali, o cervo; envenenada com *yakoana* para os macacos; de madeira ou osso de macaco para pássaros e peixes; de madeira com pontas variadas para os pássaros.

As penas de algumas aves são usadas para confeccionar pulseiras e cocares; urubus e águias fornecem as penas usadas para ornamentação nas cerimônias mais importantes. Para demonstrar sua habilidade, freqüentemente o caçador pendura perto de sua rede crânios e ossos de animais mortos por ele.

Para preparar as festas, o grupo afasta-se por alguns dias da maloca: os homens dedicam-se à caça e as mulheres à colheita. A carne é curtida ao sol para durar até o fim da festa.

Existe porém uma espécie de recato em exaltar os próprios sucessos de caçador, da mesma forma como agem alguns brancos quando declaram suas rendas...

O caçador entra na vila carregando sua presa que, se é pequena, é enrolada em folhas e, se é grande, chega "exposta". O homem fica em silêncio, sem olhar para os outros, mantendo um ar indiferente. As pessoas ao redor continuam com seus trabalhos, como se nada tivesse acontecido, até quando começa o alvoroço para cortar a carne e distribuí-la aos "parentes".

Entre os elementos que contribuem para a abundância da caça, deve ser considerada a natureza do terreno, as dimensões da comunidade, o tempo de permanência no mesmo território. Uma excessiva concentração de famílias na mesma zona provoca a inevitável escassez de carne e está entre os principais motivos de deslocamento periódico das aldeias.

A colheita dos produtos silvestres é muito importante na alimentação dos Yanomami, porque, junto ao resultado "espetacular" de uma boa caçada e de uma abundante colheita de mandioca, contribui para a variedade dos sabores, a uma dieta rica em vitaminas, proteínas e sais minerais, fornecidos também por uma coleção de "guloseimas" como larvas, favos de mel, rãs, caranguejos, cogumelos, castanhas e frutas.

A pesca é feita com arco e flecha e com o *timbó*, uma planta tóxica que deixa o peixe imobilizado por um breve período de tempo, de forma que, não sendo pescado, recupera-se rapidamente do efeito do veneno. A introdução de anzóis de aço e fios de náilon é recente, devida também à influência das missões, e substituíram os instrumentos tradicionais como o anzol de osso e o fio de fibra vegetal extraída do curauá.

A pesca com *timbó* é geralmente praticada pelas mulheres, durante o período da seca, nos lagos, nos córregos e nos pontos dos rios onde escorre pouca água ou a corrente é menos impetuosa. Quando o peixe emerge pela asfixia provocada pelo *timbó*, é recolhido com uma peneira. São escolhidos pequenos cursos d'água e bacias de rios maiores. É comum ver todos os habitantes de uma vila, crianças inclusive, de cestos na mão, dirigindo-se à pesca num clima de euforia e divertimento.

Além da pesca, outra importante fonte de alimentação e de matéria-prima para o artesanato é a colheita. Os Yanomami utilizam muitas frutas: ingá, cacau, abiurana, piquiá, maçaranduba, bacabá, patauá, açai, buriti, buritirana, najá, cajui, castanha-do-pará, capuí.

Possuem um profundo conhecimento do ambiente e da relação homem-natureza: mesmo vivendo há milênios na floresta, praticamente não deixaram rastros. A cada 4-8 anos, de fato, cada grupo desloca-se 20 a 30 quilômetros para respeitar o "cansaço" da terra explorada e pela progressiva diminuição da caça. Contribuem para o nomadismo também as mortes, as epidemias, as lutas periódicas entre as várias comunidades, que podem resultar em guerras. O terreno abandonado é ainda desfrutado por muitos anos, só para a colheita dos produtos cultivados anteriormente. Após um período de "saneamento ecológico", o terreno pode ser ocupado novamente pelo mesmo grupo ou por outro. As áreas mais antigas são percorridas com familiaridade e alimentam a memória histórica e mitológica dos Yanomami.

A CONVIVÊNCIA

Apesar da quantidade de dialetos existentes em cada área, a comunicação entre as línguas yanomami é intensa. Isto permite um parcial bilingüismo, através do qual vários grupos mantêm constante relacionamento, sem necessariamente falar o idioma dos outros. Parte dessa variedade lingüística é encontrada nos diálogos cerimo-

niais, por ocasião das visitas. São os momentos coletivos mais importantes, onde as relações assumem tons, às vezes, dramáticos. As visitas entre as aldeias são constantes, mas o termo "hóspede" não é aplicável aos habitantes das comunidades vizinhas, com as quais o contato é muito intenso. Os vizinhos se apresentam com discrição, acomodando-se no canto da maloca ocupado por um conhecido; são ignorados por alguns minutos, até que alguém oferece algo para beber.

Quem chega de longe, porém, recebe uma acolhida muito diferente. A circunspeção típica das pessoas que não se conhecem bem é expressa e superada através de um ritual elaborado.

Ao momento do ingresso dos visitantes na aldeia, é escolhido um anfitrião, que inicia um discurso insinuando que a visita poderia ser o prelúdio de uma agressão. Em resposta, um porta-voz dos hóspedes confirma as intenções pacíficas dos visitantes.

A noite é ocupada por uma série alternada de diálogos entre pares de homens, um residente e outro hóspede. Cada par discute com animação, acorados um perto do outro e envolvidos numa espécie de abraço, trocando notícias recentes e freqüentemente acertando acordos "comerciais". Uma boa argumentação política ou um "negócio" bem conduzido dependem da habilidade em sobrepor-se ao adversário com a força do desempenho teatral. Desde crianças, os Yanomami são treinados em duelos verbais, mas o necessário desembaraço só é atingido na idade madura. Um homem de prestígio é o que possui habilidades em rituais mágicos, na estratégia política e nas artes dialéticas. Ser *tuxaua* de uma aldeia não significa forçar alguém a fazer o que não deseja, mas o poder do líder, dividido com toda a comunidade, consiste na capacidade de persuasão, nunca na coerção. Disto deriva a importância da oratória como qualidade fundamental de um *tuxaua*. Sua autoridade emana do talento político em pôr seus conhecimentos e experiências à disposição da comunidade.

O caçador competente, o conhecedor dos segredos da floresta, o feiticeiro que usa o saber esotérico têm mais instrumentos para orientar os companheiros na escolha de um local para construir uma nova aldeia, para instalar um acampamento durante os deslocamentos na floresta, para garantir o bem-estar da comunidade com a proteção dos espíritos.

O *tuxaua* sugere e pode, em última instância, decidir quando e aonde organizar uma caçada ou uma pesca coletiva, uma visita comunitária a outra aldeia, mas essa decisão só é tomada depois de a questão ter sido discutida e aprovada por todos. O chefe, em sua posição, não controla as atividades individuais. As pessoas vão e

vêm, transitam pelas aldeias, acertam trocas, casamentos, disputas pessoais, sem interferências.

É nas ações propriamente coletivas que o carisma do *tuxaua* emerge: fala e é ouvido. Mas, se procura forçar os limites do poder, exigindo obediência cega, os outros voltam-lhe as costas. O líder yanomami exerce o seu poder discretamente, num aparente anonimato que só um carisma profundamente reconhecido e aceito pode permitir. É mais um coordenador de atividades que um chefe político. Nisso, a sutileza da autoridade yanomami é muito diferente da prepotência de certas autoridades "civilizadas", habituadas a conceber a obediência absoluta como único meio de manter o poder.

As cerimônias em homenagem aos mortos atraem grande quantidade de hóspedes de aldeias vizinhas e longínquas. Podem durar mais de dez dias, incluindo caçadas, danças, cultos religiosos, choros coletivos, jogos, disputas, às vezes com significados sexuais. O ponto máximo do ritual é a comunhão das cinzas obtidas dos ossos carbonizados dos defuntos, zelosamente conservadas para a cerimônia.

Acreditava-se que este ritual aplaque o espírito do morto. O abandono de um cadáver aos animais ou às mãos do inimigo é motivo de terror para os Yanomami. Daí deriva o particular cuidado para com os defuntos, para não interromper o grande ciclo da vida além da morte.

Durante esses rituais, aldeias inteiras reúnem-se, fazem trocas de notícias e objetos, acertam casamentos, abundantes libações, definem alianças políticas e resolvem divergências antigas.

RITUAIS RELIGIOSOS E DE INICIAÇÃO

Os filhos vêm ao mundo sempre fora da maloca ou diretamente na floresta. O recém-nascido é amamentado até os três anos, para ceder então o lugar ao irmão menor. O breve intervalo entre uma gravidez e outra, defeitos físicos ou um parto de gêmeos podem induzir a mãe ao infanticídio, o que é compreensível numa sociedade fechada e de dimensões reduzidas. Este fato provocou recentemente a reação de indignação de algumas feministas norte-americanas que investiram contra o machismo, a violência e a ferocidade da sociedade yanomami. A questão foi até objeto de debates públicos e de discussões catedráticas, a ponto de levar alguém a perguntar-se, em toda esta história, os "bandidos" seriam mesmo os garimpeiros... Uma professora do Menlo College, de Los Angeles, declarou:

"A preservação de uma cultura tão primitiva e brutal só é do interesse dos antropólogos, que dependem da sobrevivência destes grupos para obter os financiamentos para suas pesquisas. Não acredito que as mulheres Yanomami queiram matar seus próprios filhos, ser violentadas e tratadas como objetos. Os Yanomami desejam a tecnologia do homem branco. O que há de errado em dá-la?"

Entre os Yanomami, existem vários rituais que marcam os vários momentos da vida: entre os dois e os quatro anos de idade, eles têm as orelhas furadas; entre os oito e os nove, as meninas são furadas em três pontos sob o lábio inferior e no septo nasal, para permitir-lhes enfiar pequenas hastes ou penas decorativas.

Durante a primeira menstruação, as moças permanecem no interior da maloca, assistidas pela mãe e sujeitas a várias restrições alimentares. No fim do ciclo, a mulher pode consumir o matrimônio, anteriormente combinado. O esposo se compromete em oferecer determinados serviços aos sogros, como o de cultivar suas terras.

Há uma progressão equilibrada na educação dos filhos: até um pouco antes da puberdade, as crianças gozam de uma enorme liberdade, ainda que prevalecendo a tendência de delegar às meninas o cuidado dos menores, o que não compromete sua participação na maior parte das brincadeiras comuns. É muito raro ver uma criança chorando. Mais que seres incompletos, com atividades e espaços limitados pelos adultos, os jovens Yanomami são adultos em miniatura que aprendem precocemente as habilidades de subsistência, como lidar com o fogo sem queimar-se e com facas sem cortar-se. É comum observar mães retornando à aldeia com cestos cheios, acompanhadas de uma ou mais filhas também carregando pequenas cestas cheias: algumas bananas, um pouco de mandioca, alguns pedaços de lenha.

Por sua vez, os pais ajudam os filhos a construir arcos e flechas, a aumentarem a força e a atingirem o alvo com precisão. Em alguns casos, os pequenos caçadores dividem o resultado de uma expedição, não escondendo um certo orgulho... Não ficam muitos segredos para serem aprendidos na idade adulta: mesmo que o processo de integração cultural continue por toda a existência, a maturação completa-se nos primeiros dez anos de vida.

Os alucinógenos são o meio que permite aos Yanomami entrarem em contato com os espíritos eternos da natureza, os *hekurá*, que pertencem principalmente ao reino animal, mas também aos vegetais e aos fenômenos atmosféricos. De acordo com o objetivo, são invocados a onça, o tucano, o papagaio, a anta e outros animais.

Também para combater as doenças e as bruxarias, ou prejudicar os inimigos, é necessário utilizar um alucinógeno chamado *epena*, um pó cinza-esverdeado, inspirado através de um bambu muito fino, de aproximadamente meio metro de comprimento. O *epena* é extraído das sementes de uma planta só nos meses de agosto e setembro. A utilização desta droga exige uma cerimônia, da qual só participam os homens, durante a qual ocorre o encontro com os espíritos.

A morte é um elemento fundamental da cultura e da tradição yanomami. Os índios não podem falar de seus mortos. O corpo do membro da comunidade morto é posto em posição fetal, envolvido em sua própria rede e conservado numa caixa de madeira suspensa entre duas árvores, na floresta. Todos choram. Os parentes mais próximos cortam os cabelos do defunto, enquanto as mulheres pintam-lhe o rosto com uma tinta vegetal preta. Os pertences do defunto são destruídos, assim como os pequenos refúgios que ele utilizava para pernoitar durante as caçadas e suas plantações cultivadas em vida.

Quando o corpo entra em decomposição, os ossos são triturados num pilão de madeira construído especialmente para o ritual. Os restos são em seguida recolhidos numa cesta que é queimada no centro da maloca e as cinzas são guardadas pelos parentes numa moranga. São ainda organizadas algumas cerimônias (*rehao*), durante as quais uma parte das cinzas é sepultada no local onde a família do defunto prepara a fogueira e uma parte é dissolvida no tradicional pirão de banana e consumida por todos os parentes, para absorver os dons e a força do morto e para permitir ao seu espírito continuar vivendo sobre a terra.

A CRIAÇÃO DO MUNDO E DOS "HOMENS DE VERDADE"

O pajé é o intermediário entre os Yanomami e os espíritos e a atividade é privilégio dos homens, salvo raríssimas exceções. Se um homem quiser tornar-se pajé, é preparado por outros iniciados.

O pajé é o pai dos espíritos auxiliares, e quando os grandes pajés morrem, seus espíritos auxiliares — que ficam órfãos — cortam o céu: assim são explicados os temporais que parecem dilacerar a abóbada celeste; anunciam a morte de um grande pajé numa aldeia distante. Os índios organizam então uma sessão especial de feitiçaria para ajudar a "segurar" o céu. Mas o céu já está muito velho e em

péssimas condições, porque já foi "cortado" muitas vezes pelos espíritos "órfãos".

Omã é o demiurgo, o criador do mundo e da humanidade yanomami. A cosmologia yanomami explica que o universo é formado de quatro "níveis": no alto, o "céu jovem", abaixo, o "céu", mais abaixo "este nível" (a terra) e, por último, o "velho nível" (o subsolo). A atual configuração do universo é devida a um cataclismo, que provocou o rebaixamento de um degrau para todos os níveis: o "céu jovem" tornou-se o firmamento atual, e o "céu antigo" tornou-se a terra em que vivemos.

No início dos tempos, os espíritos viviam no céu. Mas, certo dia, este caiu sobre a terra porque havia morrido um grande pajé e seus espíritos, muito aborrecidos, cortaram o céu com suas armas sobrenaturais. O céu rompeu-se e caiu: montanhas, florestas, animais e tudo o que existe na natureza foi rebaixado porque cada "nível" do universo havia descido um "degrau". O céu tornou-se estéril como uma mulher velha. A terra em que hoje vivemos era o "fundo" do primeiro céu, por sua vez substituído por outro céu. A parte superior da terra (a nascente dos rios) está na direção do pôr-do-sol, a parte inferior, na do amanhecer e, no meio, encontra-se o território dos índios.

Devido à queda do céu, os antepassados dos Yanomami caíram no subsolo e tornaram-se seres sobrenaturais, canibais de dentes compridos. Só alguns homens salvaram-se, refugiando-se sob um cacauero no sul da Serra Parima, que conseguiu segurar o céu que estava caindo. Mas um papagaio que estava no cacauero perfurou o céu, abrindo com seu bico um furo através do qual passaram os sobreviventes e, com o tempo, espalharam-se na floresta e reconstruíram um ambiente confortável.

Outro mito dos Yanomami conta a origem de seu povo. Há muito tempo (o conceito matemático e cronológico não é totalmente "científico"; sua regra de cálculo é: um, dois, muitos...) não existiam mulheres, mas só dois homens: Omã e Yoasi. Um dia, Omã disse: "Estou com vontade de fazer amor". Introduziu seu pênis entre os dedos de um dos pés de Yoasi. A barriga da perna de Yoasi ficou "grávida". Nasceu uma criança. Era mulher. Yoasi criou-a com afeição e ela cresceu rapidamente, como acontecia com tudo naquela época.

Quando ela ficou adolescente, acasalou-se com Yoasi e ficou grávida. Gerou uma filha, que, quando adulta, casou com Omã. E, assim, os yanomami começaram a proliferar...

"URIHI", A TERRA DO NOSSO POVO

A utilização dos recursos naturais é, para os Yanomami, resultado de uma longa e aperfeiçoada tradição, que atingiu um ponto de equilíbrio que permite a este povo crescer numa região pouco fértil, sem destruir o meio ambiente.

Auxiliados por seus conhecimentos, os índios desenvolveram um sistema social, político e econômico que privilegia a dispersão territorial, porque uma alta densidade demográfica levaria ao rápido esgotamento dos recursos disponíveis. O território yanomami é "grande" e tem boas razões para sê-lo.

Uma parte de sua sabedoria é devida à prática comum de dois tipos de nomadismo. Um, que poderia ser definido como microemigração, é ditado pela necessidade de cultivar novas terras a cada dois ou três anos, o que explica o deslocamento de aldeias no raio de aproximadamente três quilômetros a cada cinco ou dez anos. O segundo tipo de nomadismo ocorre em períodos mais longos, cobrindo distâncias que vão de dez a trinta quilômetros; é provocada pelo esgotamento dos recursos ambientais numa certa área, mas também pelas mortes, epidemias ou conflitos entre as comunidades, fatores que definem novas divisões geográficas.

Uma das características mais relevantes da organização social dos yanomami é o sistema de fragmentação das aldeias, que gera novos grupos locais no espaço de duas ou três gerações. As rivalidades políticas que surgem no interior da comunidade são mecanismos eficientes para afastar grupos dissidentes, que saem à procura de seu próprio espaço de subsistência. Os vínculos de sangue e de afinidade estabelecidos por matrimônios e pelo comércio permitem a manutenção das ligações entre os grupos. Estas comunidades, de origem comum, distanciam-se, com o tempo, física e socialmente. É um processo que evita a concentração de indivíduos e, ao mesmo tempo, permite a conservação de uma rede de relações por todo o território.

A necessidade de preservar a unidade do território tradicional yanomami é indiscutível. Não só para manter o equilíbrio econômico, social e político, que demonstrou eficiência "ecológica" por milênios, mas também para garantir às gerações futuras um espaço suficiente que permita a continuidade desta cultura. Isso tudo demonstra que os Yanomami, não só são capazes de extrair do ambiente os meios adequados e permanentes para sua sobrevivência, mas também que são os melhores guardiães da natureza.

Os Yanomami vivem na região do Maciço da Guiana desde o século XVIII, quando sua presença foi testemunhada pelos relatórios dos primeiros exploradores. Mas se considerarmos as técnicas lingüísticas que estabelecem a profundidade temporal de um povo, medindo as diferenças entre línguas afins (glossologia), obtêm-se resultados surpreendentes. Para atingir a divisão e o nível de diferenciação atual, as quatro línguas yanomami conhecidas passaram através de um processo que durou, pelo menos, setecentos anos. Segundo o geógrafo norte-americano Smole, o fato de os habitantes da região em que estão presentes as quatro línguas viverem relativamente perto indica que o território original devia ser muito superior ao atual. O estudo lingüístico é um dos poucos indícios da história remota dos Yanomami, porque tudo o que supera a memória histórica da comunidade (para eles aproximadamente três gerações) torna-se mitologia.

De um lado, as condições climáticas da Amazônia são pouco adequadas para a conservação de peças arqueológicas: o clima quente e úmido destrói em pouco tempo a maior parte dos manufaturados e materiais de origem orgânica, como habitações, decorações etc. Do outro, a tradição yanomami caracteriza-se pela cremação dos mortos e ingestão das cinzas dos ossos carbonizados, hábitos que determinam o desaparecimento de qualquer vestígio dos corpos, da cultura e do artesanato dos defuntos.

O desmembramento do território em 19 áreas, pequenas e descontínuas, opõe-se a todos os estudos efetuados que revelam, ao invés, a necessidade de uma região contínua e de dimensão suficiente para garantir a continuidade do equilíbrio ambiental e das formas de vida que nele prosperam. A tese segundo a qual os "corredores" existentes entre as 19 ilhas poderiam servir como "amortecedores" é desmentida pela invasão de dezenas de milhares de garimpeiros, tanto nos corredores como nas áreas. Além disso, os corredores interrompem a cadeia de atalhos e rios usados pela comunidade como meios de comunicação. Para deslocar-se de uma região à outra, os índios ficariam expostos ao contato com áreas que se tornaram para eles estranhas e hostis.

Numerosos exemplos de outras zonas indígenas brasileiras, ocupadas desordenadamente, demonstram que os corredores, aparentemente inofensivos, acabam por produzir a devastação da mata, causada pela invasão selvagem de grandes contingentes de população. Os primeiros cinquenta quilômetros da Perimetral Norte são o exemplo da destruição que acompanha a abertura de qualquer tipo de

"fronteira" naquelas regiões. Onde existia uma mata cheia de vida, aparece agora um deserto de terra plana, pobre, inútil.

A avalanche de garimpeiros que entrou nas terras yanomami provocou conseqüências devastadoras: conflitos armados, doenças contagiosas, desaparecimento da caça e da pesca, desequilíbrio total do sistema de comunicação entre as comunidades, que foi cortado, deturpado, eliminado. Os Yanomami da região de Paapiú, o centro nervoso das operações de extração do ouro até os primeiros meses de 1990, eram tradicionalmente um dos grupos mais numerosos e culturalmente intactos. Hoje são prisioneiros em suas próprias terras, vivem cercados pelo garimpo, são transformados em reféns culturais pelos invasores. E muitos deles já foram mortos.

Também as comunidades que não sofrem diretamente a presença física dos garimpeiros e das máquinas acabam sofrendo igualmente os efeitos do trauma social, econômico e ecológico da "corrida ao ouro". Epidemias que nascem numa zona circunscrita difundem-se rapidamente por dezenas de aldeias. Tuberculose, malária, oncocercose (menos dramática, mas inexorável) são enfermidades que matam, algumas de forma fulminante, outras aos poucos, corroendo o equilíbrio demográfico de comunidades inteiras, alterando a produção de bens materiais e sociais e também a própria reprodução física.

Mas os próprios garimpeiros também não estão imunes: por seu nomadismo contínuo são os canais privilegiados desses desastres sanitários, que estão se difundindo não somente na Amazônia, mas também pelo Brasil inteiro (foram constatados casos de malária *falciparum* no sul do país e de oncocercose em Goiás). A poluição de um rio atinge também as populações a jusante, independente do contato direto com os garimpeiros, e a contaminação das nascentes compromete a vida de inúmeros rios.

A tragédia yanomami aumenta a cada nova pista de pouso aberta, a cada área de floresta destruída, a cada acampamento de garimpeiros construído.

A atividade de extração de ouro não tem, necessariamente, um caráter predatório sempre e de toda forma nocivo às comunidades indígenas. Até 1987, alguns Yanomami extraíam um pouco de ouro em escala doméstica, sem que por isso suas tradições sofressem alterações bruscas. No início dos anos 70, na região de Ericó, no extremo noroeste de Roraima, os Yanomami viram a primeira leva de garimpeiros passar por seu território. Eram poucos homens que marchavam em direção ao norte. Entraram na Venezuela, de onde foram expulsos. Alguns continuaram na área, aprenderam a língua indíge-

na e ensinaram os Yanomami a extrair o ouro usando uma tecnologia simples (um deles casou-se com uma mulher Yanomami, estabelecendo-se na vila de Surubaí). Após alguns anos, a maioria dos índios falava um português rudimentar, possuía um pequeno garimpo, que explorava de forma bem similar àquela com que cultivava a terra. Os Yanomami dirigiam-se ao garimpo quando tinham necessidade de ouro para adquirir na cidade roupas, sal, munição, radinhos. Com estes bens, já integrados em seu universo, os habitantes de Ericó não deixavam de ser Yanomami. Mantinham seus hábitos, mitos, língua. Sua tradição, ainda que parcialmente transformada, estava muito viva. Para eles, o garimpo era uma opção a mais nas atividades domésticas.

Para poder garantir aos Yanomami a continuidade do sistema de vida tradicional, é necessário salvaguardar seu território e o uso exclusivo das riquezas naturais, como sanciona a constituição. Caso a invasão persistir, a nossa época será testemunha do triste espetáculo do desaparecimento de um povo milenar e carregará o peso da responsabilidade pela destruição de uma civilização e de uma ecologia tão ricas quanto vulneráveis.

"DEMO-LHES TEMPO"

Sidney Possuelo, um brasileiro de quarenta e nove anos, perito em problemas indígenas, funcionário da FUNAI, acumulou quase trinta anos de convivência com os índios mais isolados e 34 malárias... Foi tema de noticiários em janeiro de 1990, ao demitir-se, provocando grandes polêmicas, da coordenação das operações do plano de expulsão dos garimpeiros das áreas yanomami, montado pelo governo Sarney.

Mercado era o chefe
"Sou pago para defender os índios", declarou naquela ocasião. Sua visão da questão indígena não está desvinculada dos problemas de uma grande parcela da população brasileira: as desigualdades sociais que levam multidões de desesperados às regiões de garimpo e aos riscos de uma ocupação caótica das terras.

Possuelo não nega que o contato dos índios com a sociedade circunvizinha seja inevitável, mas pede tempo. Os Yanomami devem percorrer a distância de 10 mil anos que os separa do homem moderno sofrendo os mínimos traumas possíveis. Numa entrevista ao "Jornal do Brasil" de 28 de janeiro de 1990, Sidney Possuelo indicou alguns caminhos: "O contato dos índios com nossa civilização foi

terrível: a sociedade 'civilizada' não perdoa os que diferem no plano tecnológico. Invadimos as terras indígenas sem autorização alguma, impusemos necessidades que não estão — nem nós estamos — em condições de satisfazer, revolvemos sua riquíssima cultura e organização social. Um índio, em nossas cidades, não saberia distinguir um automóvel de outro, mas na floresta ele aprende desde criança a identificar pelo menos cinquenta tipos de formigas ou de plantas, ou o comportamento de qualquer animal. Esta 'é' cultura, tão nobre quanto a nossa. Mas, na verdade, nós quase sempre condenamos os índios à morte.

(...) Sem dúvida, mais cedo ou mais tarde, as terras yanomami serão exploradas, mas é necessário que se encontrem soluções que protejam os índios e o ambiente e que permitam, simultaneamente, a extração racional das riquezas do subsolo.

O momento de explorar as áreas yanomami não é este. O ouro, a cassiterita, os diamantes não estão trazendo benefício algum para o povo brasileiro, porque são controlados e contrabandeados por uma dúzia de pessoas.

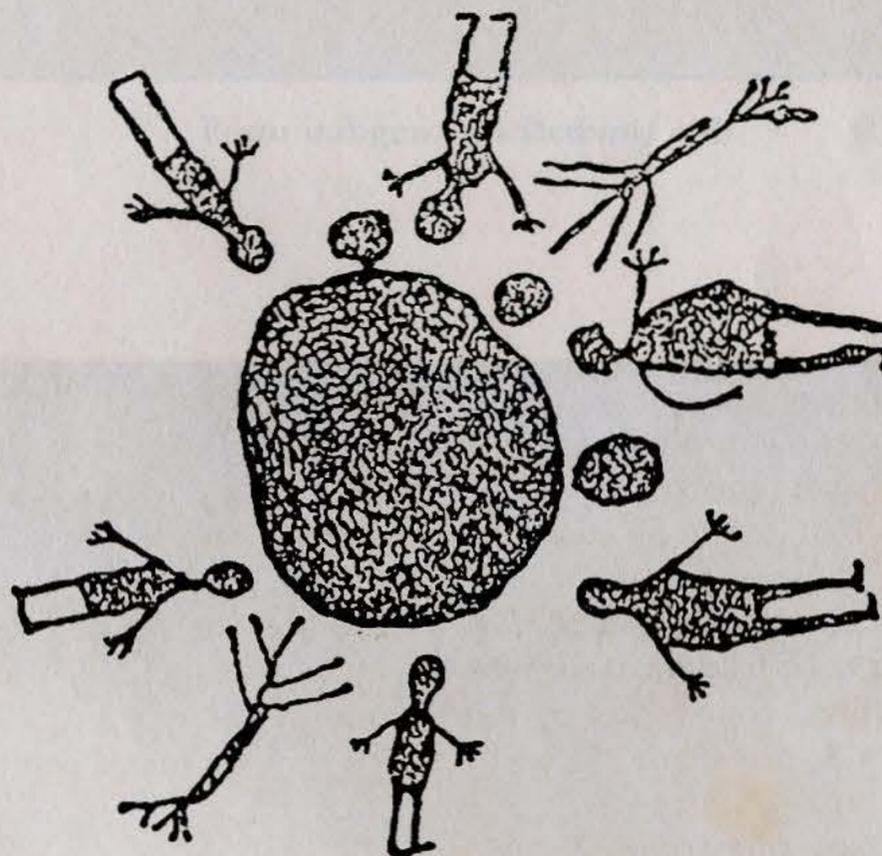
Os Yanomami estão vivendo numa situação muito difícil. Suas feridas têm de cicatrizar; eles precisam reconstruir sua vida. Se amanhã o Brasil quiser explorar economicamente essas riquezas, isso deverá ser discutido com a sociedade, com o Congresso Nacional, assegurando aos índios todos os benefícios a que têm direito.

O índio, no estado em que se encontram os Yanomami, tem necessidade de algo que não lhe estamos concedendo: tempo. Culturas milenares não podem ser revolvidas em dois, três anos. Os índios têm sua própria forma de viver, sentir, valorizar o tempo e o espaço, que é muito diferente da nossa. Para defender e preservar uma etnia, um povo, deve-se defender seu espaço vital, seu universo. Não é somente a aldeia, mas também as áreas onde existem determinados tipos de ervas e plantas, os cemitérios, os locais sagrados, onde ocorreu a história, com todos os mitos e os heróis que originaram o mundo e a humanidade. Se respeitamos os Yanomami como povo, temos de proteger suas vidas, a natureza, a flora, a fauna. Temos de ajudá-los para que adquiram as condições para poderem decidir livremente o destino de suas riquezas. O índio deve saber interpretar o mundo que hoje o circunda, os interesses que estão em jogo entre as partes e a relação que deseja manter com a nossa sociedade. Para que diga o que quer e de que forma.

Nós evoluímos para este estágio cultural — no bem e no mal — através de um processo de aprendizagem de milhares e milhares de

anos. De um lado, existe um indivíduo de estrutura mental, social e econômica do período neolítico e, do outro, um homem da era do computador e das conquistas espaciais. Estes dois pólos encontraram-se num dado momento da história. Entrar numa sociedade neolítica e pretender reduzir uma distância histórica de dez, doze mil anos em dois ou três é, simplesmente, destruir esta sociedade.

Um processo de aprendizagem cultural requer muito tempo. Se o objetivo é o de garantir a evolução dos Yanomami, devemos, antes de mais nada, preservar fisicamente este povo. Os sucessivos processos de adaptação ocorrerão ao longo de decênios, não em poucos meses. Para o índio, o tempo é algo a ser dominado, não a ser servido. É uma dimensão que deve ser vivida 24 horas ao dia. Para nós, o tempo é dinheiro. Esta é a grande diferença..."





Posto indígena do Demini, AM.



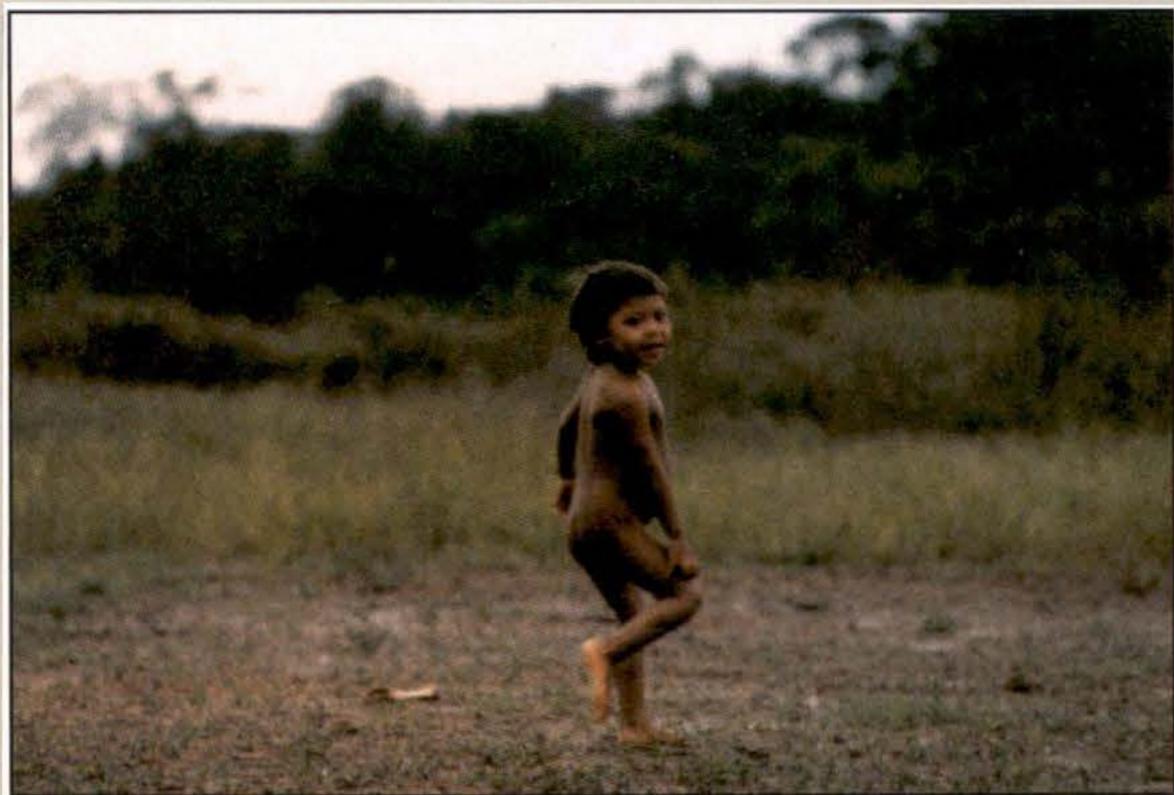
Posto indígena do Demini, AM.



Shabono do Catrimani.



Manifestação em favor dos Yanomami, Boa Vista, RR.



Posto indígena do Demini, AM.



Casa do Índio da FUNAI, Boa Vista, RR.



Augustinho, *tuxaua* (cacique).
Manifestação em favor dos Yanomami, Boa Vista, RR.



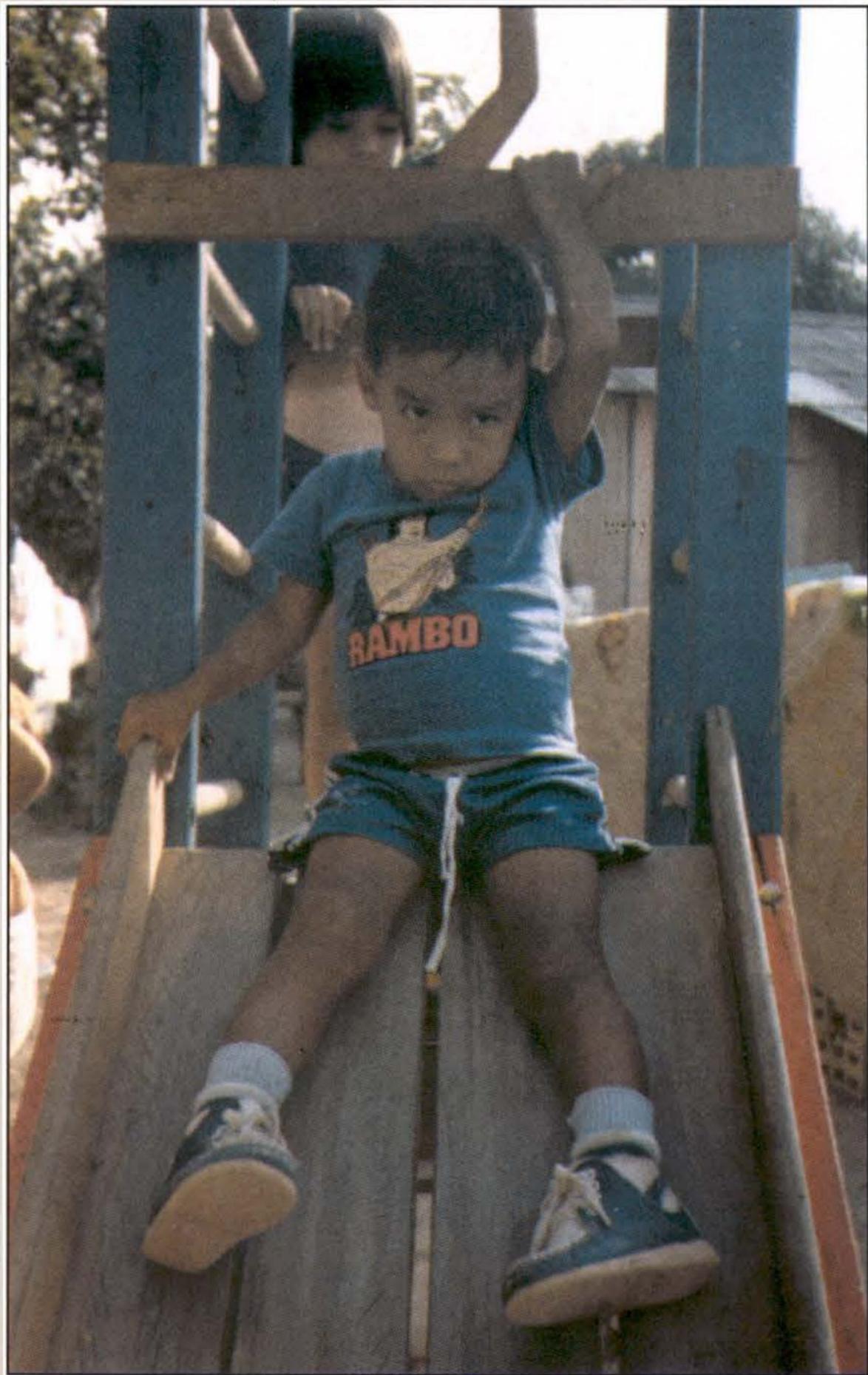
Davi Kopenawa e Orlandinho Baré, numa manifestação em favor dos Yanomami em Boa Vista, RR.



Shabono de Catrimani.



Shabono de Catrimani.



Índio desaldeado Boa Vista, RR.

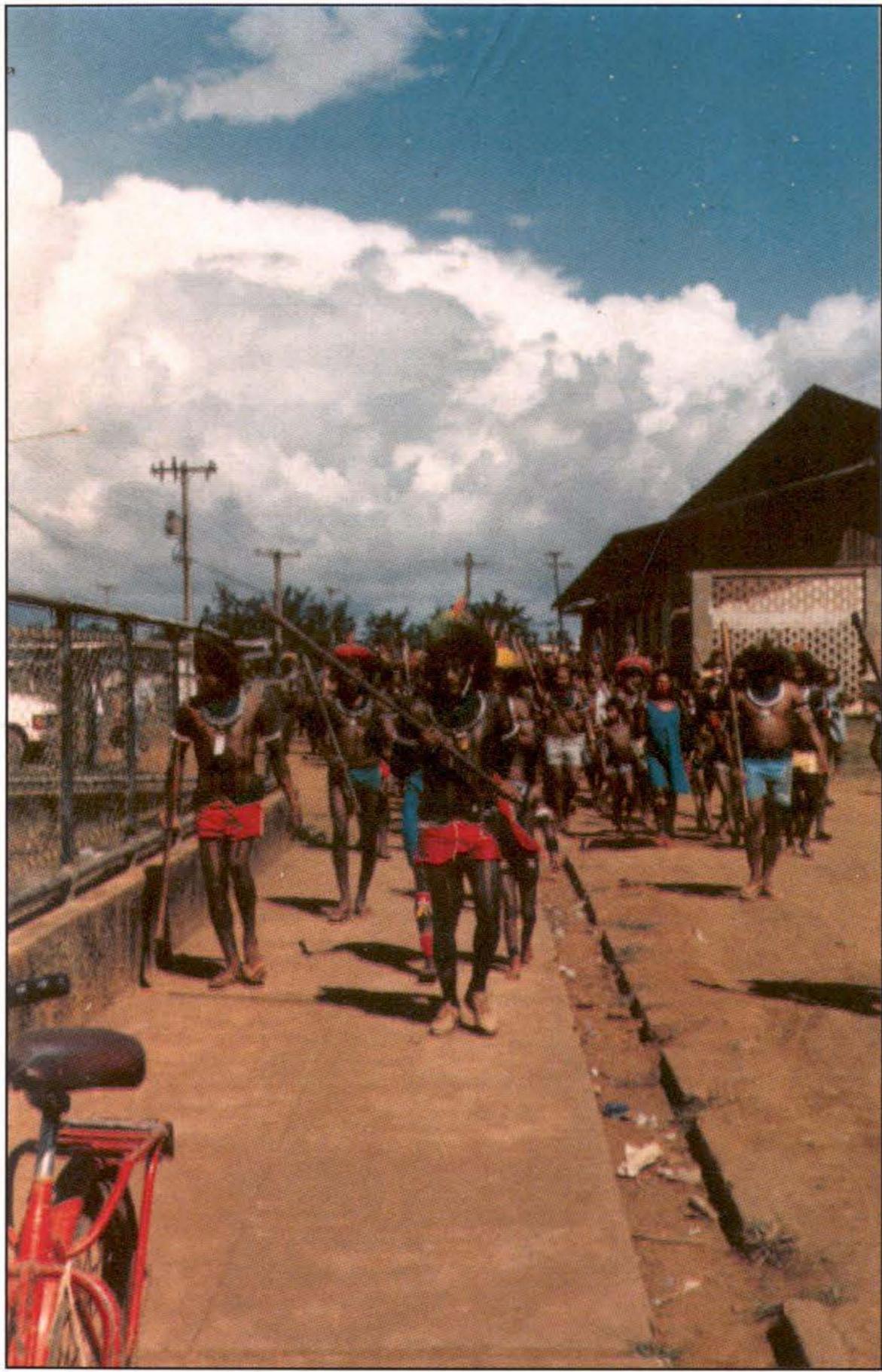


Posto Indígena do Demini, AM.

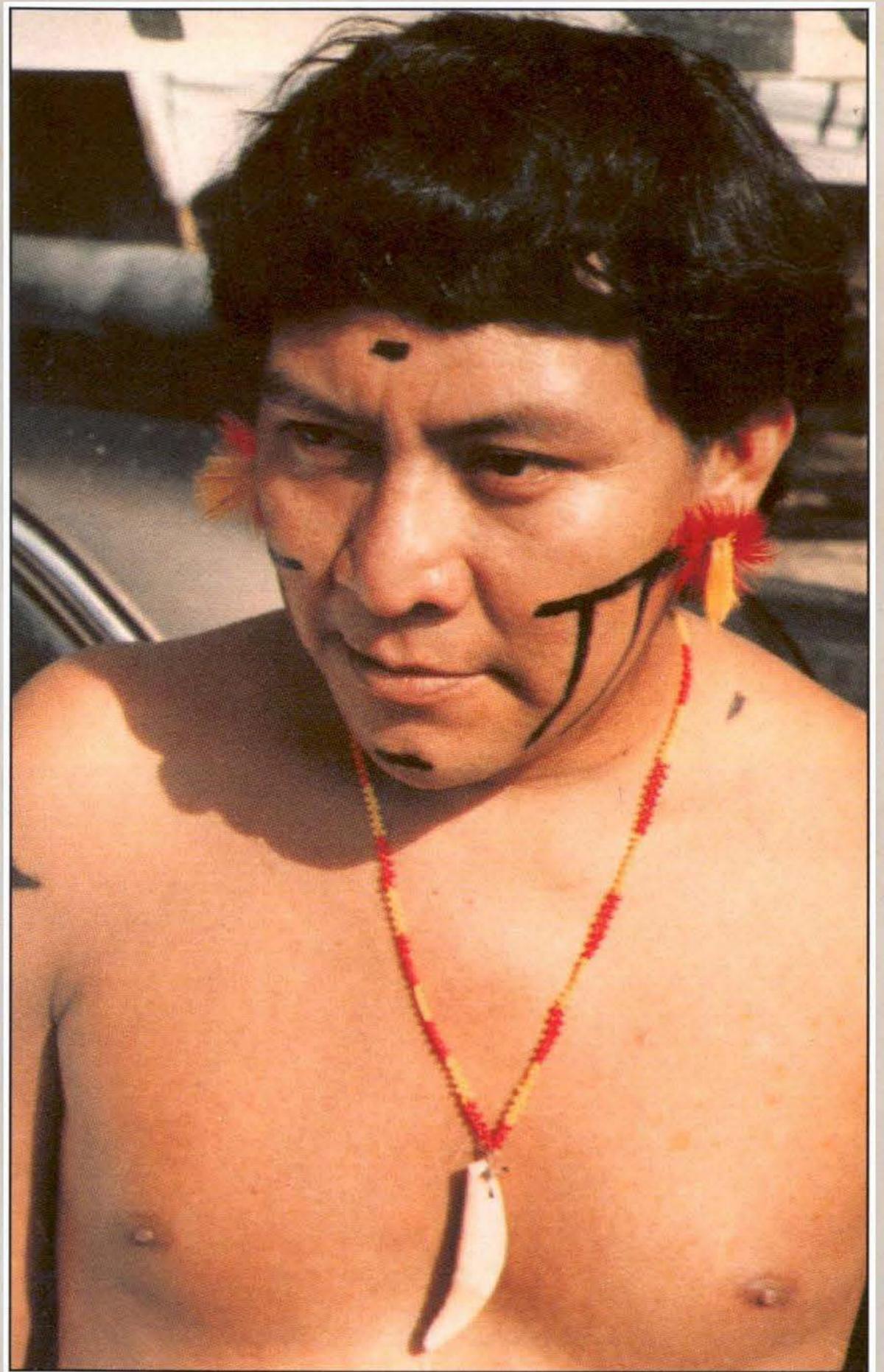


Carera, *tuxaua* da região do Catrimani.

PK. 7



Encontro de Altamira, PA,
21-24 de fevereiro de 1989.



Davi Kopenawa (Yanomami).

pr. 9



Yanomami pedem esmola na pista de Paapiú.



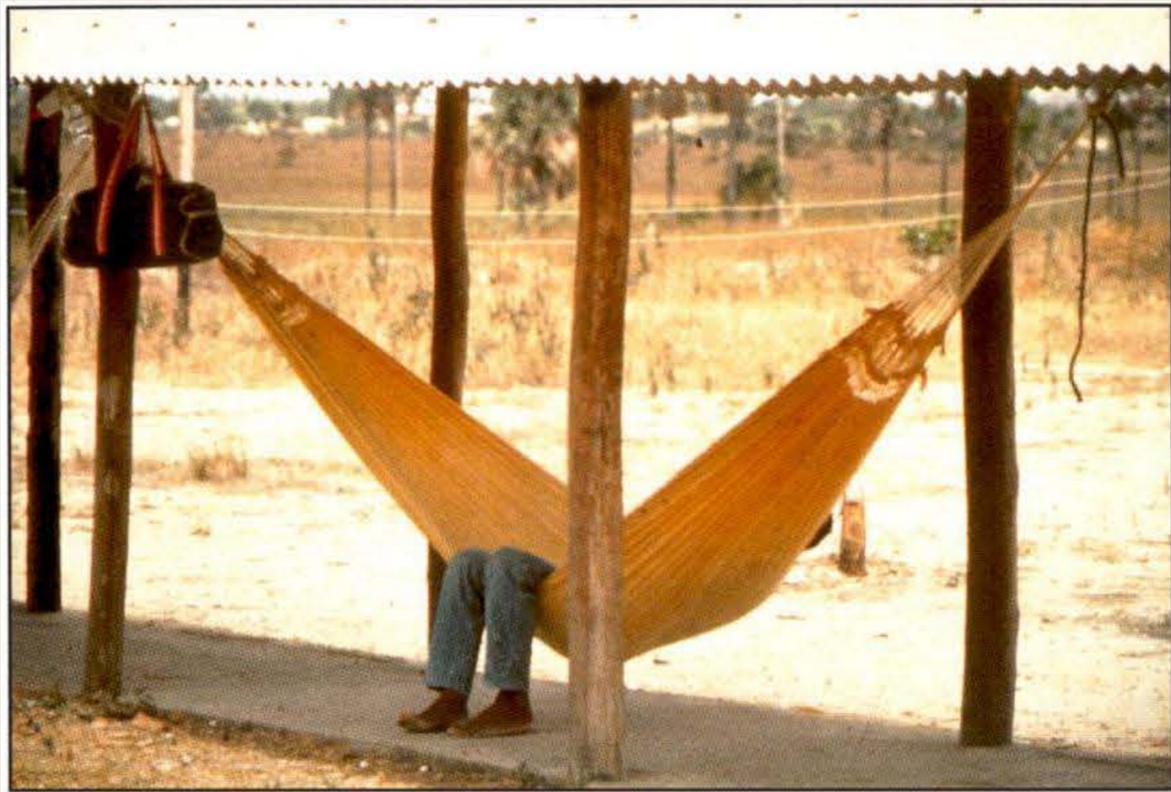
Casa do Índio, Boa Vista, RR.
Yanomami com malária.



Shabono do Catrimani.
Rehao entre "parentes" de sangue.



Pajé Yanomami da região do rio Catrimani.



Casa do Índio de Boa Vista, RR.



Garimpeiro em Serra Pelada.



Garimpo de Serra Pelada, PA.



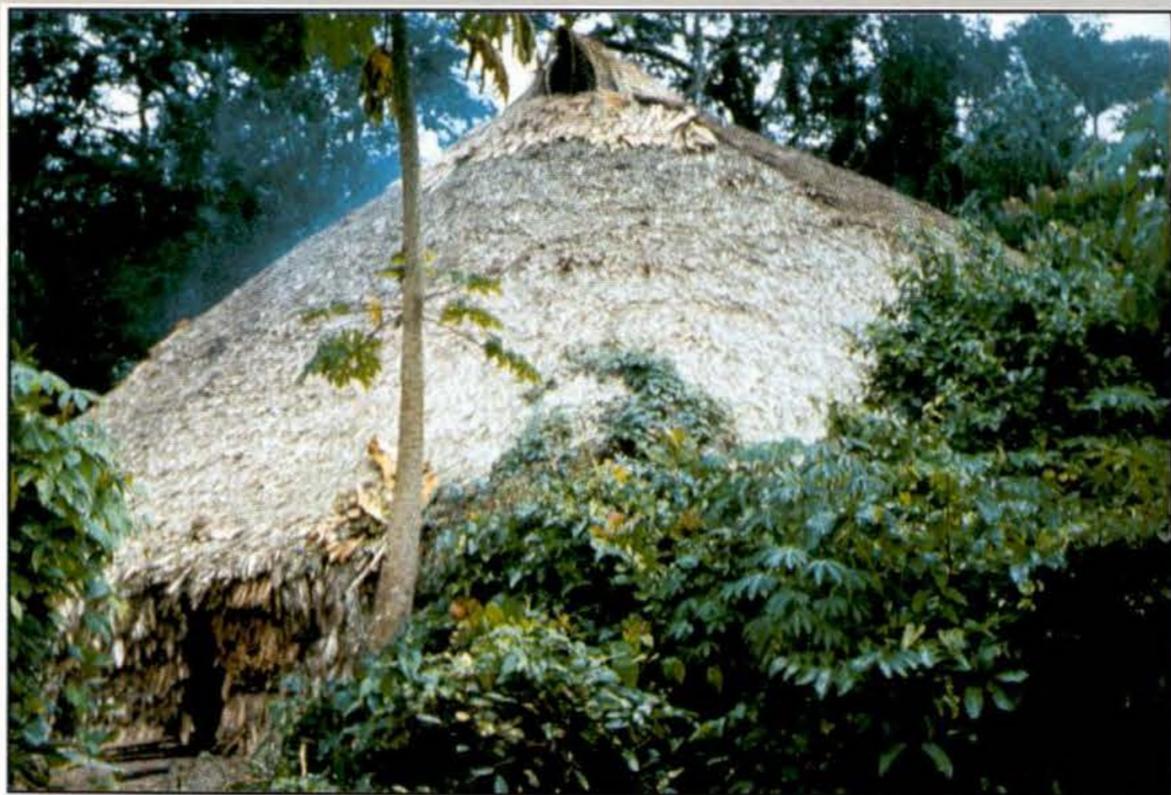
Garimpo de Paapiú.



Balsa de garimpo.



Processo de extração do ouro em Paapiú.



Shabono de Hawarihipitheri.



Pista de pouso em Paapiú.

pp. 15



Serra Pelada.

“CHECK-UP” NA FLORESTA

Suponhamos que cento e cinquenta milhões de brasileiros sejam atacados por uma enfermidade transmitida por estrangeiros (ou, talvez, fosse melhor dizer por... extraterrenos), provocada por um vírus desconhecido. Nas devidas proporções, é o que está ocorrendo com os índios Yanomami.

Sua ingênua compreensão da gravidade da situação os leva, em alguns casos, a pensar que as doenças sejam provocadas por outros Yanomami que moram em regiões “inimigas” e que teriam poluído os rios e difundido as doenças através de algum sortilégio...

As notas seguintes são extraídas dos relatórios conclusivos elaborados pelos médicos que participaram nos primeiros meses de 1900 do “Plano de Socorro de Emergência Yanomami”. O plano não modificou a grave situação dos índios, mas serviu, pelo menos, para diagnosticá-la. Após a divulgação dos resultados, a indignação da opinião pública foi generalizada. Desencadeou-se também uma polêmica sobre o número real de óbitos: enquanto para o ministério da saúde os mortos oficiais registrados pelo Plano foram 243, outros membros da equipe médica denunciaram 1.500 — 2.000 mortos, pela projeção baseada nos óbitos constatados nas poucas áreas visitadas. De toda forma, considerando que foram contactados 1.682 Yanomami, também os dados oficiais — 243 mortos — confirmam a altíssima porcentagem de decessos: 16,2% da população yanomami!

RECONSTRUÇÃO DO QUADRO SANITÁRIO

Até agosto de 1987, a população yanomami caracterizava-se — do ponto de vista sanitário — pela verificação de focos de infecção esporádicos, localizados especialmente nas zonas de contato mais freqüente com doenças viróticas introduzidas por portadores provenientes das cidades.

Nas vilas periféricas, em maior contato com a sociedade, podiam ser constatadas doenças estranhas à tipologia yanomami e de caráter

endêmico, como a tuberculose e a malária. As comunidades instaladas mais no interior da mata estavam praticamente afastadas destes riscos. A única exceção era a zona azul do território yanomami, envolvida nos trabalhos de construção da Perimetral Norte: lá haviam ocorrido vários casos de epidemias viróticas com alto índice de mortalidade (aproximadamente 1.000 indivíduos) e conseqüente desaparecimento de várias comunidades.

No segundo semestre de 1987, devido à invasão maciça e generalizada de garimpeiros, o quadro mudou por completo. No passado, as atividades de assistência sanitária eram exercidas especialmente por algumas missões católicas e protestantes e pelas bases indígenas da FUNAI, que se limitavam às vilas mais próximas, porém, de forma irregular. No início dos anos '80, foi realizado o primeiro censo sanitário das áreas yanomami e iniciaram-se as vacinações periódicas das comunidades, operação bruscamente interrompida em 1987, com a expulsão de médicos, pesquisadores e missionários das áreas indígenas. Alguns programas parciais de assistência sanitária, realizados nos anos seguintes pela FUNAI, não deram resultado algum. Em dezembro de 1989, em obediência a um decreto presidencial, o ministério da saúde e a FUNAI organizaram o Plano de Socorro de Emergência Yanomami (PEAS), que contou com a colaboração de algumas organizações não-governamentais.

O agravamento das condições de saúde dos Yanomami, comprovado pelo aumento do número de índios gravemente doentes internados nas precárias instalações da Casa do Índio de Boa Vista, revelou uma situação caótica em todas as áreas. Na região de Paapiú, por exemplo, a transferência dos índios foi efetuada, paradoxalmente, pelos próprios garimpeiros, que carregavam de pacientes os táxis aéreos de volta à cidade após ter descarregado no garimpo homens, máquinas e combustíveis. Sobre uma população de 204 Yanomami da área de Paapiú, divididos em quatro aldeias, só cinco índios não foram levados para Boa Vista. No último trimestre de 1989, estavam internados na Casa do Índio mais de 260 Yanomami, doze dos quais morreram só no mês de outubro.

Os primeiros dados oficiais sobre as proporções da tragédia foram extraídos das estatísticas registradas na Casa do Índio e de uma primeira inspeção, efetuada em novembro de 1989, das áreas que estavam há mais de dois anos sem assistência sanitária, devido a proibições do governo. Isto provocou uma intensa mobilização da opinião pública nacional e internacional, que divulgou as dimensões do genocídio que estava ocorrendo.

O Plano de Emergência (PEAS) iniciou-se em 2 de janeiro de 1990 e durou 45 dias, tendo sido desperdiçada grande parte desse tempo. Os objetivos principais da operação eram o tratamento dos casos mais graves e um recenseamento das condições de saúde dos Yanomami. O êxito da intervenção foi visivelmente limitado por vários erros cometidos na fase preparatória, como a falta de unificação de critérios para diagnósticos e das terapias a serem adotadas. As dificuldades operativas, logísticas e climáticas e a exigüidade do tempo à disposição encarregaram-se do resto, impedindo que os resultados esperados fossem atingidos. De toda forma, as ações levadas a termo permitiram salvar várias vidas humanas e obter, finalmente, uma visão global dos principais problemas sanitários e o índice de mortalidade de algumas áreas.

A SITUAÇÃO ATUAL

1) *Malária*. Foi a principal epidemia verificada, visto que atingiu 20% da população examinada, com uma distribuição heterogênea de casos. Em algumas comunidades da região de Paapiú, mais de 90% dos Yanomami estão acometidos de malária, sendo predominante a forma mais grave provocada pelo *Plasmodium falciparum* (84% dos casos) e com importantes complicações freqüentemente associadas a graves formas de carência alimentar. Esta região, que no passado registrara apenas alguns casos, todos introduzidos de fora, pode ser hoje considerada a de mais intensa transmissão de malária. Quase todos os membros da equipe de assistência sanitária foram infectados por essa doença em Paapiú...

As quatro comunidades indígenas próximas à pista de pouso ocupada pelos garimpeiros apresentavam uma preponderância média de 83%, enquanto na aldeia mais isolada, que mantinha pouco contato com as outras quatro e com os invasores, a porcentagem caía para 3%. Por outro lado, também nas comunidades mais periféricas assinalaram-se índices de malária elevados (40%) devidos às freqüentes visitas intercomunitárias típicas da tradição yanomami. O fato demonstra a dinâmica de difusão das doenças entre os índios e as dificuldades de traçar uma estratégia eficaz de contenção.

Na região de Surucucus, até 1988 praticamente imune, verificaram-se índices maláricos de 78%. Outras áreas também foram infectadas, porque os insetos que veiculam o contágio encontram condi-

ções ambientais ideais para a reprodução nas poças d'água estagnadas que se formam nas zonas de garimpo.

Em algumas aldeias, pela brevidade das visitas sanitárias, as infecções de *Plasmodium vivax* (a forma de malária mais amena) só foram tratadas clinicamente, pela persistência de formas sanguíneas de transmissão, cuja eliminação exigiria duas semanas de cuidados constantes e regulares.

2) *Desnutrição*. Observaram-se vários casos de desnutrição clínica em todas as faixas etárias. Em Surucucus, a carência alimentar grave foi a causadora de 13% das internações. Pela brevidade do período de observação, não foi possível elaborar um quadro geral dos casos de desnutrição, que certamente são mais numerosos. Os principais motivos constatados foram a degradação ambiental, a introdução de alimentos produzidos e embalados industrialmente, a alteração do sistema tradicional de alimentação, a interrupção das atividades produtivas de cultivo e colheita, devida às epidemias.

3) *Viroses agudas*. Incluem as infecções respiratórias e as gastroenterites e estão entre as principais causas de mortalidade entre os Yanomami. As formas respiratórias manifestam-se em zonas localizadas (até 70% em algumas aldeias) provocadas por agentes externos e proliferam pela baixa imunidade natural dos índios. Agravam-se as infecções gastrointestinais, também epidêmicas, devidas às modificações de vida causadas pelo contato com ambientes externos, a mudança na alimentação, a poluição e a degradação das nascentes hídricas e da floresta.

4) *Outras infecções*. Algumas doenças da pele também ingressaram no quadro patológico da população yanomami, por causa da introdução de roupas, estranhas à sua cultura. O índice de tuberculose e outras doenças infecciosas não foi devidamente apurado, mas os dados fazem supor um aumento vertiginoso destas epidemias.

Constatou-se acentuada piora das afecções dentárias, comprovada por altos índices de cáries, nunca assinaladas no passado, consequência da introdução de açúcares, gorduras e conservas na alimentação. Em algumas regiões, difundiu-se entre os adolescentes e os homens o uso de bebidas alcoólicas.

É necessário ressaltar as conseqüências que epidemias extensas e repetidas trazem às comunidades tribais como as dos Yanomami. O adoecimento coletivo, em populações particularmente vulneráveis — pelo pequeno contato com agentes infecciosos, pelos baixos níveis de imunidade e pelo difícil acesso aos serviços de assistência e alimentação — compromete drasticamente as atividades de subsistên-

cia e de organização social, multiplicando o potencial de risco. Em alguns casos, instaura-se um processo de regressão passiva, e os índios perdem toda a vontade de viver, de resistir, transtornados pelo impacto com uma sociedade desconhecida e hostil. A tradicional medicina indígena é impotente diante das enfermidades dos brancos e não são poucos os casos de Yanomami que interpretam a invasão como um castigo divino, do qual não há como se defender...

DEMOGRAFIA E MORTALIDADE

O censo parcial efetuado denuncia uma verdadeira explosão dos índices de mortalidade entre os Yanomami. Nas duas aldeias da *Serra de Surucucus*, houve uma porcentagem de óbitos de 68% e 53% dos habitantes respectivamente, só em 1989. É muito preocupante a ínfima presença, em todas as áreas, de crianças; algumas comunidades não têm no momento nenhum indivíduo com menos de 1 ano. Isto evidencia um alto índice de mortalidade infantil e/ou um declínio da fertilidade que, se não for enfrentado com urgência, põe em risco a própria existência das aldeias. Na região de Paapiú, um terço dos habitantes lamentou a morte recente de, no mínimo um e, em alguns casos, até cinco parentes diretos (pais, filhos, irmãos).

MEDIDAS URGENTES

Diante desse quadro dramático, é imperativo intervir com ações eficazes e imediatas:

- Participação de instituições, governamentais ou não, na elaboração e execução de um programa permanente de socorro;
- apoio incondicional aos grupos voluntários de emergência, pelo menos até a aprovação do programa definitivo;
- demarcação integral e contínua do território "tradicional" yanomami;
- expulsão imediata, completa e definitiva dos garimpeiros, porque representam o principal fator de risco para a sobrevivência dos Yanomami;
- condenar, do ponto de vista jurídico e sanitário, a criação de reservas garimpeiras nas terras indígenas;
- extensão do programa sanitário permanente a todas as comunidades yanomami, incluindo as do estado do Amazonas;

- ampliar o censo sanitário e demográfico iniciado recentemente para atingir as comunidades ainda não visitadas, definindo exatamente os índices de mortalidade e estabelecendo as prioridades de intervenção;
- prever, como parte integrante do programa, ações de recuperação ambiental e a criação de mecanismos de controle das condições do “habitat” natural, para manter as condições ecológicas compatíveis com os requisitos sanitários e econômicos fundamentais para a sobrevivência física e cultural dos Yanomami;
- qualquer atraso ou boicote das autoridades do governo na definição de medidas imediatas, enérgicas e eficazes para recuperar a qualidade de vida do povo yanomami deve ser julgado como grave e inadmissível omissão de socorro.

AS ÚLTIMAS TESTEMUNHAS

Concluído no fim de fevereiro de 1990 — na surdina —, o plano de emergência teve alterações circunstanciais. A doação de fundos suplementares de parte do governo e a disponibilidade pessoal de alguns médicos e enfermeiros permitiram dar continuidade parcial à assistência e ao socorro dos casos mais graves.

Tendo se iniciado no mês de maio, o plano foi praticamente suspenso, também devido à estação das chuvas. O que segue é uma síntese do relatório redigido pelo último grupo que retornou, no fim de abril, da região de Surucucus, uma das mais atingidas pelas epidemias.

“Partimos em direção a Surucucus em 6 de abril. O avião da FUNAI estava danificado, como sempre, e por isso viajamos num dos táxis aéreos do empresário do garimpo José Altino Machado, que nos acompanhou até o aeroporto, muito gentil... O vôo foi terrível, porque o avião não estava em boas condições e não oferecia segurança, nem assentos. Tivemos de sentar-nos no chão, emprensados como sardinhas. O Dr. Edson, da FUNAI, prometeu-nos visitar a área nos dias seguintes. De fato, ele chegou com alguns jornalistas, nem nos dirigiu a palavra, permanecendo no local por não mais de dez minutos.

Em 8 de abril, outro avião de Altino Machado pousou em Surucucus para levar de volta à cidade o grupo de médicos que trabalhava na base de Jeremias e que esperava há três dias a ‘carona’.

A atitude da FUNAI é desorientadora e nos causou muitas dúvidas: se sua função é a de defender os índios, por que solicita a um dos maiores empresários do garimpo para transportar suas equipes médicas? Quais são os interesses por detrás de tão estranhos comportamentos? Deve estar correndo muito ouro...

Na noite de 8 de abril, tivemos uma reunião para traçar um plano de trabalho e definir as funções de cada um. Surgem divergências, porque alguns de nós não respeitam os acordos feitos na cidade, e os técnicos da FUNAI ofendem-se por não terem sido consultados. O trabalho é intenso. Muitas internações nos postos de emergência e muitas visitas nas áreas.

Em desacordo com o programa, o helicóptero não é posto a nossa disposição e somos forçados a deslocar-nos a pé; a notícia provoca maus humores e cada um encontra desculpas para não entrar na mata: a alimentação é insuficiente, é difícil marchar por horas sob a chuva, em terreno acidentado. O tempo à disposição é pouco e não pode ser gasto em deslocamentos...

Após muitas discussões, decidimos visitar, pelo menos, a área de Xirimifik, onde foram registrados muitos casos de malária. O grupo escolhido parte em 11 de abril, acompanhado de um índio que serve de guia e ajuda a transportar as bagagens. Das quatro aldeias daquela região, visitamos só três, porque na quarta não havia ninguém. Recolhemos 50 frascos para análise e só quatro deram positivo. Em seguida, um agente sanitário voltou às aldeias para desinfetá-las.

Nestes dias de permanência em Surucucus, não vimos nenhum índio alimentar-se suficientemente; a comida é escassa: só arroz no almoço e no jantar, as proteínas faltam completamente. Nós também só comemos arroz e feijão, sem mistura.

Os dois intérpretes do grupo não nos ajudam, porque estão de “mau humor”. Tarcísio, funcionário da FUNAI, literalmente desapareceu e não voltamos a vê-lo durante todo o período de trabalho; Luís, que no início o ajudava, decidiu recusar-se a colaborar, porque ficou sozinho. Além do que nos aborrece a prepotência dos intérpretes, que se dirigem aos índios em tons ameaçadores. Os funcionários da FUNAI abusam de sua posição.

As aldeias são distantes. A região de Surucucus é muito vasta e, sem helicóptero, não sabemos como fazer para percorrê-la. Nem todos têm força para andar por horas na floresta, de estômago vazio, carregados de bagagens e remédios: não agüentamos mais arroz e feijão sem tempero!

Ninguém nos ajuda a cozinhar e temos de suspender o tratamento dos pacientes para fazer os 'serviços de casa'. A bomba da água quebrou há um mês e o hospital de campo está em crise. Os índios raramente terminam o tratamento. Após três ou quatro dias abandonam o hospital e voltam à aldeia.

Este fato nos deixa frustrados e preocupados: a culpa é nossa também, porque se não sabemos comunicar-nos com eles em yanomami, como podemos pretender que nos entendam? A outra causa é a penúria da alimentação: os índios estão habituados a comer a toda hora, quando estão na floresta, e aqui a comida é pobre e insuficiente. Além disso, muitos Yanomami foram viciados pelo contato com os garimpeiros e, ao invés de caçar e pescar, preferem açúcar, sal, biscoitos.

O clima entre o pessoal da equipe é péssimo, com muitas incompreensões. Especialmente os médicos ficam separados do resto do grupo: onde está o espírito de auxílio à causa indígena?... Assim não dá para continuar. Percebemos que estamos sendo usados para demonstrar que estão cuidando dos Yanomami. Após uma breve conversação entre nós, decidimos enviar uma mensagem ao coordenador da operação em Boa Vista: 'Impossibilitada de realizar de forma adequada o programa de assistência, a equipe tomou a decisão de voltar à cidade, por causa da falta de condições mínimas de trabalho'.

O Dr. Nunes responde que não há aviões à disposição, mas, se quisermos, podemos voltar, enquanto os funcionários da FUNAI, ao invés, são forçados a ficar até o fim do mês. Suspendemos o trabalho para não sermos cúmplices desta farsa. A FUNAI e os meios de comunicação estão vendendo ao mundo a imagem de uma ação de socorro eficiente, 'humanitária', quando, na realidade, os grupos de trabalho estão bloqueados nas áreas. Enquanto são divulgadas notícias falsas para tranquilizar a opinião pública sobre as condições de saúde dos Yanomami, há crianças que morrem por omissão de socorro, velhos em coma que necessitam de remoção urgentíssima, mulheres grávidas reduzidas à fome. Não queremos ser ingênuos instrumentos desta macabra engrenagem de extermínio. Chega!"

Os PORTA-VOZES dos YANOMAMI

DAVI KOPENAWA:

"SINTO QUE NÃO TEREMOS VIDA LONGA"

Trinta e seis anos, nascido em Toototobi, no coração do território yanomami, conhecido como Kopenawa ("marimbondo" em sua língua), Davi é o mais famoso yanomami. Sua fama é devida à luta que, há anos, vem travando em defesa de seu povo e ao prêmio ecológico "Global 500" que a ONU lhe concedeu em 1988.

Davi vive na aldeia de Demini, uma das poucas regiões ainda parcialmente protegidas da invasão dos garimpeiros. É genro do velho *tuxaua*, que o introduziu nos segredos da magia, até torná-lo um líder espiritual. Tem mulher, Fátima, e três filhos, todos sobreviventes da malária... É muito ligado ao seu povo, que reflete em sua simplicidade e inteligência. Mas é também ligado ao mundo dos brancos...

Davi aprendeu a ler e escrever com os missionários protestantes norte-americanos. Assistiu impotente à morte dos parentes de Fátima, dizimados pelas doenças introduzidas no início dos anos '70 pelos operários dos canteiros da Perimetral Norte. Trabalha há mais de dez anos na FUNAI, no início como intérprete e hoje como chefe da base indígena de Demini, o que lhe rende um salário mensal de quase 1.000 dólares, que Davi recebe mensalmente em Boa Vista.

Apesar de seu conhecimento da sociedade dos brancos e seu português serem um tanto quanto rudimentares, Davi é muito perspicaz e possui uma surpreendente lucidez em compreender e denunciar a gravidade do drama de seu povo. É uma pessoa "sadia", simpática, positiva, um pouquinho narcisista. Gosta muito de tênis, que calça sempre nas ocasiões "importantes". Adora ser fotografado.

Tentou até entrar na política, candidatando-se a deputado federal nas eleições de 1986, mas não foi eleito. Está ameaçado de morte

há alguns anos; razão pela qual se sente pouco à vontade na cidade. Sua figura foi provavelmente supervalorizada, mas é um símbolo necessário para divulgar o genocídio dos yanomami, segundo as modernas leis do *marketing*.

Ele viaja muito e isto talvez não seja benéfico nem para ele, nem para seus "parentes", que o vêem voltar à aldeia cada vez mais gordinho e "civilizado". Em cada viagem, Davi obtém dólares para financiar as campanhas de solidariedade e aproveita para denunciar ao mundo o sofrimento de seu povo. Como ocorre freqüentemente com os índios brasileiros mais representativos, Davi também tem seu "padrinho": é a CCPY (Comissão pela Criação do Parque Yanomami), organização que prepara e guia cada movimento público dele.

Mas a última iniciativa, porém, é inteiramente dele: Davi idealizou um projeto de assistência médica constante nas aldeias de sua região, aprovado pelo governo e financiado por alguns grupos europeus.

A literatura a seu respeito é tão abundante, que quase o torna pouco original em qualquer entrevista, mas eu preferi ouvi-lo da mesma forma, ao encontrá-lo, no fim de abril de 1990, quando do regresso de uma série de encontros na Grécia (com a Fundação Rockefeller) e Grã-Betanha (com o príncipe Charles da Inglaterra). Um lembrete: para conversar com Davi, ainda que pertencendo à fileira dos "íntimos", é bom não deixar de ter uma reserva de bananas...

Como você vê a situação?

Eu sou Davi Yanomami. Acho que todos me conhecem. A situação? É sempre a mesma: os garimpeiros continuam ocupando nossas terras; dizem que estão saindo, mas não é verdade. Mesmo se saírem, voltarão, porque os garimpeiros são animais teimosos: saem por um lado e entram pelo outro. O meu povo está todo doente, porque as doenças já se espalharam por toda a comunidade; não nascem mais crianças, e os velhos morrem; a nossa reserva foi completamente invadida. Há muitas bases, não é assim que os garimpeiros chamam seus acampamentos? Penso que seja difícil que eles saiam de verdade, porque eu não acredito na palavra dos brancos. Mesmo se enxotassem os garimpeiros, chegariam outros invasores ainda mais poderosos, como as grandes empresas de mineração. Foi o que ocorreu com os nossos amigos Tikuna, no Amazonas; acontecerá o mesmo conosco. Os garimpeiros estão espalhados por todos os lados, chegaram até as nascentes do Orinoco, na Venezuela. Eles trouxeram

muitas doenças como a malária, que é a pior e está matando muitas pessoas. Eu mesmo tenho malária, assim como toda a minha família. Nós estamos sozinhos, o governo não nos ajuda; estamos sofrendo sozinhos. Eu sei, eu sinto que não teremos vida longa, que não viveremos muito tempo. Não.

O governo Collor fará alguma coisa por vocês?

Eu acho que o governo Collor será pior que o do Sarney. Não conheço o presidente. Não sei como ele trabalha, mas não fez nada pelos índios, pelos Yanomami. Eu não confio. Não mudará nada, porque as coisas ficarão sempre piores. Dizem que tirarão os garimpeiros. Mas estão mandando embora só os doentes, os pobres que não têm nada. Os garimpeiros ricos, as empresas que têm as máquinas, os aviões, muita comida, o apoio dos políticos, estes nunca sairão. Aliás, continuam invadindo. Eu conheço bem os garimpeiros: são teimosos. Não estou falando dos que sofrem, porque estes não são perigosos. Eles também são uns explorados.

Muitas pessoas dizem que os garimpeiros ajudam os Yanomami porque oferecem comida, levam os doentes à cidade e que, sem este apoio, vocês morreriam. É verdade?

Os garimpeiros falam, falam, mas nunca nos ajudaram nesses anos todos. Antes de eles chegarem, os Yanomami não ficavam doentes. Não. Quando os garimpeiros entram em nossas reservas, comem todas as nossas bananas. Depois, eles "oferecem" arroz, feijão, carne enlatada, bolachas, sardinhas, só para dizer que estão nos ajudando. Se quisessem mesmo ajudar-nos, iriam embora, nos deixariam em paz. Nós não precisamos deles. Os Yanomami não morrem de fome, morrem de doença.

Os meus "parentes" estão doentes. Não conseguem mais trabalhar, não podem mais caçar nem pescar. Antigamente a gente caçava, pescava, plantava, fazia muitas festas, todos eram felizes. Agora não. Os garimpeiros trouxeram suas doenças, e nós estamos morrendo todos, aos poucos. Eu lembro bem que há alguns anos ninguém passava fome, porque todos podiam trabalhar. Hoje, um doente não caça, não pesca, não planta, porque está fraco.

Os que dizem que os Yanomami não sabem se defender estão enganados. Aliás, nos enganam, porque querem fazer-nos crer que os garimpeiros são amigos. Não são amigos. São inimigos. Se fossem

amigos, não teriam invadido nossas terras. Teriam ficado cultivando sua terra, lá onde nasceram, onde vivem suas famílias. Esta é a minha opinião.

Davi, você sabe que em suas terras há muito ouro, há muitos minérios valiosos que para o homem branco têm um grande valor econômico. Você sabe que o Brasil está com muitos problemas, que é um país com dificuldades e que tem de pagar uma grande dívida externa. Há muita gente que pensa, sobretudo aqui em Roraima, que o governo não pode deixar toda esta terra para vocês, que são poucos, só para que continuem vivendo conforme seus hábitos. Você concorda? O Brasil tem o direito de explorar estas terras?

O governo não tem nenhum direito de explorar nossas terras. A nossa terra é grande. O mundo inteiro é grande. Há muitos lugares ricos em ouro, como Manaus, Belém, São Paulo. Há muitos lugares com tantas riquezas, mas o governo não mexe, por enquanto. Antes, eles querem tomar a terra dos Yanomami. Todos dizem que a nossa terra é rica. O governo tem de encontrar uma solução, sem dividir nossa terra em pequenos lotes e deixar-nos presos como animais na jaula.

Eles têm de discutir conosco. Mas eles conversam entre si. Eles são "grandes," são ricos. Por que os grandes não falam com os índios? Eles têm de escutar a voz dos índios, ouvir o que temos a dizer, se concordamos ou não. Eles só falam escondidos em seus escritórios. Eu sei que o governo odeia os índios. Eu sei que eles são muitos e são ladrões. Estão roubando as nossas riquezas e também as riquezas dos brancos. Esta terra é nossa. Sempre foi. O governo nos pegou de surpresa. Eu só comecei a compreender há pouco tempo.

Mas não é só o índio que sofre. Não. Todos os pobres das cidades sofrem por culpa do governo brasileiro. Eles não "fabricam" dinheiro para o nosso país. Estão roubando as nossas riquezas para pagar o débito. O governo usa o dinheiro do Brasil para mandar para fora. Não usa o seu próprio dinheiro. Não. O governo não deveria fazer isto. Deveria distribuir a riqueza também aos pobres. Ou será que "eles" pensam que quando morrerem poderão levar o dinheiro junto? Não. Esta é a minha opinião.

O governo não quer que o índio tenha sua terra. Não. Ele só quer destruí-la, deixá-la toda "esburacada", cheia de doenças, para ficar com os minérios. Isso mesmo, a floresta, as árvores, para depois vender tudo. Eu acho que isto está errado... Precisa respeitar as nossas reservas, porque esta área é dos Yanomami. Nossos antepassados a deixaram para nós. É uma terra sagrada porque os espíritos dos

nossos mortos estão aqui. O governo não "fabricou" esta terra. Não. Quem "fabricou" a terra foi Omã, para que os Yanomami vivessem nela. E também para os brancos. A terra não foi feita para matar os homens. Precisa respeitá-la, mas o governo não respeita nem as leis, não pensa em nada, não se preocupa com nada. Só está interessado em ganhar cada vez mais dinheiro, invadir nossas terras. Isto é o que eu penso.

Você discutiu estes assuntos com os seus "parentes"? O que os outros pensam a respeito? Você sabe que há Yanomami que querem a presença dos garimpeiros?

O povo yanomami que sofre não quer a presença dos garimpeiros. Não. Os meus "parentes" que morrem, que vêem os filhos adoecerem, o alimento desaparecer, não querem os garimpeiros. Mas aqui, fora das aldeias, há Yanomami que se unem aos garimpeiros. São os que dizem que querem os garimpeiros. Isto é falso.

Eu sei de quem você está falando. São quatro: Marcelo, Iadoce, Peri, João Davi. Eles são usados, manipulados. Eles se acostumaram com a vida dos brancos. Agora estão "perdidos". Não sabem mais caçar nem pescar. Não sabem mais o que fazer. Não sabem defender-se. Eles têm medo de defender-se. Dizem que os garimpeiros são bons, que nos carregam em seus aviões e nos levam a Boa Vista. Isto não importa. Para os que sofrem nas aldeias, os garimpeiros não são bons. Não. Queremos que eles vão embora. Que nos deixem em paz. Que nos deixem construir nossas aldeias em paz.

Eu sou Yanomami. Filho de Yanomami. Meu pai vive na floresta. Mas eu não quero de forma alguma que os garimpeiros fiquem em nossas reservas. De jeito nenhum. Eu não fui procurá-los. Eu não preciso de garimpeiros para trabalhar, não preciso de suas doenças, nem de seus vícios, como o álcool e a prostituição. Eu não quero ser amigo dos garimpeiros. Eu os compreendo e não sou contra eles, mas também não são meus amigos, esta é a verdade. Esta é a minha opinião.

O que mudou na sua vida, após a invasão dos garimpeiros, depois que você ficou famoso?

O que mudou é que agora tenho mais preocupações. Ganhei um prêmio e fiquei conhecido no mundo todo. Mas não me serviu para nada. Os meus "parentes" continuam morrendo.

Meu trabalho também mudou: agora discuto com os chefes dos brancos. É um assunto muito complicado, e a minha responsabilidade é grande. Isto é o que mudou. Muitas pessoas "precisam" falar comigo: jornalistas, televisão, autoridades. Isto é bom. Eu trabalho para ajudar os meus "parentes", para salvar a mim mesmo, para salvar o meu povo. Mudou para melhor. Estou satisfeito com o meu trabalho, mas os meus "parentes" continuam morrendo. E eu continuo lutando. Até o fim.

O que você pensa das suas viagens para denunciar a invasão? Isto lhe faz bem ou lhe cria problemas?

Bom, problemas cria. Mas é bom para o meu trabalho. Antes, eu não podia sair do "meu" Brasil, também porque não conhecia ninguém. Agora está bom, mais ou menos. Eu ajudo bastante. Posso ir para muitos países para contar, falar com outro governo, com outros jornalistas que não conhecem os Yanomami, que não sabem nada de nós. Para mim é uma coisa boa. Discutir com outras pessoas, divulgar as informações, contar. Porque este é um problema sério.

Você se considera um chefe, uma pessoa que representa seu povo?

Sim, eu estou representando todos os meus "parentes", também os mais afastados que nem me conhecem, de Roraima, do Amazonas, da Venezuela. Eu represento os outros para explicar aos brancos que os Yanomami estão lutando, estão defendendo suas comunidades. É isto que eu estou fazendo.

Como você vê as pessoas, as organizações que ajudam sua luta?

O trabalho dos que me ajudam, brasileiros ou estrangeiros, é muito importante. É preciso ajudar os Yanomami que sofrem. Também os que não vêm aqui, mas que trabalham em outros lugares, escrevendo em jornais ou organizando manifestações a nosso favor, ou divulgando notícias, ou escrevendo muitas cartas ao presidente para pressioná-lo. É muito bom. Se os índios não tivessem este apoio, morreriam todos. É importante "acordar" o governo brasileiro. As "pessoas de fora" estão nos ajudando muito, mas precisam continuar. Se me deixarem sozinho, quem me ajudará? O governo? Nunca me ajudará e acabará com os meus "parentes". Há pessoas que não podem vir até aqui, mas podem trabalhar de outras formas, denunciando a situação ao mundo inteiro,

escrevendo as histórias para forçar o governo a tomar alguma medida para resolver o problema dos Yanomami.

Você se considera livre, independente?

Sim, eu sou uma pessoa livre. Sou índio e não dependo dos brancos. Sou filho de índios, o meu sangue é diferente, as minhas tradições são diferentes. Nós, Yanomami, queremos ficar sozinhos, você entende, não? Porque você conheceu meu povo. O governo ainda não conhece o nosso povo. Deveria conhecer todas as nossas comunidades e, então, aprenderia a respeitar-nos. Mas como não nos conhece, o governo permite que nossas terras sejam invadidas. Os que nos conhecem, que visitaram nossas aldeias, que dormiram lá, comeram da nossa comida, sabem que podem ajudar-nos... Mas os que não nos conhecem não sabem. Pensam que somos animais... mas até os animais precisam ser protegidos! Esta é a minha opinião.

Como acabará isto, Davi? Como você vê o futuro para seus filhos?

(*ele ri...*) Não sei. Minha preocupação, do jeito que as coisas estão indo, é que a situação piore. Meus filhos estão com malária, até eu estou. Estou me tratando para melhorar, para continuar lutando. Se não lutarmos, nossos filhos sofrerão mais que nós. Mas nós queremos aumentar de novo, crescer.

Como funciona o seu projeto de assistência sanitária? Para que serve?

Sim, eu tenho um projeto. Foi idéia minha. Pensei o que poderia ser feito para melhorar a situação de Demini, a minha aldeia. Falei com o *tuxaua*. Lá, nós não temos o rádio para chamar quando um "parente" fica doente. Precisamos deste projeto. Não podemos ficar parados esperando que o governo ou a FUNAI se mexam. Eu estou lutando para salvar os índios de Toototobi, de Aracá, de Ajuricaba, que estão longe. Preparei um projeto para salvá-los. Cansei de esperar a FUNAI, que não tem avião ou não quer usá-lo. Todas as vezes que precisamos de alguma coisa, a FUNAI não faz nada e nos engana. Nós não temos rádio nem médicos. Já morreram um menino e um curandeiro, porque o médico não vem até aqui. Quando vem, fica um dia ou dois e depois vai embora. E nós começamos a morrer de novo. Precisamos também de um dentista. Eu quero experimentar este projeto. Eles acham que os índios não sabem fazer os projetos.

Já falei com o ministro da saúde e ele concordou. Este projeto é da comunidade de Demini, não é da FUNAI, nem do governo, nem da igreja, nem dos americanos. Estou recebendo o dinheiro da Europa. Parece que vai ser uma coisa boa.

Você acha que se o governo conseguisse retirar os garimpeiros, a situação poderia mudar, e que vocês voltariam a viver conforme suas tradições, ou será que o destino de vocês agora é viver junto com os brancos?

Veja, eu, por exemplo, não gosto de viver com os brancos. Nós queremos ficar separados. Como era antes, como nos deixou Omã. Porque os meus "parentes" de Surucucus, Paapiú, Ericó, Auaris, Toototobi, Aracá, Demini, Ajuricaba, Maturacá, Marari não querem viver com os brancos. Não.

Nós queremos que as nossas terras sejam demarcadas e que o governo restitua as nossas reservas. Queremos viver separados de vocês, sem misturar-nos, porque se formos viver na cidade, sofreremos ainda mais que na floresta. Nós somos amigos da natureza, ela é que protege a nossa saúde. Na floresta não faz calor por causa das árvores altas, que não existem nas cidades. É por isso que vocês têm de comprar ventiladores...

Na cidade não há terra. Isto é, haveria, mas ela não é distribuída. Aonde um índio poderia caçar, ou cultivar um campo grande? Aqui é proibido tudo. Vejo que os brancos sofrem na cidade: é tudo caro, faltam as coisas, a comida. Todos são tristes.

É melhor ficar onde estamos: vivemos livres, não precisamos comprar nem carne nem fruta. Não precisamos pedir esmola. Para nós, é melhor viver nas nossas comunidades. É muito melhor. Queremos viver em paz. Porque os nossos costumes são diferentes.

Quero que você me entenda bem, porque na cidade não há um bom trabalho para os índios. O governo não poderia dar um emprego a todos os Yanomami, e então passaríamos fome, nos tornaríamos ladrões ou escravos, acabaríamos vendo nossos filhos dormindo e comendo pela rua. Para mim, a única solução é demarcar a nossa terra, toda, grande, contínua. Esta é a minha opinião.

Na floresta nós temos de tudo: fruta, caça, pesca; podemos viver livres. Na cidade viveríamos mal. Precisa muito dinheiro para pagar água, luz, aluguel. A vida dos brancos é muito complicada, muito difícil, tem muito engano. Entre nós não. Só há uma forma de viver: quando queremos fazer uma coisa, nós a fazemos. Caçamos, pesca-

mos, cultivamos a terra, fazemos reuniões, criamos nossos filhos. Só isto. Não precisamos construir uma cidade. Para nós não serve. Esta é a minha opinião.

Obrigado, Davi. Usarei esta entrevista para explicar ao meu povo a situação e o sofrimento de vocês.

Muito bem. Falei com você para ajudá-lo no seu trabalho, para ajudar-nos. Eu faço com prazer, porque sinto em você um "espírito limpo". Não como o governo, que tem um "espírito sujo". Os que trabalham, que ajudam os Yanomami, sabem que estamos sofrendo e o sofrimento faz mal. Faz mal. Não é só a fome. Não.

Você, de agora em diante, deve preocupar-se em criar seus filhos. Deve conservar um "espírito limpo", um pensamento de homem. Não deve pensar só em ganhar dinheiro. Não. Deve pensar nos povos, no povo da cidade e no povo da floresta.

Se trabalhar bem, será valorizado. Se trabalhar mal, as pessoas ficarão contra você. Por isso eu lhe dou estas informações, para que você possa divulgá-las. Quero que você as conte e explique aos outros. À sua família, ao seu cunhado, aos seus amigos, ao seu presidente. Nós precisamos da ajuda de vocês, senão morreremos todos, índios e brancos.

Gostaria que os brancos entendessem estas coisas. Gostaria que os brancos aprendessem conosco a viver melhor.

MARCELO: "SOU YANOMAMI E DEFENDO OS GARIMPEIROS"

Cada povo tem seu Judas. O traidor dos Yanomami chama-se Marcelo. Mas ele não se "enforcou": ainda está esperando receber as "trinta moedas".

Se ele não existisse, teria sido inventado. Marcelo foi honrado pelo noticiário nos últimos anos, desde que assumiu publicamente partido em favor da permanência dos garimpeiros no território yanomami, em troca do pagamento de uma taxa aos índios para compensar a ocupação das terras.

Marcelo, que reivindica o direito dos índios a escolher o próprio destino, é o exemplo vivo desta armadilha. Ele mesmo tentou negociar as terras yanomami, mas não foi bem-sucedido: a malícia e a esperteza dos "tubarões" do garimpo arrastaram-no. Ele foi usado.

Seu rosto e suas declarações foram notícia de primeira página. Levado a Brasília, exposto nos ministérios a fazer declamações, após ter sido espremido como um limão, foi agora deixado de lado como um bagaço inútil.

Estou convicto de que ele não tem consciência do prejuízo que está trazendo para seu povo. Causa pena vê-lo andar errante, sozinho pelas ruas de Boa Vista, olhando as vitrinas, folheando, apático, os jornais, pedindo cigarros aos transeuntes, desfilando nas manifestações dos garimpeiros.

Sua vida é um romance contado por ele mesmo:

“Meu nome é Marcelo. Estou com trinta anos. Sou um Yanomami da região do baixo rio Solimões, no Amazonas. Sou casado com uma índia Makuxi e tenho um filho. Estudei até o colegial. Moro em Boa Vista e trabalho na FUNAI. Minha história é longa. Aos cinco anos, forçaram-me a deixar a aldeia por ter ficado órfão. Minha mãe morreu após o parto e meu pai foi embora com outra mulher... Fui entregue a uma missão salesiana. Eu estava muito doente, e uma freira tomou conta de mim. Por não ter ficado satisfeita com o tratamento dispensado pelo hospiral da missão, levou-me para viver com ela em Manaus. Ela chegou até a batizar-me, mas eu nunca freqüentei igreja alguma. Ela me explicava a vida dos brancos, as casas, as lojas, as máquinas. Após alguns meses, o bispo de Manaus a proibiu de tomar conta de mim. Então a freira deixou-me na sede da FUNAI.

Aos oito anos, fui adotado por um antropólogo da FUNAI, que casou-se para dar-me uma mãe. Morei em Brasília, São Luís, Recife e Manaus. Sofri muito, vivendo nas cidades. Os ‘civilizados’ diziam que eu era um animal selvagem capturado a laço.

Ao terminar os estudos, entrei também na FUNAI, onde trabalho até hoje numa base do alto rio Mucajaí, deslocando-me muito porque minha mulher e meu filho vivem em Boa Vista. Nunca mais voltei à minha aldeia, mas continuo falando a língua yanomami também na cidade.

Gosto de viver com os brancos, que sempre me ajudaram na vida. Mas a vida é melhor na floresta, onde se aprendem muitas coisas sobre a natureza e sobre a vida dos homens. Não gosto de viver na cidade, mas hoje não poderia mais adaptar-me à vida numa aldeia. Sinto a necessidade de ler, estudar, conhecer, manter-me informado e na floresta fica-se muito isolado. Gostaria de trabalhar para os meus “parentes”, mas fiquei muito triste quando ontem à noite cumprimentei um vizinho dizendo-lhe: ‘Boa noite, parente’.

Era um índio Makuxi e ele respondeu: ‘Eu não sou seu parente’. Não sou mais um índio?

Sou yanomami, mas defendo a permanência dos garimpeiros nas terras indígenas. Pode parecer estranho, mas duvido que a vida dos índios possa melhorar sem os garimpeiros. Os ecologistas, os missionários e o governo consideram os índios uns animais selvagens, sem direito de decidir nada, sem direito a água tratada, luz elétrica, televisão, sem direito de desfrutar as riquezas minerais das nossas terras. Mas nenhum ‘civilizado’ renunciaria a essas riquezas se elas estivessem no subsolo de sua casa. Não sou o único índio que pensa desta maneira.

Os brancos não querem ver-nos progredindo, querem que continuemos vivendo na floresta como animais. É isto que eu considero errado! O índio sabe distinguir o que é bom do que é ruim. Ele deve poder escolher, não ficar submetido à vontade dos brancos.

Estão usando o meu ‘parente’ Davi Kopenawa para defender os interesses de grupos internacionais, dos missionários, das empresas multinacionais. Estão jogando Davi contra seu próprio povo. Deram-lhe até um prêmio, mas não entendemos o porquê, o que há por detrás disso. Davi fica repetindo que os garimpeiros devem ser expulsos, mas ele defende os interesses das multinacionais, enquanto eu trabalho para o meu povo. É por isso que existe toda esta confusão. Davi é manipulado pelos estrangeiros que vêm da Inglaterra, da França, da Itália, da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão. Vêm como turistas, mas os meus ‘parentes’ estão convencidos de que querem roubar nossas terras. Davi viaja sempre com eles, vai a Brasília — eles pagam a viagem... — para dizer que o nosso povo está morrendo. É verdade, existe algum conflito, há muitas doenças. Mas, como na sociedade dos brancos há homens bons e maus, entre os índios também é assim, da mesma forma como entre os garimpeiros. Por isso às vezes surgem problemas, mas não é nada grave. Em geral, nós Yanomami queremos os garimpeiros, nos sentimos bem com eles e queremos que fiquem.

No início da invasão, eu não pensava assim. Ia à FUNAI pedir que encontrassem uma solução, porque os garimpeiros assustavam os animais, poluíam os rios e traziam doenças. Fiz muitos pedidos, recebendo só promessas em troca. Enquanto a FUNAI não tomava decisão alguma, os Yanomami foram se acostumando ao contato com os garimpeiros, recebendo presentes e aprendendo novos hábitos. Os índios passaram a querer mais e a perceber que estavam recebendo muito pouco em troca da invasão de suas terras. Foram feitas muitas reuniões em nossas aldeias para saber o que os chefes pensavam a

respeito da presença dos garimpeiros. Visto que os 'parentes' eram a favor, desde que houvesse algum benefício para as comunidades, eu mudei de idéia, para não contrariar os interesses do meu povo. Tornei-me uma espécie de porta-voz dos Yanomami junto aos garimpeiros, porque tenho muita experiência com os brancos.

No final de 1988, começamos a exigir o pagamento de um pedágio dos aviões que pousavam em nossas terras. Assim, as aldeias começaram a ter dinheiro para comprar alimentos, sementes e armas de fogo. Vimos que podíamos repetir a experiência dos índios Kaiapós, do sul do Pará, que recebem uma participação sobre a produção de ouro de suas terras: se hoje estão perdendo as tradições, pelo menos não morrem de fome.

A história dos índios que ficam satisfeitos com perolazinhas e espelinhos já acabou. E não foram só os garimpeiros que influenciaram esta mudança. Os missionários, a FUNAI, os antropólogos e até os jornalistas fizeram com que os índios deixassem de pensar que o mundo terminava nos confins de suas terras. O índio não quer mais viver como se fosse prisioneiro de um grande jardim zoológico, para ser fotografado pelos turistas.

Eu sinto pena dos garimpeiros, que estão numa situação diferente da nossa. A maioria não sabe ler nem escrever, é pobre e não tem como administrar seu dinheiro. Mas não querem voltar para a lavoura, para ganhar um salário miserável. Ouvi muitas vezes garimpeiros dizendo que morreriam de fome se fossem mandados embora. Com os índios, eles também são manipulados pelas pessoas que vivem na cidade, que gozam o 'bem bom' da vida. Poucos conseguem enriquecer e muitos terminam nas valas comuns, sem direito nem a um nome numa cruz de sepultura. Como poderíamos, nós, Yanomami, estar contra eles?

É verdade que os garimpeiros trouxeram algumas doenças, mas antes dessa invasão já haviam ocorrido casos de tuberculose e malária entre os índios. Talvez os próprios funcionários da FUNAI, os missionários ou os ecologistas tenham introduzido estas doenças. Não são só os garimpeiros os portadores de vírus contra os quais o índio não possui imunidade. Aliás, os garimpeiros são generosos, nos dão roupas, alimentos, tudo o que nós pedimos. A igreja não, não pensa nos índios, só nela mesma. E o governo nunca fez um trabalho sério para impedir que os índios contraíssem as doenças dos brancos.

Os ecologistas, brasileiros e estrangeiros, querem festejar a expulsão dos garimpeiros das reservas yanomami em Roraima, mesmo

sem ter nenhuma intenção de vir à floresta para viver de caça e pesca. Eles pensam que estão agindo pelo futuro do nosso povo, esquecendo aquela democracia que tanto defendem e que exigiria que os interessados fossem consultados para dizer o que realmente querem.

A Constituição brasileira prevê a exploração das terras indígenas, desde que seja aprovada pelas comunidades envolvidas e pelo Congresso Nacional. Os Yanomami não podem e não querem renunciar ao aproveitamento das riquezas que a natureza lhes deu de presente. Se os garimpeiros fossem expulsos, entrariam as empresas minerárias com suas máquinas. Prometeram que nos dariam todo o necessário. Cada índio teria sua parte. Eu seria o intérprete e teria um salário extra... Com as empresas ou com os garimpeiros, a extração do minério tem de ser feita, desde que a lei e a natureza sejam respeitadas e que o índio deixe de ser tratado como um animal selvagem".

"A TODOS OS POVOS DA TERRA..."

Em setembro de 1989, pela primeira vez, centenas de representantes dos povos indígenas desfilaram duas vezes pelas ruas de Boa Vista. Foi um acontecimento histórico porque nunca, anteriormente, os índios haviam ousado protestar publicamente numa realidade social tão difícil quanto a de Roraima, envolvendo a população urbana e impondo respeito junto aos garimpeiros.

As duas manifestações foram organizadas em repúdio pelo extermínio dos Yanomami e para chamar a atenção da opinião pública. Durante a primeira, por ocasião da visita do então presidente da República, José Sarney, uma delegação de três índios entregou um apelo às autoridades, assinado por 19 associações e movimentos.

"Nós — povos indígenas de Roraima — Makuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang, Wai-Wai, Waimiri-Atroari, somos inocentes! Fomos enganados e usados pelos brancos. Temos como testemunhas, vivas até hoje, 'parentes' que foram marcados a ferro em brasa como o gado, que tiveram as unhas arrancadas com alicates, surrados lacados e arrastados. Fomos explorados pelos brancos. Por muito tempo, trabalhamos como escravos nas fazendas e nas residências dos brancos: chegaram declarando-se amigos, mas enganaram nossos antepassados com roupas, sapatos, ferramentas, bebidas e muitas outras coisas. Nossas terras foram invadidas, nossa cultura destruída e o nosso povo massacrado.

Há muito tempo o governo prometeu expulsar os brancos e demarcar as terras indígenas. Mas não passou de promessas. Nossos povos sofrem porque têm necessidade de terras para caçar, pescar, plantar, viver. Roubaram nossas terras e nós ficamos revoltados. Agora descobrimos que o mesmo que aconteceu para nós está se repetindo com nossos 'parentes' Yanomami, eles também inocentes, os únicos índios de Roraima que continuam vivendo como nós vivíamos no passado.

Estamos iniciando uma luta para a salvação do povo Yanomami, luta contra a invasão das terras, luta de todos os povos do mundo para exigir que as autoridades brasileiras obedecem às leis que elas mesmas redigiram. A Lei não tem utilidade alguma se não é respeitada. A nossa constituição não permite a extração do ouro nas terras indígenas. O garimpo nas terras yanomami é ilegal. Nossos 'parentes' Yanomami não querem o garimpo.

Com este apelo levamos às autoridades nacionais e internacionais nossas reivindicações: expulsão dos garimpeiros; demarcação das terras indígenas; respeito aos nossos territórios sagrados; queremos ser ouvidos em qualquer decisão do nosso interesse; denunciaremos uma invasão que está destruindo a cultura de um grande povo, poluindo os rios, matando os peixes e os animais, devastando a floresta, trazendo a fome, disseminando doenças. Se continuar assim, em pouco tempo todos os Yanomami serão mortos.

Com o exemplo da nossa história, daquilo que aconteceu com as nossas terras e a nossa cultura, pedimos à humanidade que não permita que o fato se repita com o povo de Omã, os Yanomami."

DIÁRIO DE VIAGEM

Como o universo yanomami e o ambiente do garimpo são vistos por um branco? Quais sensações desperta o descobrimento da floresta? Que reações ocorrem quando dois mundos tão separados — os índios e os garimpeiros — se encontram?

Este capítulo é diferente dos outros: já não pretende decifrar e denunciar qualquer aspecto da questão Yanomami, mas relatar as emoções que vivi quando, pela primeira vez, entrei numa aldeia e, em outro período, em outra região, quando conheci o garimpo de perto.

É uma tentativa de descrever esta realidade de forma mais viva, humana, com os olhos um pouco ingênuos de quem a enfrenta como estrangeiro. Para esta finalidade, recuperei as anotações que nestes anos registrei diariamente e que me acompanharam durante todo o percurso deste livro. Relendo as páginas do diário tive de sorrir, porque talvez hoje já não tecesse muitas daquelas considerações, pelas observações que derivaram da convivência e do compromisso no turbulento contexto de Roraima. Mas preferi não fazer nenhuma modificação, para conservar a espontaneidade das primeiras impressões, que poderiam ser as de qualquer um de nós.

APROXIMAÇÃO COM A "ALDEIA DA CASTANHA"

Encontrei os Yanomami pela primeira vez em seu ambiente, no início de 1988. Tinha decidido acompanhar dois missionários que queriam aproximar-se de um grupo do baixo rio Catrimani, para tentar visitar algumas aldeias que não mantinham contato constante com a "civilização". Alugamos um barco e um guia para levar-nos por dez dias ao longo dos rios de Roraima.

"[...] Saímos ao alvorecer, sob uma chuva torrencial. Estamos em plena estação de chuva. Os toldos de proteção da nossa embarcação não conseguem evitar que a água entre por todos os lados. O verdadeiro contato com a floresta só é possível através de uma viagem de barco, que permite 'sentir' a grandeza e a força da natureza. Do alto,

a bordo de um avião, o panorama tende a nivelar-se e igualar o tapete verde.

Chico, o nosso guia, é muito esperto, conhece estas águas como a palma de sua mão, porque as percorre desde menino. Viajamos o dia inteiro, para aproveitar as horas de claridade. À noite paramos ao lado de clareiras, atracamos perto da margem e esticamos as redes nos estreitos espaços do barco. O silêncio é total, o céu, maravilhoso; sem luzes artificiais ao redor, parece ser possível tocar as estrelas e a lua, reluzentes. De vez em quando passa uma das embarcações que fazem a ligação com Manaus.

[...] Começo a cronometrar o tempo de viagem, para obter pontos de referências para possíveis excursões futuras. 9h30m: ilha da Viúva; 11h: pedra da Páscoa; 12h: rochedo da Ovelha; 14h15m: parada na casa flutuante de Carlito. Trata-se de um caboclo que vive há doze anos no rio com a família, lavrando um pouco de terra e extraindo borracha. Possui duas casas em Manaus, mas não suporta a vida civilizada e prefere viver às margens do rio Branco. Apesar do afastamento, mantém-se atualizado ouvindo o rádio e mantendo conversas com os barcos de passagem.

[...] Hoje fomos atacados por um batalhão de piuns, aqueles minúsculos insetos diurnos que entram por todos os lugares. Não há como defender-se, mas se quem for atacado conseguir não se coçar, o prurido desaparece após alguns dias. Decido cobrir-me inteiramente com o "ky-way", deixando descobertos só os olhos e a boca. Chico, de peito nu, olha-me como se eu fosse um marciano, mas cheguei a estas providências drásticas após ter contado, numa única perna, mais de 500 picadas. Paciência se a temperatura é superior a 40 graus... melhor sentir calor.

[...] Para vencer a monotonia, pego o timão do barco e 'dirijo' por algumas horas: entramos no rio Catrimani, afluente do rio Branco. É muito bonito, cheio de sinuosidades e enseadas; vêem-se muitas piranhas e o famoso boto, o golfinho de água doce que nos acompanha com pulos fora da água. O boto é conhecido no mundo todo desde que Jacques Cousteau o imortalizou em suas expedições à Amazônia, mas os ribeirinhos ironizam quanto ao 'boto cor-de-rosa' que Cousteau descreveu em seus livros e que aqui ninguém jamais viu...

[...] Chico pesca com as mãos uma tartaruga gigante e a esconde num saco. Parece nascido na floresta, conhece todos os segredos da natureza, atua no barco com habilidade e percebe qualquer movimento nas árvores ao longo das margens. De vez em quando, apa-

nha a espingarda e atira contra alvos que nenhum de nós vê; raramente erra o tiro. Ele está aqui para guiar-nos porque o rio Branco está cheio de perigosas cascatas, mas não descarta a possibilidade de algo extra... Antes de atracar para passar a noite, nos adverte de que é preciso ficar atentos porque sente na redondeza o inconfundível cheiro da anaconda. Ela não aparece, mas, em compensação, luto contra uma família inteira de baratas que entrou na minha rede e decidiu passar a noite comigo...

[...] À tarde, chegamos a um tapiri, uma espécie de pequeno refúgio coberto de folhas, usado freqüentemente pelos índios. Encontramos o 'famoso' Peruano, um índio Tukano proveniente das regiões da fronteira com o Peru, que vive há anos nestes rios. Peruano acomodou-se aqui com mulher e filha, ambas Yanomami, e cultivava um pouco de terra. Pegam sua canoa e nos seguem, curiosos com nossa visita aos 'parentes'. Eles não levam nada; esta é uma característica que já havia notado no passado. Numa ocasião, acompanhei ao aeroporto um índio Makuxi, convidado para um encontro ecológico na Itália, o qual, à minha pergunta de por que viajava sem bagagens, nem mesmo uma camiseta para trocar, respondeu: 'Não se preocupe, procurarei um rio e lavarei a roupa no próprio lugar...'

[...] À noitinha, chegamos à aldeia Hawarihipitheri (habitantes da castanha). É uma grande choupana circular, de uns dez metros de altura e vinte e cinco de largura, escondida no meio das árvores, na beira do rio. Lá moram aproximadamente cinquenta índios, mas alguns estão fora caçando ou visitando as aldeias vizinhas. O *tuxaua* Chagas faz as 'honras da casa' e vem ao nosso encontro em sua pequena canoa de madeira. Estava à nossa espera. Diz que ouvia o ruído do motor desde a manhã.

[...] O impacto foi, para mim, impressionante. Já tinha conhecido muitos Yanomami na cidade e tinha visto muitas vezes suas aldeias em fotografias ou em documentos, mas o contato direto é desorientador. Parece fazer uma longa viagem de volta no tempo, rever a vida da humanidade de milhares de anos passados.

[...] A maloca (a grande choupana comunitária, centro da vida da aldeia), tem divisões exatas: na parte mais externa, os 'quartos' das várias famílias, onde cada um guarda os próprios objetos, são criados os filhos, dorme-se. Num círculo mais interno, são instaladas as "cozinhas", as fogueiras sobre as quais são preparados os alimentos. A parte central é a 'sala', o local de encontro e de socialização das pessoas. O teto de palha é aberto de um lado para deixar a fumaça sair e para permitir a entrada de luz. Há quatro entradas,

cobertas de folhas e telas de plástico, uma das muitas marcas do contato com os brancos, mesmo que aqui garimpeiros ainda não tenham sido vistos.

Os Yanomami estão agitados pela novidade da visita. Alguns exibem vistosos calções e alguma camiseta, para homenagear os hóspedes, mas a maioria veste as 'roupas' tradicionais: uma faixa nos flancos as mulheres e uma tanga os homens e os meninos. Está hospedado também um casal de índios do Alto Rio Negro, que veio passar alguns meses com os 'parentes'.

[...] A maloca está um pouco desarrumada porque os índios acabaram de voltar de uma viagem a outra aldeia, onde participaram de umas festas, e dentro convivem alguns animais domésticos: cães despelados, pintinhos, galinhas. Em todos os lugares, há sinais da passagem do 'progresso': espelinhos, panelas quebradas, pentes, telas, calcinhas, cigarros, garrafas vazias. Há até uma espingarda, mesmo se da maioria dos alojamentos despontam arcos e flechas. Após os primeiros cumprimentos, vamos deitar.

[...] Os homens foram caçar, e Chico não perdeu a oportunidade. Para ele, os índios são uma espécie de macaquinhos ensinados, mas tratando-se de caçar e pescar, ele não despreza companhia alguma.

Um dos missionários volta para o barco com uma febre altíssima. Observo a vida na aldeia e ajudo Florença, uma freira enfermeira da Guiana, na distribuição de remédios aos índios doentes. As mulheres enfeitam-se com colares e plumas e pintam o corpo com tintas vermelhas e pretas, extraídas do urucum e do genipapo. Chagas e Peruano controlam com atenção a distribuição dos remédios e dos outros presentes, prontos para apoderar-se da melhor 'mercadoria'. Ambos falam um pouco de português, já estiveram na cidade e adquiriram uma certa malícia para lidar com os brancos. Como outros índios, civilizados ou não, procuram intuir o que pensa o interlocutor e esforçam-se para agradá-lo, respondendo sempre de forma afirmativa e dizendo o que, em sua opinião, o branco deseja ouvir. Obedecem sempre ao último 'patrão', quem quer que seja, uma tática que foi definida como 'do bambu' que, para não quebrar, enverga a cada sopro de vento. Mesmo se fosse assim, é uma forma de sobrevivência passiva, mas eficaz. Não é por acaso que os sobreviventes de cinco séculos de conquista sejam estes 'bambus'...

[...] Florença distribui vestidos, biscoitos e vários objetos para todos. Não têm utilidade alguma no mundo dos Yanomami, podem, aliás, ser causa de vírus, criar dependência e — o que é pior — rivalidade e ciúmes entre os índios que, porém, ficam felicíssimos

com os presentes e se exibem com as camisetas da 'Columbia University' ou com sutiãs de tamanho errado...

[...] Na hora do almoço, fico na maloca para não recomeçar a guerra irritante contra os piuns; estico a rede e observo os índios, tentando trocar algumas palavras. Chego a aprender o suficiente para recusar gentilmente aquela 'delícia' que para eles é macaco assado: 'Mi!', "Não, obrigado!"

[...] Após ter adquirido alguma confiança, alguns homens começam a pedir-me cigarros, alimentos, vestidos, fósforos, anzóis. Diplomáticamente supero o obstáculo, decidindo acompanhar um índio que está indo colher mandioca. Sigo com dificuldade este baixinho de um metro e meio, muito ágil em infiltrar-se na mata. Ando de cabeça baixa e nem consigo 'saborear' a aventura; o índio olha para mim com ironia e paciência, sem compreender por que sou tão 'atrapalhado'...

Tomamos banho no rio. Fiquei pouco tempo na água, porque uma hora antes vi duas piranhas gigantes serem pescadas, e elas tinham dentes mais afiados que os de um serrote. Percebo que o *tuxaua* Chagas e Peruano, 'onipresentes', assistem ao acontecimento: somos muito vigiados: os Yanomami observam todos os nossos movimentos... No dia anterior, haviam-se reunido, atônitos, em silenciosa contemplação, enquanto fazia anotações sentado num tronco. Ainda que alguns falem um pouco de português, os índios consideram a escritura um mistério, uma arte desconhecida. Ver um homem mover rapidamente um pauzinho apontado que deixa traços coloridos numa folha de celulose branca é uma coisa estranha, mas não ridícula. Diferente de outras nossas 'estranhezas', com essa ninguém brinca; pelo contrário, procuram entender como faço e, sobretudo, o que faço. Deve ser uma sensação igual à que eu sinto quando os vejo subir nas árvores, aparentemente sem esforço e com uma rapidez fantástica. Em árvores de qualquer tamanho, seguram as mãos sobre a cabeça e empurram o corpo em direção ao alto com os pés, mantendo o tronco para fora: parecem estar subindo numa escada.

[...] Não consigo dormir. Os carapanás, pernilongos que de noite revezam com os piuns, entraram na maloca. Vejo os índios deitados nas redes ao lado da minha comentando alegremente as ocorrências desses dias. Continuam assim pela noite adentro, revivendo os fatos mais relevantes: a caça ao porco, os 'negócios' concluídos, a visita dos estranhos, os presentes e os remédios recebidos. Percebo que falam também de nós porque no meio do falatório, consigo distin-

guir de vez em quando alguns "Luís" ou "Lourença" (os Yanomami pronunciam a letra "f" com dificuldade), acompanhados de sonoras risadas.

Nossas atitudes são muito cômicas para eles, que gostam de caçoar dos brancos. Adormeço pelo cansaço, mesmo querendo ter o prazer de continuar assistindo às brincadeiras deles.

[...] Nos dias seguintes, tornamo-nos cada vez mais familiarizados com este grupo. Os missionários fazem acordos para voltar após alguns meses e talvez estabelecerem-se aqui por um período, desde que os índios preparem um pouco de terra para construir uma pequena escola e um ambulatório para as emergências. Chico faz abastecimento de tartarugas e piranhas e lê cuidadosamente a Bíblia todas as manhãs, como impõem as rígidas regras da seita a que pertence.

[...] Tento comunicar-me com os índios, acompanho-os nas atividades diárias, procurando fotografar algumas cenas. Geralmente os Yanomami não gostam de ser fotografados. Eles temem, assim é comentado, que com a imagem seja capturado o espírito da pessoa, que poderia por isso adoecer e morrer. Muitos deles, porém, conhecem esses estranhos objetos que o homem branco traz consigo. Na verdade, às vezes sinto-me indiscreto, tenho a impressão de estar tratando-os como animais em zoológico, de apropriar-me de sua intimidade. Reflito sobre como eu me sentiria se um desconhecido viesse à minha casa e fotografasse as minhas coisas, o banheiro, a cozinha, as roupas... Venço o embaraço com o alibi de sempre: é importante contar e testemunhar, porque através da informação podemos ajudar os índios a defenderem-se da invasão. Uma coisa é certa: após tê-los fotografado, a relação com eles muda: torna-se mais fria, aumenta a desconfiança...

[...] Partimos sem muitas cerimônias. Uma delegação da aldeia nos acompanha de canoa por um trecho. A volta será mais longa, porque teremos de subir o rio a contracorrente. Peruano vem novamente conosco levando Eliane consigo, uma bela menina que fala perfeitamente as duas línguas, filha de um índio da aldeia e de uma prostituta da cidade. Quando chegamos à choupana de Peruano, encontramos estranhos 'presentes': fumo, açúcar, facas. Chico explica que são 'iscas' usadas por muitos pescadores para atrair os índios àquele lugar...

Chico é o mais tranquilo: concluiu outro serviço e volta para casa com um bom estoque de peixe. Ele fala muito, fala de si, de sua história, das lendas da floresta, sempre com uma entonação épica.

Ele é um típico representante da cultura dos habitantes destas regiões amazônicas. Sua relação com a natureza não é total, como a dos índios, mas é também estreita: a floresta é a companheira de sua vida, temida e respeitada, fonte de subsistência, teatro de aventuras envolventes.

Chico gosta de falar sobre qualquer coisa. Conta de sua família, de seus projetos para o futuro, de um barco maior que está querendo comprar, das aventuras na floresta e, por que não, da possibilidade de ele também entrar num garimpo. Não suporta turistas, diz que não são homens de "verdade": não sabem sofrer. Não diz o que pensa exatamente de nós, mas pela expressão...

[...] A volta é tranqüila, chego até a cansar da monotonia da natureza, da infinita extensão de árvores, dessas estradas d'água que nunca terminam. E pensar que em poucos dias vimos mais espécies de vegetais que as contidas nas enciclopédias de botânica e que milhares de pessoas pagariam para entrar tão a fundo na Amazônia. Paramos em seguida, porque um tronco que estava boiando encaixou na hélice do motor.

[...] No último dia, já nas águas 'trafegáveis' do rio Branco, encontramos um grupo de turistas canadenses à procura de aventuras exóticas. Vestem todos umas capas de bombeiros, um capacete de proteção e são perseguidos por um guia que os impede até de ficar em pé no barco. De suas mãos e sacolas despontam latinhas de Coca-cola, cachorros quentes, caixas de vitaminas e inseticidas. Olham encantados ao redor e gritam 'wonderful!' sem parar. Olho-os como se eu fosse importante, mas, pensando bem, não somos muito diferentes..."

O INFERNO DE PAAPIÚ

Quase um ano depois, em março de 1989, fui "dar uma espiada" no garimpo. Há muito tempo estava interessado em verificar pessoalmente as notícias contrastantes que chegavam à cidade sobre massacres e violência de índios. A oportunidade apareceu quando, com dois italianos (um jornalista e uma bióloga), decidimos ver de perto, dividindo a despesa, como estavam as coisas. Era o período do boom, a época em que a invasão dos garimpeiros havia atingido o maior delírio. Só se ouvia falar em Paapiú, o quartel-general da floresta. Em Paapiú concentrava-se a maior parte dos homens — aproximadamente dois mil — e exatamente de Paapiú chegavam as notícias mais alarmantes.

Justamente lá, em agosto de 1987, havia ocorrido o primeiro choque entre garimpeiros e índios, com um saldo de quatro Yanomami mortos. Isto provocara a expulsão de todos os médicos, pesquisadores e missionários presentes nas áreas indígenas, abrindo as portas à ocupação definitiva. Então, Paapiú...

"Ao amanhecer, comparecemos a uma das centenas de agências de viagem para o garimpo. Na tarde anterior, havíamos combinado o preço com o gerente, um tipo prepotente e negociador, um dos tantos intermediários do garimpo. A idéia de enviar intrusos à área não lhe agrada muito, mas precisa de mais 200kg para completar a carga de um de seus aviões; com o nosso peso ele atingiria a cota. A cor dos dólares, enfim, convencem-no definitivamente. Ele até nos dá um desconto por dizer-se descendente de italianos...

Apesar do horário, o movimento é grande. As ruas do ouro, como são chamadas em Boa Vista as que concentram centenas de casas comerciais, as agências, as pensões para garimpeiros animam-se de manhã cedo com os preparativos para os vôos do dia. Sentados no chão esperam conosco dezenas de homens de feições tristes e sofridas, com o rosto e o corpo marcados pela fome, pela malária, pela violência de quem luta para e contra a vida desde que nasceu.

No aeroporto, subimos rapidamente num velho "Piper" que em qualquer outra parte do mundo não deixariam decolar: está em péssimo estado, o rádio de bordo não funciona; para fechar a porta, usamos um elástico. Não há assentos, para economizar peso, e a fuselagem está furada em vários pontos, por onde, durante o vôo, sinto minha camiseta ser repuxada.

Estão conosco dois garimpeiros que não abrem a boca durante toda a viagem. Na cauda estão acomodados dois recipientes cheios de gasolina. O piloto é um rapaz de maneiras finas e educadas, proveniente do sul do Brasil. Ele sabe que arrisca sua pele diariamente, sabe que a atividade é ilegal, mas a miragem de ganhar muito é mais forte que qualquer dúvida: 'Não gosto do que acontece aqui — diz — mas ganhei mais em poucos meses, transportando garimpeiros, que em anos de trabalho vaporizando inseticidas com o avião sobre as plantações do Sul'.

Após ter trocado os dólares, podemos partir. Combinamos entre nós identificar-nos como sendo um grupo de cinema interessado em estudar os ambientes para rodar um filme sobre os garimpos brasileiros. Não é muito como um pretexto para a viagem, mas é inútil blefar mais alto: nestes meses, muitos jornalistas tentaram entrar nas

áreas indígenas com justificações mais ridículas e os garimpeiros já aprenderam a identificar as reais intenções.

Após meia hora de vôo, começamos a sobrevoar a mata a aproximadamente 1.000m de altitude. Começam a aparecer as primeiras pistas clandestinas, autênticas "feridas" abertas na imensidão de árvores. Nos rios, vêem-se centenas de balsas para a extração do ouro. O rio Macujaí, um dos cursos d'água mais poluídos da Amazônia, é de uma cor escura, muito sinistro...

Após uma hora de vôo, o piloto nos mostra do alto uma grande pista em fase de acabamento. Deveria ser um novo ponto de apoio para o movimento aéreo, para evitar a volta diária à cidade, gastando muito combustível, aqui muito caro.

Ao aproximar-nos de Paapiú, vemos o número de balsas e pistas aumentar sensivelmente. Chegando, somos forçados a sobrevoar a pista por dez minutos, porque o movimento é caótico. Há aviões aterrissando e decolando ininterruptamente, às vezes simultaneamente, sem outro controle a não ser o visual. Mais que aterrissar, 'ricocheteamos' contra uma pista de chão batido. É uma das mais compridas e seguras da zona, mas está encaixada entre serras, está cheia de buracos e as chuvas a tornam um pântano. Ao lado da pista, há uma longa fileira de barracões, alojamentos de garimpeiros ou lojas várias. Vemos uns vinte aviões parados e cinco helicópteros. Os garimpeiros nos explicam que o helicóptero é um instrumento indispensável nesta atividade, pela versatilidade e possibilidade de aterrissar em qualquer lugar. No fundo da pista há várias carcaças de aviões destruídos. A média de acidentes é muito alta — um a cada dois dias —, devido às desastrosas condições das pistas e dos aparelhos, ao trânsito desordenado, ao excesso de carga transportada, à escassa lucidez dos pilotos que freqüentemente viajam cansados ou bêbados.

No início da pista, há o que sobrou da maloca Mahru-u-theri. A pista, de fato, foi construída há alguns anos com o financiamento do projeto Calha Norte, para dar assistência aos índios. O barracão da FUNAI está vazio. O encarregado fica em Boa Vista, desmoralizado pela impossibilidade de conter a invasão. Inspecionamos a base da FUNAI e encontramos uma grande sujeira, remédios e documentos espalhados por todos cantos. Os garimpeiros usam-na até como banheiro...

A maloca yanomami está a poucos metros de distância, em péssimas condições, cheia de buracos e de lixo. Ficaram poucas famílias,

a maior parte dos índios morreu, ou fica vagando pela pista ou pelos garimpos vizinhos. As mulheres ficam se balançando, apáticas, em suas redes: não cozinham e não tecem mais. O córrego de onde retiram a água está completamente poluído por mercúrio e barro. As crianças estão como hipnotizadas pela presença dos garimpeiros e procuram aprender o modo de vida dos invasores. Bebem, fumam, andam pelo campo, atravessam a pista entre um pouso e outro, pedem dinheiro, ouro, roupas. Quase todas têm a barriga inchada e o corpo cheio de furúnculos. Os homens não caçam, não pescam, vivem da esmola dos garimpeiros que, de vez em quando, lhes dão roupas sujas, bebidas alcoólicas e carne enlatada.

O *tuxaua* da aldeia não está. Ele foi empregado por um empresário e trabalha numa garimpo a cinco horas de caminhada. O seu vice está completamente bêbado e dorme numa das vendas do acampamento, alvo de zombaria e provocações dos homens, que o tratam como um bichinho.

Quem presta atenção em todo o movimento é João Davi, um Yanomami 'civilizado' que fala português e é o intermediário com os garimpeiros. João Davi cresceu na escola de seu 'parente' Marcelo e sustenta a tese de que o garimpo é positivo para os índios desde que uma parte do lucro fique nas mãos deles. Ele recebe a parte 'dele' em gramas de ouro, cobrando pedágio de todos os aviões que aterrissam em Paapiú. Gasta tudo em bebida ou na cidade, à qual é freqüentemente convocado para defender a presença dos garimpeiros em sua área.

Tentamos aprofundar o assunto com os índios, mas dentro da maloca não é possível falar. O ruído dos aviões e das máquinas empregadas na extração é ensurdecador. Penso no efeito que está provocando nestes índios a passagem, em três anos, da idade da pedra ao limiar do ano dois mil. As únicas palavras que arrancamos dos Yanomami, além das investidas de João Davi, que nos 'enquadrou' logo e nos convidou a sumir, são 'garimpeiros *dodi*' ("amigo" na língua yanomami), 'álcool bom', 'caça pouco', 'muito ouro', 'tem dinheiro?', 'dar sabão', 'foto não', 'quem é você?'

Gostaria de saber mais sobre um episódio ocorrido há alguns meses por esses lados. Dois meninos estavam brincando na mata, atirando com o arco. Um dos dois, de treze anos, havia subido numa árvore para recuperar uma flecha encravada num galho. Ao perceber que estavam chegando uns garimpeiros, o companheiro havia-se escondido. Os dois homens, bêbados, vendo o índio na árvore, carregaram o fuzil, atirando contra ele e gritando divertidos: 'Pega o

macaco!...' O menino caiu ferido, mas não morto. Socorrido pelo amigo, salvou-se após ter sido levado à cidade. Peço explicações, mas ninguém quer falar no assunto...

Apesar das violências, mortes, poluição, moléstias, os índios de Paapiú não conseguem afastar-se dos brancos. É evidente a extrema vulnerabilidade de um grupo em inferioridade numérica, sem defesas contra armas de fogo e doenças desconhecidas. 'Se nós não estivessemos aqui — diz um garimpeiro — quem os ajudaria? Vocês, gringos? Nós é que os vestimos e os alimentamos. Eram animais e nós os estamos tornando homens...'

Penso que devemos ter errado alguma coisa, todos, na tática usada para defender este povo do extermínio. Todo o trabalho de solidariedade e de contra-informação encalhou numa polêmica estéril sobre a soberania do Brasil, da Amazônia, como se favorecer o extermínio de um povo fosse uma prova de nacionalismo...

O contato com o outro círculo deste inferno dantesco, que lembra muito bem cenários de guerra, é igualmente transtornante. Ao lado da pista há aproximadamente trinta barracos, usados como bar, vendas, dormitórios, casas de comércio de ouro. Todos os 'negócios' são feitos em gramas de ouro. Em vez de caixa registradora, usa-se uma balança de precisão e todas as manhãs a cotação é atualizada de acordo com os índices da Bolsa de Valores de São Paulo...

Há também um posto policial, com a bandeira brasileira hasteada, mas os funcionários estão todos fora, trabalhando no garimpo. Os helicópteros contrastam com o ambiente: conto quatro, são todos limpos, modernos, em ordem. Três pertencem a um certo 'major' e dizem que valem um milhão de dólares cada um. Nos barracos, o clima de promiscuidade é total: pilotos, garimpeiros, prostitutas, índios, sentados, bebendo, fumando, jogando baralho, conversando. Num bar há um cartaz eloqüente com uma fotografia: 'Procura-se Chico Matador, vivo ou morto. Oferecem-se 50 gramas de ouro de prêmio mais uma volta garantida a Boa Vista'... Temos a impressão de estar num *saloon* de faroeste...

A acolhida é glacial. Todos nos olham desconfiados. Pousamos a mochila e tentamos obter informações, mas os outros é que nos crivam de perguntas: querem compreender quem somos, o que procuramos, se somos jornalistas ou missionários. O clima está mais tenso que o normal, porque foram transmitidas nestes dias pela televisão reportagens que denunciam as violências nos garimpos de Roraima. Gostaríamos de comprar alguma coisa para comer, mas

isto é ideia de quem?? plantada?

quando descobrimos que uma cerveja custa um grama de ouro, desistimos. Ainda bem que a água é de graça.

Chega um chileno, sócio de uma agência de táxis aéreos e começa a ameaçar-nos em espanhol. Diz que não somos bem-vindos, que nossa justificativa de querer rodar um filme é mentira, que não gosta de intrusos, que se descobre que somos jornalistas, cortará nossas gargantas e se não sairmos em dez minutos não se responsabilizará quanto à nossa integridade física. Falsas ameaças? Não respondemos nada, mas decidimos ficar, também porque nosso piloto já partiu. Explico aos meus companheiros que há algumas semanas um repórter muito curioso havia sido jogado do avião em pleno vôo sobre a floresta...

Por intermédio de uma cozinheira-prostituta, conhecemos Irineu, o Paulista, original de Santos. No garimpo, todos têm apelidos, geralmente relacionados à origem. Irineu é um negro simpático, de bigodes, uma espécie de 'intelectual' do garimpo, que se oferece para acompanhar-nos em troca de uma 'compra' na venda do campo, de algumas fotos e da promessa de contar honestamente o que veremos.

'No Brasil, a crise econômica é muito dura — ele conta —, a inflação chegou às estrelas e não se vêem saídas. Eu era salva-vidas na praia de Santos, mas minha mulher foi embora e me deixou dois filhos para criar, porque a mulher, quando não sente o cheiro dos dólares, desaparece. Neste inferno, pelo menos, existe a esperança de refazer a vida, de ganhar na loteria. Mesmo arriscando a vida todos os dias e trabalhando em condições desumanas, aqui dá para guardar o dinheiro suficiente para viver de renda pelo resto dos nossos dias. Olhe... e mostra um tubinho do qual despontam uns vinte gramas de ouro, reunidos em dez meses. Mas o Paulista está indo bem: já comprou duas bombas diesel para equipar um garimpo e está procurando um financiador para pagar o transporte e a mão-de-obra.

Decidimos ir a um garimpo a quatro horas de caminhada de Paapiú. Ando descalço pelo mato, porque a lama não admite chinelos. Tive alguns problemas para sair da areia movediça em que, num certo ponto, atolei até a cintura. Percorremos picadas abertas pelos garimpeiros a golpes de machete e apesar dos buracos, espalhados por todo lado, escavados para sondar o terreno, a mata é muito fechada, quase não deixa passar a luz do sol. Temos a impressão de que Irineu está nos fazendo andar em círculos para impedir-nos de reconstruir o percurso. Ele fala muito e conta sobre o mundo do

garimpo, queixa-se da imagem negativa divulgada pela imprensa e, acima de tudo, nos faz muitas perguntas. Diz que estará com certeza na Itália para a Copa do Mundo e pergunta se poderei hospedá-lo...

[...] Visitamos três garimpos, ainda que rapidamente. Trabalham todos em ritmo reduzido por causa das chuvas. Ficamos transtornados pelas condições dos homens. Os garimpeiros calçam chuteiras, para andar pelo barro. Carregam recipientes de 60 litros de gasolina e andam pela floresta por horas, às vezes por dias. Juntam-se em grupos de quatro homens e passam de 10 a 12 horas por dia na água estagnada, escavando o terreno com possantes jatos d'água ou pe-neirando o lodo. Estão constantemente expostos aos riscos de doenças, violências, ataques de cobras ou onças. Usam o mercúrio sem cuidado algum e respiram seus vapores tóxicos. Comem pouco e mal, dormem em refúgios ocasionais, geralmente alagados pelas chuvas torrenciais. Entregam ao chefe 70% do ouro extraído, dividindo por quatro os 30% restantes. Tenho a impressão, discutindo com eles, de que não têm noção da situação nem da exploração a que são submetidos, nem tampouco do mal que estão provocando aos Yanomami. Quem chega a intuir alguma coisa não se atreve a falar porque teme a reação dos companheiros e sabe que há muitos outros desesperados aguardando a conquista de um lugar num garimpo.

Muito mais perigosos e 'informados' são os outros 'componentes' desta atividade, os chefes das turmas, os proprietários das máquinas, os gerentes das vendas e das pistas, os pilotos. Raramente entram na floresta e dirigem as operações da pista, sentados no bar ou nos barracos, as 'casas' mais equipadas do garimpo, porque têm água e eletricidade fornecidas por geradores. Alguns barracos têm escolta armada para defender a 'propriedade' e os quilos de ouro escondidos. A maioria dos garimpeiros, ao invés, esconde o ouro nas cuecas, nas armas, manda fazer próteses dentárias ou colares dos quais nunca se separa.

[...] À noite, Irineu nos convida para visitar uma dessas casas, a 'burguesia' de Paapiú. Apresenta-nos como seus amigos 'especiais', vindos da Itália para visitá-lo. Somos acomodados em velhas poltronas e oferecem-nos bebidas, talvez para embriagar-nos. Ao lado, temos uma metralhadora sempre apontada para nós...

Após alguns minutos, começa o 'espetáculo' da noite: o dono da casa mandou vir da cidade um aparelho de televisão e um vídeo e para hoje, como sempre, está prevista a exibição de uma fita pornográfica. O filme é do gênero sadomasoquista, e os presentes não

perdem uma só cena. De vez em quando chegam algumas crianças Yanomami que ficam observando com curiosidade. 'Eles se divertem muito — explica Irineu — porque dizem que os Yanomami não fazem essas coisas...'

Já é noite avançada quando Irineu nos oferece um lugar para dormir. Ouvem-se disparos ao longe: 'Não se preocupem, deve ser alguém brigando na disputa de uma mulher. Todas as noites um ou dois nos deixam as penas', conclui.

[...] Ele nos leva à casa do Irmão, um estranho e muito tímido garimpeiro. É o único homem desarmado do campo, fala de voz e cabeça baixas. Vem do Maranhão e é crente. Fala de paz e amor e lê a Bíblia em voz alta. Para a ocasião, escolheu os trechos do Apocalipse que falam, de acordo com a interpretação dele, de ouro e minas.

[...] Famintos, assaltamos a despensa. Em troca, como bons italianos, preparamos para todos uma macarronada e até tentamos cantar "O sole mio..." Irineu deixa escapar: 'Sei que invadimos as terras dos Yanomami, sei que enchemos os rios de mercúrio, sei que muitos morreram. Mas aqui há milhares de homens que têm uma família para sustentar e só no garimpo conseguem não morrer de fome. Quais são as alternativas, qual é o lugar na sociedade para um analfabeto? Lamento pelos Yanomami e por vocês, mas eu só voltarei para Santos depois que estiver rico'.

Irineu foi um ótimo companheiro. Ajudou-nos a compreender um pouco mais este ambiente e esforçou-se para que o clima de desconfiança a nosso respeito fosse atenuado. Ele quer que o problema seja compreendido de forma correta. É informado, lê, interessa-se pelos problemas sociais, conservou aquele tom despreocupado de 'gigolô de praia' também neste meio. Diz que com o tempo aprendeu a arranjar-se, a não se deixar passar para trás. No início, um colega roubou-o e aconselharam-no a matá-lo, como é de praxe nestes casos, mas ele recusou-se a isso. Ele tem muitas marcas e cicatrizes, mas afirma não usar armas...

[...] Passamos outro dia em Paapiú, conhecendo outras áreas, outras pessoas, entrando novamente na aldeia yanomami. A chuva torrencial desencoraja novas excursões. À tarde, fazemos um acordo com um piloto, um engenheiro carioca, que por 100 dólares nos leva de volta a Boa Vista. Despedimo-nos de Irineu, o Paulista, com quem mantive contatos posteriormente, revelando-lhe inclusive o 'segredo' de minha presença em Roraima.

Para decolar, tivemos de esperar que quatro tambores fossem removidos do meio da pista: são as 'traves' da tradicional partida de

futebol diária ao pôr-do-sol. O vôo é, no mínimo, uma aventura: o piloto toma cinco latinhas de cerveja, fuma um cigarro após o outro, faz acrobacias de todos os tipos para assustar-nos. Por meia hora voa a 30 metros, encostando nos cumes das árvores. Mais adiante, o 'Barão Vermelho' desce mais, pousa numa fazenda e desaparece misteriosamente nos campos. Quando volta, ante nosso estupor, desculpa-se dizendo que as cervejas tinham dado vontade de fazer xixi..."

Os "AMIGOS" dos YANOMAMI

Neste quesito, louve-se
a honestidade intelectual
de abordar o tema

OS "BRANCOS" BRIGAM

Uma das coisas mais desorientadoras da solidariedade em defesa dos Yanomami e mais em geral, dos ambientes que se autofinanciam e gravitam ao redor das populações indígenas, é a fragmentação das forças e a divisão em infinitas correntes de ação.

Os dois principais *lobbies* do setor são o "eclesiástico", do qual participam os vários grupos ligados às igrejas católica e evangélica (a organização mais importante e ativa é o Conselho Indígena Missionário — CIMI) e o "leigo" que inclui vários movimentos, sendo os principais: a União das Nações Indígenas (UNI), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), a Comissão Pró-Índio (CPI), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA); alguns deputados, senadores, ecologistas e jornalistas.

A polêmica é antiga e profunda, e nos últimos anos assumiu feições de uma verdadeira guerra fria: troca de acusações, ciúmes, recrutamento de líderes e organizações indígenas, tudo é permitido, à procura do melhor "lugar ao sol" na vitrine ecológica nacional e internacional.

O contraste é ideológico e de poder. A diferente interpretação do conceito de "nação indígena" durante os trabalhos da Assembléia Constituinte e a repartição dos dólares da solidariedade internacional são as causas principais dessa disputa. Como no caso dos frangos de Renzo, personagem de *Os noivos*, de Manzoni, que "bicavam uns aos outros, como ocorre freqüentemente entre companheiros de desventura", algumas centenas de "amigos" dos índios agridem-se em conflitos internos, enquanto o verdadeiro inimigo (multinacionais, empresários, militares, latifundiários) aperfeiçoa de forma cada vez mais eficaz sua estratégia genocida. As vezes, tem-se a impressão de

que para algumas dessas organizações é mais importante o próprio sucesso e o espaço na imprensa do que o destino dos povos dos quais, dizem, se ocupam.

As vítimas ignaras são, mais uma vez, os índios, dirigidos e amestrados pela "corrente" que os tutela. Há situações tragicômicas de grupos de indígenas, às vezes aldeias ou famílias, separados por divisões ideológicas, estratégicas, antropológicas ou religiosas de que ignoram absolutamente as razões, mas de que sofrem diretamente as conseqüências.

O resto fica por conta dos políticos, das grandes e pequenas empresas, das instituições do governo como a FUNAI, que corrompem e confundem de várias maneiras os povos indígenas, "trabalhando" principalmente as figuras mais carismáticas. "É também por essas razões — comenta um antropólogo da Universidade de Belém — que os esforços produzidos pela solidariedade nestes anos não obtiveram os resultados desejados. Com todo o 'barulho' que estamos fazendo, como é possível estarmos ainda neste ponto, com as áreas yanomami impunemente invadidas, quando as notícias e as imagens do genocídio deram a volta ao mundo?"

O inimigo é poderoso e os interesses em jogo são enormes, mas as denúncias movimentaram muitos governantes e personalidades públicas brasileiras e internacionais, que defenderam a causa indígena em várias oportunidades. É necessário uma pressão ainda mais vigorosa, mas, acima de tudo, é necessário uma maior colaboração entre as forças que apóiam os Yanomami, ao menos em nome da sobrevivência deste povo.

ANTES QUE SEJA TARDE DEMAIS

O trabalho das organizações que tutelam os índios não apresenta somente mesquinhez ou aspectos negativos. Muitas pessoas dedicaram os melhores anos de suas vidas à luta em favor dos Yanomami com uma abnegação comovedora. Os sinais de esperança multiplicam-se, sobretudo quando são os próprios índios que assumem a direção da luta de resistência.

Até há pouco, não havia condições políticas favoráveis à organização de um grande encontro como o de Altamira (21-24 de fevereiro de 1989), que permitiu um impulso qualitativo à circulação das notícias e à difusão entre a opinião pública de um clima menos hostil em relação às populações indígenas brasileiras.

Faz pouco tempo, seria impensável ver centenas de índios, representantes de 76 nações indígenas, reunirem-se e manifestarem-se a favor de um só povo, os Yanomami, como ocorreu em 15 de setembro de 1989 em Brasília.

Faz pouco tempo, ninguém teria imaginado que 500 índios de Roraima conseguissem encontrar coragem — pela primeira vez — para manifestar-se nas ruas de Boa Vista, exigindo respeito aos próprios direitos e repudiando o massacre dos "parentes" Yanomami.

Esta conclusão, inicialmente, teria sido a introdução do capítulo sobre as organizações de apoio aos Yanomami.

Eu gostaria de escrever sobre o trabalho da igreja católica, da avalanche de dinheiro que recebe, da imagem "heróica" de si que ama apresentar à opinião pública, do problema da evangelização dos índios, de como os missionários se articulam no contexto brasileiro, evidenciando sucessos e contradições.

Gostaria de escrever sobre a obscura presença de algumas seitas norte-americanas, como a MEVA (Missão Evangélica da Amazônia) e a Novas Tribos, radicadas há decênios nas terras yanomami e em toda a América Latina, que muitos suspeitam — com razão — serem o braço "religioso" da política de segurança nacional da CIA, através de uma ideologia alienante que adormece as consciências perante a injustiça, em nome de uma falsa concepção espiritual, segundo a qual tudo deve ser suportado com vistas... ao Paraíso.

Gostaria de escrever sobre os grupos, sobre os movimentos da sociedade civil que operam em Roraima, no Brasil e no mundo a favor da sobrevivência dos Yanomami, tentando distinguir as organizações sérias dos charlatães.

Gostaria de escrever sobre a longa luta dos últimos dez anos pela criação do Parque Yanomami, sobre as organizações dos índios, sobre suas incertezas e divisões, sobre os "vícios" de alguns chefes, sobre as manifestações públicas, sobre os congressos internacionais, sobre as viagens sempre mais freqüentes dos principais caciques (comenta-se que um encontro ecológico, para ter um mínimo de sucesso e interesse publicitário, deve contar com a presença de um "grande" chefe indígena, melhor ainda se comovido e enfeitado de penas e cores, ou de algum amigo ou parente afastado de Chico Mendes...).

Gostaria de escrever sobre a influência dos militantes ecologistas que são astros do "rock", tipo Sting, sobre os dólares que estão "chovendo" sobre a Amazônia — às vezes mais nocivos que os incên-

dios... — sobre a eficácia da pressão da grande imprensa nacional e internacional, dos apelos da ONU e do parlamento europeu.

Gostaria de escrever sobre as centenas de jornalistas que passaram por Roraima, todos muito apressados e com as mais equívocas intenções: um queria escrever um artigo, outro fazer uma pesquisa, outro escrever um livro, outro preparar uma tese, outro rodar um filme, outro gravar um disco, outro fotografar os índios... Apareceu até um alemão que atravessou o Oceano Atlântico numa balsa para chamar a atenção sobre os Yanomami e um holandês que estava rodando a Amazônia de bicicleta... Houve até enviados da *Playboy* que tentaram uma reportagem sensacionalista, imortalizando esplêndidas modelos e Yanomami nus, numa promiscuidade que pretendiam "selvagem"...

Gostaria de escrever..., mas não vou fazê-lo. Fico devendo essa parte, que certamente não é secundária para a compreensão da questão yanomami. Prefiro "cortar" — por enquanto — a análise sobre os grupos de apoio, porque é fácil correr o risco da instrumentalização, de dar a impressão de querer ler a realidade de forma preconceituosa. E este não é o objetivo.

O que gostaria de denunciar é o genocídio dos Yanomami. Antes que seja tarde demais. Talvez até já o seja...

Talvez possa representar um dado estatístico a utopia desta luta que muitas pessoas (eu mesmo, talvez, ainda que não consiga admiti-lo...) consideram uma "batalha perdida", uma guerra anacrônica que tenta inutilmente caminhar contra a história.

Pela primeira vez, em quinhentos anos de conquista, os índios brasileiros estão crescendo em número! Não existem recenseamentos oficiais, mas há dados que demonstram que as nações indígenas cresceram do mínimo histórico de 220 mil indivíduos, registrado nos anos passados, a pelo menos 300 mil. Talvez eles não consigam mais conservar íntegras todas as tradições, mas impõem à nossa sociedade, com sua presença, o que há de mais sagrado na convivência humana: o direito de existir... na diversidade.

YANOMAMI

Y anomami
Yanomami
Yanomami

Escreverei teu nome
tantas vezes quantas mortes
te infligirem teus carrascos

Para que ninguém esqueça
que existes
no meio da floresta,
tu, Povo da Lua,
Povo de Omã,
Yanomami
Yanomami.

Escreverei teu nome nos jornais,
nos muros das casas dos ricos,
nas portas das igrejas,
nos pára-choques dos automóveis,
nas asas dos aviões,
nas pedras das ruas,
nas praias do mar,
por todo lugar,

de forma que teu nome voe
longe, loooooonge,
e seja uma canção de luto, de protesto,

De forma que teu nome supere
as fronteiras da morte e da vida
e se torne tua garantia de salvação,
Ó, Povo da Lua,

Ó, Povo de Omã,
Yanomami.

De meus olhos avermelhados
não escorrem lágrimas secas.
É meu coração que chora
teus filhos e filhas
desaparecidos, tuberculosos,
contaminados por vírus,
bactérias e mercúrio.

Invasão célere atrás do ouro,
o vil metal,
que tanto mal já provocou.
Faz cinco séculos
dizima milhões de homens,
povos e nações inteiras,
e para quê?
Pode alguém acrescentar um só dia
à sua vida mortal?

A ambição é cega,
enganadora, engenhosa, medíocre.

Invade o coração e a alma
dos garimpeiros.
Destrói o âmago como cupim na madeira
como câncer sem cura,
habilmente manipulada
por interesses maiores
bem situados nas cidades.

Até quando
o povo Yanomami terá
de assistir, impotente,
à destruição da floresta,
ao envenenamento dos rios,
à morte lenta de sua gente feliz,
até quando?

Basta!
Já é hora de a verdade

e a justiça triunfarem,
mesmo que seja só desta vez.

Não quero discursos,
promessas, planos,
rejeito acordos provisórios.

Quero soluções.
Meu povo Yanomami
pede, implora, exige
respostas claras,
limpas,
honestas, justas,
urgentes.
Não há mais tempo.
Esta é a hora
ou nunca mais.

Yanomami
Yanomami
Yanomami
Povo da Lua,
Povo de Omã,
Yanomami.

CIMI, *Yanomami*, Brasília 1985-90.
CIMI Norte 2, *Messageiro*, Delfim 1987-90.
CNIS - CIMI, *Em defesa do povo Yanomami*, Brasília 1988.
COOGAPA, *Dossiê Garimpo*, Boa Vista 1976.
Comitê do Garimpo 1-2, *Boa Vista* 1976.
Constituinte da República Federativa do Brasil, Brasília 1988.
FUNAI, *Relatório Plano Emergencial de Assistência Yanomami*, Brasília 1982.
T. Koch Gramberg, *Del Barão do Crisco*, Recife 1911-13, (s. ed.).
C. Megalhães, *Roraima, Informações Históricas*, Rio de Janeiro 1986.
Ministério da Justiça Federal, *Medida Cautelar*, Brasília 1989.
M. Moreira, *A extração do protótipo*, Brasília 1989.
Núcleo de Direitos Indígenas, *Relatório Yanomami*, Brasília 1990.
A. Ramos, *Terra e sobrevivência cultural Yanomami*, Brasília 1980.
E. Ramos, *Relatório do Conselho de Defesa das Direitos da Pessoa Humana*, Brasília 1979.
W. Smith, *The Yanomama Indians: A Cultural Geography*, Texas 1975.
J. Souza Martins, *Não há terra para todos*, São Paulo 1988.

Z?

Roberto E. Swetsch
(operador do IECLB no Estado do Acre).

FONTES

A pesquisa foi efetuada com o auxílio do arquivo de documentos, jornais, revistas, livros, mapas, fotografias, vídeo do centro de documentação Espaço Indigenista, para cuja formação contribuí de 1987 a 1990.

No momento, o arquivo está à disposição junto ao Conselho Indígena de Roraima, rua Sebastião Diniz, 1672 W, Boa Vista, RO.

- Ação pela Cidadania, *Roraima: O aviso da morte*, São Paulo 1989.
D. Azevedo, *A vida dos Yanomami ameaçada de genocídio*, São Paulo 1989.
CCPY, *Urihi*, São Paulo 1987-90.
CCPY, *Genocídio do Yanomami, morte do Brasil*, São Paulo 1989.
CCPY, *Yanomami Urgente*, São Paulo 1986-90.
CEDI, *Tempo e Presença*, 244-245 (1989).
CIDR, *Garimpo: Morte e destruição nas matas de Roraima*, 15, Boa Vista 1989.
CIMI, *Porantim*, Brasília 1985-90.
CIMI Norte 2, *Mensageiro*, Belém 1987-90.
CNBB — CIMI, *Em defesa do povo Yanomami*, Brasília 1988.
COOGAPA, *Dossiê Garimpo*, Boa Vista 1990.
Correio do Garimpo 1-2, Boa Vista 1988.
Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília 1988.
FUNAI, *Relatório Plano Emergencial de Assistência Yanomami*, Brasília 1990.
T. Koch Grunberg, *Del Roraima al Orinoco*, Berlim 1911-13, (3 vol.).
D. Magalhães, *Roraima, Informações Históricas*, Rio de Janeiro 1986.
Ministério da Justiça Federal, *Medida Cautelar*, Brasília 1989.
M. Moreira, *A estratégia do genocídio*, Brasília 1989.
Núcleo de Direitos Indígenas, *Relatório Yanomami*, Brasília 1990.
A. Ramos, *Terra e sobrevivência cultural Yanomami*, Brasília 1989.
R. Ramos, *Relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana*, Brasília 1989.
W. Smole, *The Yanoama Indians: A Cultural Geography*, Texas 1976.
J. Souza Martins, *Não há terra para plantar nesse verão*, São Paulo 1988.

C. Vangelista, *Ultimi uomini. Una battaglia per sopravvivere*, in *Essere secondo natura*, 21 (1988).

Jornais e revistas utilizados: *Aconteceu*, *A Crítica*, *A Crítica de Roraima*, *Afinal*, *A Gazeta de Roraima*, *AGEN*, *Amazonas em Tempo*, *Ameríndia*, *A Notícia*, *Arinsana*, *Correio Braziliense*, *Correio do Garimpo*, *El Nacional*, *Estado de Minas*, *Folha de Boa Vista*, *Folha de S. Paulo*, *Informe Jurídico da Comissão Pró-Índio*, *Isto é/Senhor*, *Jornal de Brasília*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Negócios*, *O Estado de Roraima*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *O Jornal*, *O Liberal*, *O Paneiro*, *Panewa*, *Tempo e Presença*, *Tribuna de Roraima*, *Trocado Informativo*, *Tupari*, *Veja*, *Visão*, *Zero Hora*.

Posfácio

Alberto Tridente

Aceito escrever este posfácio ao livro de Luigi Eusebi por estima e amizade; não porque me considere um especialista no assunto, mas antes porque, tendo conhecido Luigi em Boa Vista, por ocasião de uma viagem àquela região extrema do Brasil, considero um privilégio e um dever fazê-lo, por admirar o trabalho que ele e Patrícia desenvolveram durante três anos naquele posto avançado do moderno faroeste que é a fronteira brasileira no território indígena.

Lendo o livro, tive a certeza de que havia pouco a ser apresentado: o livro apresenta-se muito bem por si só. Tendo observado por alguns dias aquela realidade dramática e tendo assumido iniciativas de apoio a esta luta no parlamento europeu, talvez seja só este empenho o que me autoriza a falar sobre o livro.

Eusebi aponta para o alvo, seja do ponto de vista da denúncia, seja do ponto de vista mais preocupante da responsabilidade da civilização ocidental e do que fazer para que tal riqueza etnológica não desapareça.

Há muitas realidades no Brasil contemporâneo: desde a futebolística, muito conhecida, à complexidade econômico-social do imenso país-continente. Mas a mais inédita e profunda, desorientadora e violenta da fronteira mineral e indígena, é ainda pouco conhecida pela maioria, apesar da repercussão que a destruição das florestas, o assassinato dos sindicalistas ecologistas e o genocídio dos índios alcançaram nos meios mundiais de comunicação de massa.

Aqui, na fronteira da "civilização", o impacto da tecnologia do homem branco sobre outros homens, os únicos proprietários destas terras, assume a dimensão global das contradições da nossa época: famélica busca-exploração dos recursos, utilização-exploração dos instrumentos-vítimas (os garimpeiros), corrupção e contaminação de homens e natureza, aliança autoridades-multinacionais-forçados pela fome, à procura da oportunidade que pode mudar sua vida e, ao fundo da corrente destruidora, os indígenas, os Yanomami.

O peso desse destilado da sociedade moderna talvez seja demasiado para o "povo de Omã", esmagado sob este altar de sacrifícios em que os indígenas só cumprem o papel de combustível.

Demasiada terra para poucos homens e demasiadas riquezas que não utilizam, mas que são, pelo contrário, úteis à forma de produção da sociedade capitalista e civilizada — é o que dizem as autoridades brasileiras. Mas, é por acaso permitido pelo direito internacional agredir o país vizinho porque é extenso e rico? Quando isto ocorreu, os agressores eram definidos bárbaros. E não é a indígena outra nação, outra cultura, outra língua, soberana no território ancestral, como reza a nova constituição brasileira? Por que são expropriados? Por que inferiores? Porque diferentes e incapazes de viver conforme o modelo do homem branco?

Racismo explícito, ideologicamente genocida, que evoca outros precedentes: entre outros, o da fronteira e do extermínio dos indígenas das planícies do Oeste norte-americano do século passado e o, não menos feroz e mais recente da África do Sul do *apartheid*.

No sul do Chile, os índios Mapuches utilizam uma só palavra para dizer "branco-ladrão-espanhol" e ninguém ignora que, ainda que militarmente inferiores, os Mayas, os Astecas e os Incas eram mais civilizados que o invasor espanhol.

Diferente, mas não inferior, desconhecedor das técnicas, mas sábio, o indígena compreendeu há tempo que sem a floresta e as árvores que dão fruta e os rios que dão peixes, não é possível viver. Percebeu que a cultura predatória sem limites da terra é uma mentira ou uma ilusão e se voltará contra o homem, contra o branco também.

Em 1992, celebrar-se-á o quinto centenário da descoberta da América. Mas qual descoberta? E, se houve descoberta, esta foi logo seguida pela invasão, ocupação e exploração e, afinal pela destruição de culturas extraordinárias.

A primeira viagem de Colombo já trouxe consigo a violência e a destruição: a primeira colônia, Navidad, seria de fato destruída pelos nativos porque os espanhóis, no início bem acolhidos, não trabalhavam, escravizam os indígenas e perseguem suas mulheres. A segunda viagem do genovês (desta vez já com a presença de algumas mulheres brancas) seria manchada pelos primeiros assassinatos na expedição-represália que marcaria o parto violento daquela que é chamada América Latina.

Nestes anos de história colonial, este não é o primeiro ciclo do ouro para o Brasil. Na cidade de Ouro Preto, MG, já em 1700, a descoberta do ouro, com dois séculos de atraso em relação à América

espanhola, desencadeou a onda de invasões decantadas pelos bandeirantes. Hoje a saga dos garimpeiros é decantada pela cultura do poder e da ilusão do enriquecimento fácil. Lá, há mais de três séculos, o ouro levou à fome: pagavam-se até 120 gramas de ouro puro por um gato ou um cachorro e, como Galeano lembra, eram necessários dois dias de procura aos escravos negros para capturar um.

Hoje, a palavra de Davi Yanomami nos remete àquela época, quase como um presságio do que acontecerá em Roraima quando a corrida ao ouro tiver mais uma vez consumido vítimas e carrascos na mesma febre.

Mas talvez nem tudo esteja perdido, sugere-nos ainda o autor. O tímido aumento do total da população indígena, a despeito de tudo, marca o rompimento com o passado: talvez o extermínio não prevaleça, como ocorreu na Argentina, no Uruguai e nos outros países, onde a existência dos indígenas desapareceu quase totalmente.

Como serão e qual cultura assumirão os sobreviventes não cabe a nós decidir: deixem-nos em paz, eles pedem, e está correto que eles decidam se e como querem estabelecer relações com os brancos e com sua civilização. O que importa é agir antes que seja tarde; para salvaguardar a verdadeira civilização deles e nossa e para que os Yanomami ainda façam parte, com outros povos, do imenso território de tantas culturas chamado América Latina.

Alberto Tridente foi sindicalista e parlamentar europeu, docente da Universidade Nacional Autônoma da Cidade do México e da Universidade de Turim. Atualmente participa de serviços de solidariedade com a América Latina e as minorias étnicas.

Índice

O autor	5
O drama dos Yanomami: — Prefácio doloroso <i>José Carlos Sebe Bom Meihy</i>	7
“A barriga morreu”	9
500 anos de opressão e luta	11
Cronologia de uma farsa	15
Vinte anos de invasões	33
Os responsáveis pelo genocídio	43
O mundo do garimpo	53
Um povo nômade	79
“Check-up” na floresta	97
Os porta-vozes dos Yanomami	105
Diário de viagem	119
Os “amigos” dos Yanomami	135
Yanomami..... <i>petia Zwetsch</i>	139
Fontes	143
Posfácio <i>Alberto Tridente</i>	145

Índice

5	O autor.....
7	O drama dos Yanomami: — Fictício histórico José Carlos de Souza Mello.....
9	"A partir de agora".....
11	500 anos de opressão e luta.....
15	Cronologia de uma luta.....
33	Vinte anos de lutas.....
43	Os responsáveis pelo retrocesso.....
53	O mundo do campo.....
73	Um povo nômade.....
93	"Check-up" na floresta.....
103	Os portavozes dos Yanomami.....
113	Diário de viagens.....
123	Os "amigos" dos Yanomami.....
133	Yanomami <i>Yanomami Suroeste</i>
143	Fonemas.....
143	Posturas.....
143	Alfabeto Yirakã.....



152

